

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA**

# **A CULTURA DO SEXUAL**

DA LOUCURA DA RAZÃO À RAZÃO DA LOUCURA

LUCIANO MACHADO CALDAS

GOIÂNIA/GO, 1995

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA**

# **A CULTURA DO SEXUAL**

DA LOUCURA DA RAZÃO À RAZÃO DA LOUCURA

Dissertação apresentada por *Luciano Machado Caldas* como exigência parcial para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> *Maria Helena Barcelos Café*.

GOIÂNIA/GO, 1995

**COMISSÃO JULGADORA:**

Helena Barcellos Laji

Vera Lúcia de Moraes Abreu

\_\_\_\_\_

Meus agradecimentos à Maria Helena Barcelos Café, que respeitosamente me acolheu como orientando e à Nancy Esperança Lopes, pela revisão minuciosa.

Para:

*Pedro*, grande e leal companheiro  
nesta aventura...

*Sônia e Maria*, que suportaram e  
deram suporte para tal aventura...

*Júlia*, expressão do desejo...

*Josefa*, pelo exemplo de luta.

## SUMÁRIO

RESUMO .....	7
1. INICIANDO: HIPÓTESE PRIMEIRA .....	9
2. ENSAIANDO E FOTOGRAFANDO .....	21
3. DA HISTÓRIA DA PSIQUIATRIA AO DISCURSO DA PSICANÁLISE .....	30
– A loucura de fora .....	30
– A loucura de dentro .....	36
4. DO FENÔMENO FÍSICO AO FENÔMENO PSÍQUICO .....	49
5. SOBRE O APARELHO DE LINGUAGEM .....	62
– Sobre o simbolismo .....	62
– Sobre o simbólico .....	68
6. SOBRE O APARELHO PSÍQUICO .....	78
– Aparelho de memória .....	78
– Memória de linguagem .....	83
– Do lugar à função .....	89
– Da coisa (Ding) à representação (Vorstellung) .....	91
– Esquema psicológico da representação palavra .....	95
– A produção de significação .....	99
7. DO SIGNIFICADO AO SIGNIFICANTE .....	102
– A linguagem que funda o homem .....	102
– Da linguística à psicanálise .....	107
– O significado Saussuriano .....	110
– A relação significado/significante .....	113
– A supremacia do significante .....	115
8. SOBRE A ORDEM DO SEXUAL .....	119
– A sexualidade infantil .....	122
9. PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO .....	132
10. SOBRE A ORDEM DA CULTURA .....	149
BIBLIOGRAFIA .....	156

## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo demonstrar que a saúde mental não é produto da educação escolar. Partindo do princípio de que existiria um imaginário coletivo que afirma que a saúde mental é dependente da educação, nos propomos, então, a estudar a construção do “aparelho psíquico”, para que assim possamos desmontar a lógica que sustenta tal asserção. Para tanto, se faz necessário percebermos historicamente o surgimento e a demarcação do saber médico psiquiátrico e de sua articulação com a educação. E fundamentalmente, estudarmos a radical distinção entre o discurso psiquiátrico e o discurso psicanalítico: definindo e diferenciando os fenômenos físico e psíquico. Em seguida estudaremos que o homem só pode ser pensado enquanto um “aparelho de linguagem”, já que é esta linguagem que funda e organiza o pensamento. Assim, adotaremos um enfoque em que a linguagem deixa de ser um exercício em que se ignora a si própria, para pensarmos em suas próprias leis, leis do funcionamento mental. Por fim, delimitaremos as categorias do sexual e da cultura, para enfim, lembrarmos tanto a aproximação da teoria freudiana com a educação durante os anos de 1905 a 1915, como também a sua ruptura. Aproximação esta, que possibilitou a construção de equívocos baseados na aplicação direta da psicanálise à pedagogia.

## ABSTRACT

This essay is aimed to show that mental health is not a product of school education. Starting from the principle that there may be an imaginary collective which states that mental health depends on education, we propose to study the construction of the psychic system, so that in this way we may show the logical which supports this affirmation. Therefore, it is necessary to notice, in terms of history, the appearance and the spotting of the psychiatrist's knowledge and his articulations with education. It is absolutely necessary that we study the radical distinction between the psychological discourse the psychanalytical discourse, to define and show the differences of the physical and psychic phenomenoes. Then we will study that men can only be thought of with a language system, as it is this language that founds and organizes thoughts. Therefore, we will adopt a focus in which the language is not an exercise to be ingored in its own, but to think of its own ways, ways of the mental functions. Finally we will delimitate the catagories of sex and culture to remember not only the approximation of freudian theory with education during the period between 1905 and 1915 but the disruption as well. This approximation which gave the possibility to construct the misunderstandings based on the direct application of psycho-analysis to pedagogy.

## **1. INICIANDO: HIPÓTESE PRIMEIRA**

Estando nós cursando o Mestrado em Educação e tendo vindo de uma formação médico-psicanalítica, ao formular o desejo de trabalhar com os conceitos de saúde mental e educação, estamos articulando os dois pilares fundamentais da nossa formação acadêmica.

A educação, enquanto processo de vida, é universal e sempre contextualizada à cultura à qual está associada. Assim, a educação não estaria presa a nenhum modelo formal e nem a escola seria seu único espaço de articulação já que a transferência de saber entre gerações sempre existiu, mesmo anteriormente à criação do espaço escolar e/ou estruturas sociais geradas para tais fins. O saber, desde sempre, foi transmitido através das gerações, independentemente de qualquer modelo formal e centralizado, e a educação, tanto participa do processo de produção de ideologias, crenças e técnicas, como também é consequência deste processo, determinando assim as singularidades de cada sociedade.

A escola só surgiu como consequência de um estágio complexo de organização da vida sócio-cultural das civilizações quando seus membros se viram diante de questões que envolviam, dentre outras, a divisão social do trabalho e do

poder e quando conseqüentemente perceberam que a transmissão do saber se colocava como prioridade.

Então, a escola, com o ensino formal, veio responder pelo sujeitamento da educação à pedagogia, produtora de uma teoria da educação, “**condutora e controladora da aventura de ensinar-e-aprender**”.<sup>1</sup>

Assim, historicamente, percebemos que o conceito de educação vem passando por transformações que vão desde a conceituação de educação enquanto universal processo de vida até a formulação do conceito de educação que, tomada num sentido amplo, pode ser definida como sendo o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano.

Ao centrar a educação no desenvolvimento das capacidades do ser humano individual, a educação se sujeita à pedagogia, produtora de um saber que responde pelo desenvolvimento do indivíduo.

O termo educação, focado etimologicamente procede do latim *educare* e *ex-ducere*, significando o primeiro criar, nutrir ou alimentar e o segundo, tirar, levar ou conduzir de dentro pra fora.<sup>2</sup> Essa dupla etimologia que, inicialmente, pode nos fazer pensar como constituída de polaridades contraditórias, nos remete para o processo educacional que, no presente estudo, será definido como **formal**, isto é, ao processo educacional que se realiza dentro do espaço escolar.<sup>3</sup>

Dito desta forma, precisamos ainda delimitar com mais clareza a

1 – BRANDÃO, C. P. Rodrigues, O que é educação, S. P., Brasiliense, 1988.

2 – Cf. Ricardo Nassif, in Moacyr Laterza e Terezinha A. Rios, que ainda acrescentam a qualificação de *educare* no sentido de *acréscimo* e de *ex-ducere* no sentido de *crescimento*. Em Filosofia da Educação - Fundamentos, vol. I, S.P., Herder, 1971, p. 128.

3 – Em minha análise não levarei em conta a educação que se passa na escola e que é nomeada de pré-escolar, isto é, anterior à alfabetização. No presente trabalho faço coincidir o espaço escolar com a alfabetização, no qual o segundo termo seria o momento inaugural do primeiro.

especificidade do *educare* e do *ex-ducere* no interior da instituição escolar uma vez que a educação formal se dá tanto pela vertente do acréscimo que se exerce de fora, como também pela vertente da condução, do encausamento de disposições já existentes no sujeito que se educa. Podemos, então, perceber que a instituição escolar é, por excelência, o espaço que engloba e suporta a dupla etimologia do termo educação: educar enquanto acréscimo e enquanto crescimento.<sup>4</sup>

Portanto, a educação aqui referida e articulada à saúde mental é a educação formal, esta que vai acrescentar e promover a condução, o encausamento de **disposições já existentes** no sujeito que se educa. Repetindo, esse sujeito que se submete à educação formal é o sujeito que já porta **disposições já existentes**, fruto da educação informal.

No presente estudo, o nosso projeto de trabalho se constituirá em averiguar a construção destas disposições já existentes e tentar provar que é na primeira infância – período que vai mais ou menos até os 6 anos – que se constrói a estrutura psíquica do ser humano e onde se estabelecem os pilares daquilo que passamos a definir teoricamente como saúde mental. Assim, ao trilharmos o caminho da aquisição destas disposições já existentes, perceberemos que o pensamento, fruto desta educação informal, não pode ser formulado independentemente da linguagem, já que é essa linguagem que funda e organiza o pensamento. Deste modo, partiremos da hipótese de que não há como pensar o homem sem a linguagem, o que também implica em dizer que adotaremos um enfoque em que a linguagem deixa de ser considerada um mero exercício em que se ignore a si própria, para pensarmos em suas próprias leis, leis do funcionamento mental.

---

4 – Os teóricos da educação, ora a definiam como um processo *educare*, ora como um processo *ex-ducere*. No presente estudo, parto do princípio de que a educação formal escolar engloba esta dupla etimologia.

Não há como pensarmos em educação formal, toda ela perpassada pela linguagem, sem nos indagarmos a respeito de suas próprias leis, leis da linguagem e sem criarmos um espaço **onde a fala se põe a falar o falado**. Desprezarmos tal evidência se constitui na loucura da razão.

Ao delimitarmos o problema central deste estudo, ou seja, as reais implicações de uma equação que afirma que a saúde mental é produto da educação formal, precisamos fundamentar em que medida se articulam estes dois termos, pois essa equação antecede o presente estudo, já que a história nos mostra o antigo namoro entre a psicologia e a pedagogia mesmo quando ambas ainda não haviam se constituído com seus respectivos objeto e campo de estudo.

É importante ressaltar que essa equação foi gerada no século XVII, cristalizada no século XVIII e questionada a partir do final do século XIX, por Freud e outros.

Essa equação, base do ideal positivista, se fez numa construção teórica e histórica a partir do século XVIII, com Locke, passando em seguida por Rousseau e Hartman. Tal trajetória nos possibilita perceber as reais implicações do namoro acima citado, seus desdobramentos e impasses. Uma tentativa de elaborar e constituir uma teoria do conhecimento e sua conseqüente implicação na formação do ser humano.

No Brasil, a história nos revela a articulação do saber médico com a educação. Durante o século XIX, a medicina teve que disputar com outras práticas curativas a hegemonia do saber sobre a saúde. Ao conquistar esse lugar máximo que a situava no topo dessa imaginária pirâmide de poder, alargou seu campo de ação. Se antes seu objeto de intervenção era o corpo físico do indivíduo, posteriormente parte

para elaborar uma proposta de intervenção direta no corpo social, iniciando desta forma, um projeto de medicalização da sociedade. Amparada numa ação preventiva, tinha como objetivo a intervenção nos fatores de produção da doença.

De posse dessa lógica e com a conseqüente elaboração de um plano de higiene pública, os higienistas estabelecem sua presença na sociedade.<sup>5</sup> Assim, o saber médico atuando preventiva e positivamente passa a interferir na organização do espaço físico das cidades, na arquitetura de suas construções, nos costumes e hábitos do povo. Sempre marcada pela ação preventivista, passa a exercer uma ação normativa sobre a população.

No final do século XIX, com a vitória dos ideais republicanos, observamos um grande avanço das idéias positivistas. O surgimento da República possibilita, paralelamente à instalação de um iniciante parque industrial, a conseqüente desagregação do sistema senhoril. As grandes cidades presenciam o crescimento desorganizado da população urbana, acrescida de imigrantes estrangeiros e escravos libertos. Sem um amparo legal, estabeleceu-se a transição do regime de trabalho servil ao regime de trabalho assalariado, motivando a transferência de um grande número de trabalhadores para os centros urbanos. Com a transformação da hierarquia social urbana, agora desorganizada, torna-se necessária a criação de novos mecanismos de controle social. Momento fundamental para a medicina, que se engaja de corpo e alma nesse novo projeto político.

Este momento é demarcador de uma diferença conceitual que determina uma mudança de objetivos, pois, se inicialmente a medicina faz

5 – Em 1923 foi fundada a Liga Brasileira de Higiene Mental que, tendo como objetivo o atendimento ao doente mental, também se propunha à tarefa de prevenção e educação dos indivíduos. Em 1926 os ideais eugênicos se revelam claramente nos projetos da Liga e em 1928 seus estatutos assumem a prioridade preventiva na escola, no trabalho e na sociedade em geral. Paralelamente, em 1924 foi fundada no Rio de Janeiro a Associação Brasileira de Educação, com a qual a Liga manteve estreitos vínculos profissionais. (A esse respeito, ver Schechtman, A., *Psiquiatria Preventiva; Infância e Eufrenia*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Medicina Social da UERJ, 1981.)

uma passagem do individual para o social com objetivos realmente preventivos, num segundo momento assume um discurso político com a proposta de higiene do corpo social, na qual a família e a escola vão ser alvos privilegiados de uma suposta ação preventiva. A medicina então, perpassa a educação e intervém diretamente na formação infantil. Não podemos nos esquecer de que a escola, como a conhecemos hoje, surgiu no século XIX, juntamente com o psicologismo da educação, constituindo-se conseqüentemente, como mantenedores da ideologia vigente.

Com um projeto de ação que engloba a totalidade do ato de educar, tanto na família quanto na escola, os higienistas vão propor regras minuciosas, cuidados constantes, modificações nos hábitos familiares e educacionais de forma que se pudesse atingir o objetivo de purificação da raça. Se o discurso aparente revela a ação preventiva que objetiva a melhoria do indivíduo em sua dinâmica social, por outro, são evidentes os mecanismos de controle social do casamento, da criança, das relações sexuais, dos papéis sexuais do homem e da mulher e de suas respectivas posições sociais. Podemos aqui demarcar um projeto de construção de um **indivíduo plenamente sadio, livre dos aspectos degenerativos**.

No momento em que a medicina solidifica seu espaço de ação e de intervenção tanto no corpo físico quanto no corpo social, uma de suas especialidades, a psiquiatria, assume um lugar de destaque no discurso médico, já que vem responder pela formação moral do novo indivíduo. A psiquiatria higiênica passa a intervir ao nível dos sentimentos, das emoções e das paixões.<sup>6</sup> Estamos em plena revolução psiquiátrica, onde a loucura é destituída de uma possível verdade e relegada ao estatuto de simples enfermidade com a conseqüente patologização do cotidiano e a criação da noção de degeneração psíquica enquanto conceito médico-científico

---

6 – A inserção da psicanálise no Brasil se deu através dos higienistas, que fundamentalmente objetivavam o acesso àquilo que estava no inconsciente. Em penetrando na intimidade do indivíduo, mais eficazmente se exerceria o controle social. Portanto, com o objetivo de desvendar os conteúdos do inconsciente, vejamos Henrique Roxo definir a psicanálise: "Se, de seu estudo metódico, resulta que algumas de suas cláusulas devem ser postas de lado, fato é que proveitosíssima é a sua investigação que nos permite devassar o pensamento alheio, e apurar a grande influência que nos distúrbios dela desempenham as questões sexuais. A psicanálise consiste em um método de exploração diagnóstica, em que se investiga o objeto do pensamento alheio, a curar uma doença mental que lhe atolhe" (grifos do autor). De Roxo, H., Psicanálise in: Psicanálise e outros estudos, R.J., Conxson, 1933, p. 17. Citação extraída do ensaio de Silva Alexim Nunes: Da Medicina Social à Psicanálise, in Percursos na História da Psicanálise, coord. Joel Birman, R.J., Taurus, 1988, p. 84

explicativo de desvios dos ideais eugênicos. É importante ressaltar que as teses apresentadas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, nas duas primeiras décadas desse século, nos mostram a classe médica assustada com a falta de regra nos hábitos e nas paixões do povo, com aspectos degenerativos, morais e disciplinares desse novo tecido social em formação.<sup>7</sup> Está criada a equação que articula a medicina à educação.

Com a educação pedagógica, voltando-se para o desenvolvimento individual e o saber médico psiquiátrico respondendo pela formação moral do indivíduo, criaram-se as condições ideais para a difusão de conceitos que, hoje, perpassam toda a cultura ocidental onde se atribui à educação formal o poder de instaurar e instalar a saúde mental, tendo como base a lógica cartesiana que afirma ser possível a construção tricotada da saúde pelo viés da educação.

Considerando que a educação formal incide num sujeito com disposições já existentes, propomos desviarmos o nosso olhar para o período em que se constroem tais disposições, para o período que defino como de educação informal, pois, em auscultando essa complexa trama que determina o nascimento do ser humano, em sua inteira alteridade e subjetividade, poderemos demarcar que o nascimento biológico – simbolizado no corte do cordão umbilical –, não coincide com o nascimento do sujeito.

Portanto, para atingir o nosso objetivo, faz-se necessário percorrer os caminhos da constituição – construção – do aparelho psíquico. Caminho radicalmente singular este pelo qual o homem se faz homem, se constitui enquanto sujeito, se auto-nomeia animal racional. Se, por uma lado, nos

---

<sup>7</sup> – A esse respeito ver o excelente ensaio de Nunes, S. A., opus cit., que serviu de suporte para a elaboração deste ensaio, na articulação do saber médico com a educação.

diferenciamos pela qualidade do adjetivo racional, trazendo nesta marca a qualidade do singular, pretendemos trilhar os caminhos de uma outra qualidade de razão, também por nós nomeada de desrazão. Com Descartes tivemos o mapeamento da lógica da razão consciente, ao nos deixar como herança o “penso, logo existo”. De Lacan, subvertendo a lógica da razão cartesiana, trazemos o “penso onde não sou, portanto sou onde não penso”.

Essa subversão de valores instala e instaura uma das grandes feridas narcísicas da humanidade que foi a de retirar o homem racional do centro gravitacional do universo. Por homem racional, entende-se: ilusão cartesiana do homem dono absoluto de si mesmo. Introduce-se o Eu que não é senhor em sua própria casa, e rompe-se com o conceito do Eu como o lugar da verdade, situação na qual o conceito de sujeito estava identificado e reduzido à consciência. Não se trata, para Freud e Lacan, de nos mostrar o outro lado da consciência, mas de uma outra qualidade de subjetividade, de um novo objeto: o inconsciente. O lugar da verdade do desejo.

Dito de outro modo, esse homem pós Freud se vê como uma unidade fendida, uma unidade que suporta uma divisão que limita dois universos qualitativamente diferenciados, fundando o sujeito do enunciado ou sujeito do significado e o sujeito da enunciação ou sujeito do significante.

O sujeito do enunciado é o sujeito da fala manifesta, o sujeito da palavra, o sujeito do ocultamento. O outro é o sujeito do inconsciente, o sujeito do desejo, o sujeito ocultado. Esse sujeito do desejo porta a verdade do inconsciente, verdade que o sujeito do enunciado desconhece e, ao mesmo tempo que enuncia, se renuncia:

*“Tal como no exemplo do escravo mensageiro que trazia sob sua cabeleira o decreto que o condenava à morte, gravado em seu couro cabeludo enquanto dormia, cujo texto ele desconhecia, (...)”<sup>8</sup>*

o sujeito da consciência desconhece os desejos do sujeito inconsciente embora pertençam a uma mesma unidade. Unidade fendida marcada pela clivagem, pela Spaltung.

Ao mapear esse sujeito da desrazão, traçaremos os contornos dessa imaginária linha divisória que instaura o sujeito da razão consciente e o sujeito da desrazão. Construção sutil que demarca o acesso ao universo simbólico e inaugura o conceito de unidade fendida. Só assim, de posse desse instrumental que nos possibilite explicitar a lógica do inconsciente, perceberemos a genialidade da criação freudiana que inaugurou o discurso da subjetividade.

Ao nomear e romper com a rígida dicotomia entre normal e patológico e percorrer essa outra tênue linha imaginária que separa esses dois universos, estaremos formulando o discurso da saúde mental que suporta - engloba - o universo da desrazão.

Na história da medicina, observamos que esta ciência vem produzindo seus conceitos delimitadores dos processos normais e patológicos sempre como categorias excludentes, sendo que esta definição do normal, por si só, já conteria implicitamente o conceito do seu oposto, o patológico.

Na medicina clássica o suporte material do corpo sempre possibilitou classificações fundamentadas nesta materialidade somática, mas, no que diz respeito ao psiquismo humano, torna-se necessária a introdução de novas categorias que, para além do corpo anatômico, formulem modelos explicativos do comportamento humano. Quando a razão médica limita ao corpo anatomofisiológico as razões das possíveis disfunções psíquicas, omite em sua pesquisa a essência qualitativamente diferenciada do fenômeno psíquico.

Articular numa mesma ordem de similaridade os fenômenos fisiológicos e psíquicos se constitui numa outra loucura da razão.

A lógica cartesiana que afirma ser possível a construção tricotada da saúde pelo viés da educação é o correspondente da ordem médica que articula a loucura à disfunção somática. Pois, assim sendo, o seu oposto, ou seja, a posse de um corpo sano, possibilitaria à educação a função de instaurar a saúde mental.

Subverter esta lógica, através da descoberta freudiana, é perceber que a construção e aquisição desse aparelho psíquico passa por um complexo processo de identificações, resultando no surgimento do homem fendido, no qual o sujeito da consciência é atropelado pelo sujeito do inconsciente, este desconhecido classificado de estranho e sem sentido.

Na teoria psicanalítica, com a conceituação do inconsciente freudiano, podemos perceber que é esse mesmo *desejo inconsciente* que provoca alterações e deformações no material adquirido pelo conhecimento. Inaugura-se o discurso da subjetividade, com o deslocamento da primazia da teoria da cognição, que suspeitava erradamente que o conhecimento pudesse medir e determinar, por si só, a capacidade de pensar. Desconstrução da ilusão de que o psiquismo fosse passivo no sentido de recebimento do conhecimento, ou seja, do cognitivo.

Admitindo, portanto, que o Eu não é o senhor em sua própria casa, obrigatoriamente teremos que tentar estabelecer quais as possíveis ligações e interações entre saúde mental e educação, recortando outros modelos que articulem esses conceitos dentro de uma outra ordem. Tarefa para outros estudos, pois que neste, teremos que nos limitar apenas à desconstrução da equação acima citada, que já se constitui, por si só, numa longa jornada: processo de desconstrução de um imaginário

coletivo que sustenta que a saúde mental é produto da educação formal. Vale lembrar que a desconstrução aqui mencionada passa obrigatoriamente pela construção, isto é, que vamos trilhar os caminhos da construção e aquisição do aparelho psíquico, para tentarmos provar que o homem só se faz homem na e através da linguagem, e não como uma criação em dois tempos, primeiro a do homem e depois a da linguagem. Assim, no estudo da construção desse homem, animal simbólico, se dará a desconstrução da equação que afirma que a saúde mental é produto da educação formal.

Resumindo: quando anteriormente afirmamos que o corte do cordão umbilical não coincide com o nascimento do sujeito e que este será construído na e através da linguagem, estamos apenas salientando que a educação informal responde por aquilo que definimos como “saúde mental”.

Com isso, não estamos negando que a educação formal seja produtora de ideais de caráter que historicamente vêm demarcando a nossa civilização:

*“Três ideais de caráter dominaram sucessivamente a civilização ocidental: primeiro, o ideal de homem político, formado e transmitido a nós pela Antigüidade Clássica; segundo, o ideal do homem religioso, formado no judaísmo e transmitido a nós através do cristianismo, predominantemente na civilização de autoridade que precedeu o Iluminismo; terceiro, o ideal de homem econômico, modelo de nossa civilização liberal, formado e transmitido pelo Iluminismo. Este último se revelou um tipo de transição, aquele com a vida mais curta. Durante o seu domínio surgiu o homem psicológico do século XX...”<sup>9</sup>*

9 – RIEFF, P. O Surgimento do Homem Psicológico. in *Sigmund Freud e o gabinete do Dr. Lacan*. Org Paulo Cesar Souza, SP, Brasiliense, 1989, p. 105.

Por homem psicológico, também podemos entender homem narcísico, fruto da cultura do narcisismo. Assim, não podemos compreender os conceitos de educação informal e formal, simplesmente como “entidades” estáticas e apenas contíguas, mas, sim, como processos dialéticos e determinantes, reciprocamente, tanto do sujeito quando da sociedade.

Se a educação informal, na minha hipótese, responde pela saúde mental, cabe à educação formal – sabedora dos caminhos da construção desse homem, animal simbólico –, intervir na construção dos ideais de caráter do homem civilizado, de tal forma que possamos, sempre, retificar as relações sociais e, dialéticamente, retornar e intervir indiretamente na educação informal. Sempre, uma sendo fruto e consequência da outra, numa contínua relação dialética.

Portanto, não cabe à escola tentar responder pela formação da personalidade do sujeito, mas, sim, em respeitando as individualidades, criar espaços para a transformação das relações sociais ou, dito de outro modo, das relações interpessoais. Cabe à escola formar cidadãos.

## 2. ENSAIANDO E FOTOGRAFANDO

*"O ensaio sempre fala de algo já formado ou, na melhor das hipóteses, de algo que já tenha uma vez estado aí; pertence, pois, a sua essência que ele não destaque coisas novas a partir de um vazio nada, mas se limite a ordenar de um modo novo coisas que em algum momento já foram vivas. E como ele se limita a ordená-las de um modo novo, ao invés de dar forma a algo novo a partir do informe, encontra-se vinculado a elas, tem de dizer sempre a "verdade" sobre elas, tem de encontrar expressão para a sua essência."<sup>1</sup>*

Através desta citação extraída do texto de Adorno, revelamos nossa intenção de formalizar o presente estudo sob a forma de ensaio, pois o inconsciente, objeto de estudo da psicanálise, para se revelar em sua real complexidade, necessita de uma forma que seja a expressão fiel do seu conteúdo. Já que, conteúdo e forma, inconsciente e ensaio, desafiam:

*"(...) suavemente o ideal da percepção clara e distinta e também da certeza livre da dúvida."<sup>2</sup>*

Congratulando-nos com Goethe, revelado por Adorno, estamos determinados a ver o iluminado, não a luz, pois o olhar, quando dirigido

<sup>1</sup> – LUKÁCS, G. in Adorno, T. W., O ensaio como forma, Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 54, S.P., Ática, 1986, p. 167-168.

<sup>2</sup> – ADORNO, T. W., O ensaio como forma, Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 54, S.P., Ática, 1986, p. 177. Numa referência crítica a Descartes.

diretamente para a luz - por exemplo, o Sol -, fica ofuscado, pois o brilho intenso produz uma cegueira total.

O olhar, quando dirigido a um objeto iluminado - o objeto de qualquer ciência -, possibilita a construção de discursos sabedores de sua incompletude; discursos não só cientes da existência dos espaços lacunares, mas, fundamentalmente, sabedores de sua função, a saber: preencher de forma não totalizante as lacunas. Aliás, é este o lugar por excelência das ciências, ou melhor dizendo, único lugar possível de sua existência.

Contradição fundamental de ser percebida, pois, se a ciência só existe enquanto reveladora da lacuna do objeto pesquisado - substancializado ou não substancializado -, sua interpretação aponta para a complexidade da análise do fenômeno, aquele que revela e encobre a essência. Fenômeno que suporta a contradição e o conflito entre seus dois polos: aparência e essência.

A ciência não deve jamais se colocar no lugar daquela que vai produzir um discurso que teria como função preencher totalitariamente o vazio lacunar.

*"Já que a ordem sem lacunas dos conceitos não se identifica com o ente, o ensaio não almeja uma construção fechada, dedutiva ou indutiva."*<sup>3</sup>

Na medida em que o ensaio suporta o erro e a incerteza, por se iniciar com o assunto que lhe diz respeito sem acreditar ser necessária uma regressão histórica a um suposto ponto de origem - justamente por negar a suposição de que a

<sup>3</sup> - ADORNO, T. W., O ensaio como forma, Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 54, S.P., Ática, 1986, p. 174.

verdade teria um núcleo temporal ordenado temporo/espacialmente - e, indo até onde a sua aparente falta de metodologia suporte um método que se aceita sem o comprometimento de um ponto final; o ensaio traz na sua forma a certeza duvidosa de sua incompletude:

*"Seus conceitos recebem a luz de um **terminus ad quem** (ponto terminal) que lhe é oculto, e não de um **manifesto terminus a quo** (ponto de partida); e, com isso, o seu método mesmo enuncia a intenção utópica."*<sup>4</sup> (grifos do autor)

Portanto, o ensaio se revela como um discurso legítimo da produção científica, assumindo a radicalidade de seu projeto, a saber: suporta num só tempo a construção de um conceito que por si só necessita da totalidade sem lacunas e se permite incompleto, pois:

*"por sua afinidade com a experiência espiritual aberta, ele tem de pagar com aquela falta de segurança que a norma do pensamento institucionalizado teme como se fosse a morte."*<sup>5</sup>

Suporta lidar com a falta, se organiza em torno deste referencial lacunar, faltoso. Estruturando-se nesta relação com a falta, possibilita uma leitura do fenômeno que traz o registro da construção de uma nova interpretação acerca do vazio lacunar. Nova interpretação que tanto traz a marca de sua transgressão - fundamental para o dito progresso científico - quanto de sua filiação.

O ensaio assume a certeza duvidosa de que o conhecimento está longe de medir o poder de pensar:

4 - Idem, ibidem, p. 177

5 - Idem, ibidem, p. 177.

*"O conhecimento é a apropriação intelectual de um certo campo de objetos materiais ou ideais como dados, isto é, como fatos ou como idéias. O pensamento não se apropria de nada – é um trabalho de reflexão que se esforça para elevar uma experiência (não importa qual seja) a sua inteligibilidade, acolhendo a experiência como indeterminada, como não – saber (e não como ignorância) que pede para ser determinado e pensado, isto é, compreendido. Para que o trabalho do pensamento se realize é preciso que a experiência fale de si para poder voltar-se sobre si e compreender-se. O conhecimento tende a cristalizar-se no discurso sobre; o pensamento se esforça para evitar essa tentativa apaziguadora, pois quem já sabe, já viu e já disse não precisa pensar, ver e dizer e, portanto, também nada precisa fazer. A experiência é o que está aqui e agora, pedindo para ser visto, falado, pensado e feito."*<sup>6</sup>

Esta citação de Marilena Chauí, nos demonstra sutilmente a diferença entre conhecimento e pensamento e, conseqüentemente, também nos aponta para os diferentes discursos que são produzidos, tendo como suporte uma ou outra vertente. Assim, ao realizarmos, por exemplo, o discurso **da** loucura – diferentemente do discurso **sobre** a loucura –, evitaremos a cristalização do conhecimento que acontece no discurso **sobre**, já que este, ao priorizar o conhecimento na formulação dos conceitos, realiza um discurso ideológico e não um discurso científico. Este último, é claro, privilegia o pensamento e produz o discurso **da** loucura:<sup>7</sup>

*"O discurso ideológico é coerente e racional porque entre suas "partes" ou entre suas "frases" há "brancos" ou "vazios" responsáveis por sua coerência. Assim, ela*

6 – CHAUI, Marilena S., Ideologia e Educação. Educação e Sociedade, S.P., Brasiliense, 1980, p. 26-27.

7 – Cabe aqui acrescentar que o discurso de também implica e engloba uma outra dimensão apontada por Kristeva, J., em História da Linguagem, Lisboa, Edição 70, 1988, p.22-23. "O termo **discurso** designa de um modo rigoroso, e sem ambigüidade, a manifestação da língua na comunicação viva. Preciado por Émile Benveniste, opõe-se ao termo **língua**, que recobre doravante a linguagem enquanto conjunto de signos formais, estratificado em escalões sucessivos, que formam sistemas e estruturas. O **discurso** implica primeiro a participação do sujeito na sua linguagem através da **fala do indivíduo**. Utilizando a estrutura anônima da língua, o sujeito forma-se no discurso que comunica ao outro. No discurso, a língua comum a todos torna-se o veículo de uma mensagem única, própria da estrutura particular de um determinado sujeito que imprime sobre a estrutura obrigatória da língua uma marca específica, em que se marca o sujeito sem que por tal ele tenha consciência disso. (. . .) O termo **discurso** designa qualquer enunciação que integre nas suas estruturas o locutor e o auditor, com o desejo do primeiro de influenciar o segundo. Por isso o discurso transforma-se no campo privilegiado da psicanálise." (grifos do autor)

*(a ideologia) é coerente não apesar das lacunas, mas por causa ou graças às lacunas. Ela é coerente como ciência, como moral, como tecnologia, como filosofia, como religião, como pedagogia, como explicação e como ação apenas porque não diz tudo e não pode dizer tudo. Se dissesse tudo, se quebraria por dentro."*<sup>8</sup>

No discurso ideológico haveria uma ocultação intencional - ou não - de um saber já sabido - ou não - e, conseqüentemente, o branco ou vazio não seria fruto do desconhecimento, mas resultante de um artifício que permita a ilusão da coerência. Seria como se, ao ir ao teatro, comprássemos além da nossa poltrona tanto a da direita quanto a da esquerda, para impedir que um suposto vizinho indesejável pudesse de nós se aproximar e nos incomodar. Teríamos assim, a plena lotação do teatro – supondo todos os outros lugares vendidos –, graças aos dois lugares vazios ao nosso lado, indicando a intencionalidade do não preenchimento.

No discurso científico o vazio é da ordem do desconhecido. Nele, o silêncio lacunar pede para ser preenchido, pois ao ser falado não destruiria o discurso que lhe deu origem. Ao mesmo tempo que o transcende, reafirma respeitosamente sua filiação. Assim, o desconhecimento se articula com o conhecimento, com a busca da verdade, fazendo do primeiro um produto do segundo. Dito de outro modo, o desconhecimento seria a ausência de conhecimento, ou a presença de uma ausência.

Portanto, o discurso científico que acolhe a lacuna como não saber e se propõe a fazê-la falar para se fazer compreendida, se distingue radicalmente do discurso ideológico que faz da lacuna a razão de sua coerência, que precisa deste silêncio para se fazer falsamente completo.

Ao delimitar que no presente estudo abordaremos o conceito de

saúde mental, tendo como suporte a teoria psicanalítica, estamos também implicitamente afirmando que se trata do estudo do conceito freudiano de inconsciente, isto é, do estudo demonstrativo de sua lógica. Assim como o dizer do ensaio subverte a ordenação lógica do *Discours de la Methode* de Descartes, o inconsciente, ao se fazer falar, formula o seu dizer também subvertendo a mesma ordem. Do ensaio, podemos dizer que não se propõe a decompor o seu objeto, por acreditar que o que determina a estrutura do conjunto é a ordem de relação estabelecida entre seus elementos que é alterada em sua decomposição. É esta a conceituação do estruturalismo psicanalítico que retomaremos posteriormente ao definirmos o aparelho psíquico como um conjunto estrutural e estruturante do sujeito em que a estrutura desse conjunto psíquico é definida pela ordem de relação estabelecida entre seus elementos constitutivos. Ordenação esta que funda essa estrutura e que se altera em sendo decomposta.

O mesmo poderíamos dizer do inconsciente - objeto da psicanálise - que também não suporta a sua decomposição em tantas e quantas partes se fizerem necessárias, pois ele, o inconsciente, só se manifesta justamente onde não é esperado. Por não ser previsível, escapa de uma ordenação e posterior decomposição cartesiana, não passando sua apreensão pela ordenação de seus elementos, do mais simples em direção ao mais complexo.

Do inconsciente, pelo seu eterno caráter de surpresa, de só portar uma significação a posteriori, de se manifestar sempre através daquilo que o cogito da razão cartesiana denomina de desrazão, ou seja, atos falhos, sonhos e devaneios, precisamos, para fazê-lo falar, abandonar propositalmente a exigência de continuidade no modo de conduzir o pensamento.<sup>9</sup>

<sup>9</sup> – E nesse ponto, alguns críticos da psicanálise poderão rotular essa intenção proposital de pensamento irreflexivo ou ingênuo, em oposição ao pensamento reflexivo do cartesianismo, um pensamento cultivado e elaborado para um objetivo específico.

Contudo, esse inconsciente refratário à decomposição cartesiana, que se manifesta através desse pensamento irreflexivo, e que constitui esse discurso da desrazão, vai necessitar, num segundo momento, da razão crítica para nomeá-lo. Portanto, não se trata mais de uma simples oposição entre dois discursos, mas da complementariedade entre ambos.

É preciso que se deixe falar a desrazão – jamais emudecê-la – e procurar dentro de sua lógica própria, a razão que a fundamenta. Pois, se antes de ouvi-la – a desrazão – lhe aplicarmos os valores da lógica da razão cartesiana, a silenciaremos. Precisamos ouvi-la, dentro da lógica intrínseca que porta o seu discurso de desrazão.

Se ADORNO nos diz que o ensaio pensa aos solavancos e aos pedaços, sendo descontínuo assim como a realidade que ele revela também o é, e que encontra a sua unidade através de rupturas e não à medida que as escamoteia, pedimos emprestada sua definição para aplicá-la integralmente à psicanálise que, ao fazer falar seu objeto, o inconsciente, procura sua unidade exatamente através de sua aparente ruptura.<sup>10</sup>

Do texto freudiano que funda o inconsciente, foi possível a reconstrução de outros tantos que se dizem herdeiros legítimos de seu saber. A partir da letra do texto freudiano se produziram outros tantos discursos do texto. Discursos singulares que trazem a marca do olho do leitor e a certeza de que ninguém lê o que está escrito.<sup>11</sup> A noção de que o pesquisador não ocupa um lugar de

10 – “Estou falando da regra fundamental, que é a regra que estrutura a relação analítica; é o método das associações livres. “o analisando é convidado a dizer o que pensa e sente sem nada escolher e sem nada omitir do que lhe acode ao espírito, ainda que lhe pareça desagradável de comunicar, ridículo, desprovido de interesse ou despropositado.” Cf. J. Laplanche e J. B. Pontalis, Vocabulário da Psicanálise, Lisboa, Moraes, 1976, p. 565.

11 – Cabe aqui lembrar que o discurso freudiano é constituído por enunciados heterogêneos, o que, conseqüentemente, possibilitou as diferentes interpretações surgidas com a sua leitura. Portanto, se desde os seus primórdios esse discurso introduz não só a palavra, como também noções que apontam para a idéia de *estrutura*, também possibilitou a construção de interpretações positivistas. Nos ensaios seguintes, privilegiaremos o resgate dos conceitos freudianos sob a ótica da categoria de estrutura, ou então, mostraremos que esses enunciados podem ser reinterpretados sob os pressupostos da razão estruturalista. Embora Freud nunca tenha se apresentado como um teórico do estruturalismo, ou que esta questão tenha se colocado dentro dos seus horizontes.

neutralidade em relação ao objeto pesquisado se articula com a noção de que a aquisição e a conseqüente produção do saber são permeáveis às modificações introduzidas pela ordem do desejo.<sup>12</sup> Durante muito tempo se acreditou que a fotografia – um processo ótico de reprodução de imagem – revelasse, como um documento, um fato em sua absoluta objetividade. Ocupando o lugar de um registro documental, se dizia neutra. A partir de um outro processo ótico de reprodução de imagem, a *câmara clara* – em oposição à *câmara escura*, da fotografia –, Roland Barthes<sup>13</sup> nos introduz nas subjetividades da fotografia, seja pela ótica do olho subjetivo do observador da fotografia, seja pela ótica da escolha subjetiva do objeto a ser fotografado.

Se a câmara escura porta a ilusão de uma pretensa neutralidade científica – dos princípios científicos cartesianos –, o mesmo não diríamos da *câmara clara*, que nos revela claramente a sua real intensão. *Câmara clara*, também chamada brilhantemente de câmara lúcida, se constitui num processo ótico de reprodução de imagens onde a partir de um instrumento constituído de prismas

12 – Vale a pena abrir aqui um parênteses para lembrar que a psicanálise, fiel à sua filiação médica e, sendo perpassada pela filosofia, hoje não se situa nem na medicina nem na filosofia, tendo criado um espaço novo que subverteu o conceito de ciência. Embora não seja o objetivo do presente estudo a demarcação desse espaço, a citação acima se faz necessária já que algumas esferas do saber acadêmico questionam a pretensão da psicanálise de se dizer científica. Isso aconteceu em função de o campo científico se estruturar numa equação que afirma que toda previsão só é observável porque se apoia numa lei de causas e efeitos. Uma lei que possa assim ser submetida a uma regra objetiva e generalizável, fazendo com que tal previsão possa ser repetida e comprovada empíricamente.

Ora, é sabido que a causalidade psíquica não se enquadra neste figurino proposto pelas ciências exatas em função da ausência de legalidade entre causas e efeitos que determinam a estruturação psíquica, criando desta forma, uma situação que invalida qualquer previsão estável.

Além disso, é preciso salientar que nem todo objeto da ciência pode ser reduzido, fechado e atado a um sistema de interação de forças. Devemos ter ciência de que também se faz objeto da ciência a subjetividade dos seres organizados, em movimento, onde aí, forçosamente lhes é imputada uma suposta ação, já que para analisá-los pelos pressupostos das ciências exatas, necessita-se imobilizá-los. Para além da posição subjetiva do objeto pesquisado, também se faz presente a subjetividade do sujeito pesquisador:

*"Pode-se dizer que o ideal da ciência é reduzir o objeto ao que se pode fechar e atar num sistema de interação de forças. O objeto, no final das contas, nunca é tal senão para a ciência. E não há nunca senão um único sujeito – o cientista que olha o conjunto e espera um dia reduzir tudo a um jogo determinado de símbolos que envolvem todas as interações entre objetos. Somente quando se trata de seres organizados, o cientista é sempre forçado a supor que há ação. Um ser organizado, pode-se certamente considerá-lo como um objeto, mas, enquanto se lhe supõe um valor de organismo, conserva-se, ainda que implicitamente, a noção de que é um sujeito"*

*Durante a análise de um comportamento instintivo, pode-se negligenciar por certo tempo a posição subjetiva. Mas essa posição não pode absolutamente ser negligenciada quando se trata do sujeito que fala. O sujeito que fala, devemos admiti-lo forçosamente como sujeito. E por quê? Por uma simples razão, porque ele é capaz de mentir. Quer dizer que ele é distinto do que diz"*

*Bem, a dimensão do sujeito que fala, do sujeito que fala enquanto enganador, é o que Freud descobre para nós no inconsciente"*

*Na ciência, o sujeito não é mantido a não ser no plano da consciência, porque o sujeito na ciência é no fundo o cientista. É aquele que possui o sistema da ciência que mantém a dimensão do sujeito. É o sujeito, na medida em que é o reflexo, o espelho, o suporte do mundo objetual. Freud, pelo contrário, mostra-nos que há no sujeito humano algo que fala, que fala no pleno sentido da palavra, quer dizer, algo que mente, em conhecimento da causa, e independentemente do que traz a consciência. ( )" Lacan. J., O Seminário, Livro 1 os escritos técnicos de Freud, R.J., Jorge Zahar, 1979, p. 224-225*

13 – BARTHES, Roland, *A câmara clara*, R.J., Nova Fronteira, 1984.

de reflexão total, podemos observar simultaneamente o *objeto real* e sua imagem reproduzida – projetada – numa superfície em branco. Situação na qual a mão do homem assume a tarefa de reproduzir a imagem do objeto real, desenhando-o.

Acredito que este trabalho, composto sob a forma de ensaio – e sendo constituído por vários pequenos ensaios articulados entre si –, se assemelhe ao dispositivo da câmara lúcida. Se por um lado constitui-se num *objeto real*, por outro, sua imagem refletida no imaginário de cada leitor singular, possibilitará a este, leitor único, desenhá-lo com sua própria mão.

### **3. DA HISTÓRIA DA PSIQUIATRIA AO DISCURSO DA PSICANÁLISE**

#### **- A loucura de fora**

Ao lidarmos hoje com a categoria loucura, da forma como se coloca em nosso contexto cultural e científico, podemos constatar o quanto a sua compreensão vem sofrendo transformações que marcam os impasses e os avanços pelos quais vem sendo percebida – nem sempre, em tentativas de ser compreendida racionalmente.

Para configurarmos bem essa trajetória, nada melhor do que relacionarmos alguns textos que nos possibilitem avaliar a relação do homem com a loucura, sempre perpassada pela caracterização do momento histórico-cultural que demarcava as transformações inseridas nesta relação. Dito deste modo, fica evidente que partiremos de um enfoque em que a loucura é colocada como algo de fora, externa ao homem saudável.

Assim analisada, a categoria loucura adquire uma exterioridade em que é supostamente possível analisá-la enquanto um corpo estranho, separada do universo integrado em que se constituiria a saúde.

Seguindo a sugestão de Pelbart,<sup>1</sup> iniciaremos nossa discussão com uma tragédia grega, Ajax, de Sófocles<sup>2</sup>. Na tragédia citada, a primeira cena representa um acampamento acaico<sup>3</sup> ao despontar do dia. Ulisses anda, cautelosamente, ao redor da tenda de Ajax, procurando ouvir ou ver alguma coisa. Com a morte de Aquiles, o mais valoroso dos gregos, foi realizado, em Tróia, um julgamento para ser escolhido seu herdeiro natural, aquele que receberia sua armadura celeste. Ulisses, chefe dos Cefalénicos, foi escolhido, em detrimento de Ajax, rei da Salamina.

Ulisses, andando cautelosamente ao redor da tenda de Ajax, ouve a voz da Deusa Atena, filha de Zeus. Como se sabe, os deuses gregos, embora pudessem se comunicar com os mortais e interferir diretamente nos assuntos humanos, não podiam ser vistos. Essa impossibilidade demarcava o abismo existente entre eles e os mortais.

Atena, então, lhe confirma que Ajax, possuído por uma fúria invejosa, ao saber não ter sido o escolhido como o guerreiro mais valente e herdeiro de Aquiles, parte à procura de Ulisses, para se vingar. Nesta busca, Ajax encontra-se consigo mesmo, encontra-se com sua própria loucura.<sup>4</sup>

1 - PELBART, P. P., Da clausura do fora ao fora da clausura, S.P., Brasiliense, 1989, p. 21-22.

2 - Sófocles, nascido em Colono, perto de Atenas, escreveu Ajax, provavelmente em 450 a.C.. Sófocles, Antígona - Ajax - Rei Édipo, Lisboa, Editorial Verbo.

3 - Pertencente ou natural de Acaia e, por extensão, da Grécia Antiga.

4 - Segue um diálogo da citada tragédia, onde a Deusa Atena mostra ao guerreiro Ulisses, o momento de sua intervenção sobre Ajax, desviando-o no seu percurso vingativo.

Ulisses, então, pergunta a Atena: *e quem deteve a sua mão, tão ansiosa de matar?*

Ao que ela responde: *Fui eu! Afastei-o de uma alegria que já não tinha remédio. Fui eu que sumiu seus olhos no desvario e os fiz voltarem-se contra o rebanho, contra as reses dos despojos, que ainda não se haviam repartido, e que vossos boieiros mantinham misturadas. Para elas se precipitou, mortífera praga para os cornúpetos, cujos espinhaços, girando sem parar sobre si próprio, ele vai quebrando; e, ora julga que vai matando, com suas próprias mãos, a ambos os Atridas, ou vê estar a atacar um outro chefe. Apresto, então, os delirantes ataques de sua loucura; empurro-o para dentro de um limitado cerco de males. Quando cessa, finalmente, a matança, ata com cordas os bois e outros animais do rebanho que ainda não haviam morrido, e arrasta-os para a sua tenda, convencido de ter caçado, não bois, mas homens. Ali os tem agora, na tenda atados, torturando-os! Vou mostrar-te essa sua evidente loucura para que, tendo-a visto, a narres a todos os orgivos. Vamos, pois! Ânimo! Fica aqui e não o espere a pé firme, como quem aguarda uma desgraça. Não, que eu deterei e desviarei, para outro ponto, os raios dos seus olhos, para que te não possa ver*

Atena aproxima-se da porta da tenda para que, de dentro, Ajax possa ouvi-la.

*Ouve tu! Tu que tens atadas nas costas as mãos dos seus prisioneiros; a ti falo, Ajax, e te ordeno que saias e venhas aqui, à porta da tua tenda.*

Ulisses - *Que fazes, Atena? Não, não o chames, que não saia!*

Atena - *Silêncio! Não saberás conter-te ou queres acarretar com uma fama de covardia?*

Ulisses - *Não, pelos deuses! Que fique lá dentro e basta!*

Atena - *Por que? Que receias? Ele, antes, não era um homem?*

Ulisses - *Era meu inimigo, e ainda o é agora*

Atena - *Oh, que engano! Não terás o mesmo prazer, como quando te encontras frente a um inimigo?*

Ulisses - *Para mim não é preciso que saia da tenda.*

Atena - *Receias, por acaso, ver, em toda a sua realidade, um homem desviado?*

Ulisses - *Não o temeria nem me esquivaria, se ele estivesse em seu juízo perfeito.*

Ulisses, escolhido o mais valente, imbatível no campo de batalha, guerreiro premiado com a armadura celeste de Aquiles, o terror dos prisioneiros troianos, se curva diante da loucura incompreensível de Ajax. Desvia o olhar do louco Ajax que, possuído pela fúria invejosa, faz sangue por todos os lados, para em seguida, se fazer sangue ao lançar-se contra a própria espada. Ulisses não encara a loucura face a face. Loucura que escapa do ordenamento dos próprios deuses, cabendo à Deusa Atena promover apenas um desvio na rota da loucura, confinando-a a se exercer em objetos substitutos: *substitui Ulisses por uma boiada*.

Continuando a considerar os gregos, percebemos em Platão<sup>5</sup> uma outra relação com a loucura. Em Fedro, é apresentada a possibilidade de uma proximidade maior com a loucura desde que respeitada uma nomenclatura que instaure uma diferença.

Fedro, em seu diálogo com Sócrates, lê o discurso de Lysias que reprova o amante que se vê tomado pela loucura. Diz ser preferível o amante que não ama, senhor de sua razão. Assim, Lysias opõe coração versus razão, preferindo a vitória desta.

Platão, na voz de Sócrates, diz que a loucura pode ser fonte dos maiores bens desde que seja efeito de um favor divino. Apresenta então, duas categorias de loucura, radicalmente opostas, onde num pólo estaria a loucura abençoada pelo dom divino, e no outro, a loucura dita humana. A primeira da ordem do desejável e a segunda da ordem do demoníaco. Equação de oposição, na qual a definição e delimitação do bem, necessariamente, passam pela articulação com o seu oposto.

<sup>5</sup> – PLATÃO, Diálogos: Ménon Banquete. Fedro, R J, Ediouro

Para efeito deste estudo nos interessa apenas salientar, já com Platão, a possibilidade de uma aproximação com a loucura, desde que revestida do dom divino e, enquanto tal, catalogada como boa loucura. Platão, portanto, aproxima a loucura da razão e funda a legitimidade da loucura no seio da própria razão. É claro que para isso foi necessário manter a *outra loucura* de fora.

Ainda na Grécia Antiga, tivemos com Hipócrates, chamado o Pai da Medicina, o surgimento da tentativa de instrumentalizar racionalmente o saber sobre a loucura, demarcando o nascimento da racionalidade médica nesse domínio. Nomeando e classificando a epilepsia ou doença sagrada, o saber médico emergente se apropria e funda o espaço da doença mental.<sup>6</sup>

Da Grécia Antiga damos um salto para a Idade Média. Até o século XVI, a loucura ocupava o lugar da diferença. Uma diferença que estabelecia uma relação de oposição ao que seria o normal. Diferença ainda não catalogada. É importante ressaltar que enquanto ocupando o lugar da diferença, ainda não inscrita no domínio da racionalidade médica, transitou pelo período das trevas,<sup>7</sup> ora como portadora e mensageira da sabedoria, ora como geradora do pânico para em seguida mais uma vez ocupar o lugar da diferença pura. Enquanto diferença quero dizer que, literalmente, a loucura não existia enquanto fenômeno catalogável e que seu pertencimento a algum grupo se fazia pela oposição ao conceito do que seria saúde num sentido global. Assim, o louco ocupava o mesmo espaço do leproso, do sífilítico, do alcoólatra, etc.<sup>8</sup>

Historicamente, foi somente no século XVII que o racionalismo

6 – FRANZ, A. e SELESNICK, S., História da Psiquiatria, S.P., Ibrasa, 1968.

7 – O período das trevas diz respeito a uma determinada nomenclatura histórica, e não à *ausência de luz* (ausência de razão) enquanto oposição ao *iluminismo* (pleno de razão). Aliás, as potentes luzes da razão científica surgidas no iluminismo com certeza, tiveram sua gestação na escuridão das trevas. Assim como o feto é gerado na escuridão do útero.,

8 – GARCIA-ROZA, L. A., Freud e o inconsciente, R.J., Jorge Zahar, 1988, p. 26-27.

conseguiu dar à loucura um estatuto de entidade própria. Porém, foi no século XVIII, quando o discurso filosófico já havia incorporado a visão cartesiana de mundo, que se produziu o discurso sobre a loucura. É neste sentido que Foucault<sup>9</sup> nos diz que a loucura é uma produção do século XVIII, que traz a marca da tentativa desesperadora de delimitação da oposição razão/desrazão, onde o louco, ocupando o lugar do segundo termo desta equação, é colocado por similaridade nas proximidades do mundo animal, primitivo. Portanto, foi somente no século XVIII que a razão conseguiu produzir a loucura. Descartes, no século XVII, havia apenas iniciado o discurso que opunha a razão à desrazão, não havendo para ele um pensamento louco:

*"Loucura e pensamento eram dois termos que podiam ser definidos por exclusão, pois o pensamento era exatamente aquilo que por ser regulado pela razão opunha-se à loucura. O homem pode ficar louco, o pensamento não."*<sup>10</sup>

Por esse viés, podemos perceber que a produção do saber sobre a loucura, amparando-se no método cartesiano, formula um discurso racional onde o louco – próximo do mundo animal – é também caracterizado como irracional e potencialmente perigoso. Se o louco passou a ocupar o lugar do perigoso, obviamente caberia ao psiquiatra – aquele que fabricou esse discurso – ocupar o lugar do salva-vidas. É o nascimento do espaço-asilar, em oposição ao espaço-hospitalar, sendo que no primeiro não se objetivava a cura, mas tão somente a dominação, o controle, o domar esse estado de loucura.

Ratificando, é essa a diferença fundamental que Foucault coloca, pois a produção de um discurso sobre a loucura, como o realizado no século XVIII, foi a

9 – FOUCAULT, M., História da Loucura, S.P., Perspectiva, 1978.

10 – GARCIA-ROZA, L. A., Freud e o Incosciente, R.J, Jorge Zahar, 1988, p. 27

própria fabricação da loucura, onde a fábrica foi o hospital e o psiquiatra, o artesão.<sup>11</sup> Fabricaram-se seus princípios, suas causas, seus saberes, suas práticas, suas leis institucionais – hospitalares, etc. Nesse hospital – laboratório, foi fabricada a loucura substancializada, ou dito de outro modo, foi descoberta uma substância louca:

*"O hospital do século XVIII devia criar as condições para que a verdade do mal explodisse. Donde um lugar de observação e de demonstração mas também de purificação e de prova. Constituía uma espécie de aparelhagem complexa que devia ao mesmo tempo fazer aparecer e produzir realmente a doença. Lugar botânico para a contemplação das espécies, lugar ainda alquímico para a elaboração das substâncias patológicas."*<sup>12</sup>

Não se trata de dizer que a loucura não existia; raciocínio simplista. O que se coloca é que o *discurso sobre a loucura* se difere do *discurso da loucura*, este sim, capaz de pesquisar a realidade oculta por detrás do fenômeno da loucura e identificá-la.

A revolução psiquiátrica, fruto do iluminismo, afirmou e reafirmou o predomínio absoluto da razão. Trilhando os caminhos apontados por Joel Birman<sup>13</sup>, podemos perceber que a revolução psiquiátrica do século XVIII elaborou um discurso explicativo sobre a loucura, onde a sua teoria não levava em conta nem o sujeito na experiência da loucura, nem uma possível ordem de sentido na sua experiência. Estabeleceu-se uma relação de poder onde o saber psiquiátrico portador de uma verdade absoluta se opõe à não verdade da loucura. A fabricação da loucura implicou na fabricação de um saber sobre a mesma.

11 – Idem, *ibidem*, p. 28.

12 – FOUCAULT, M., *A Verdade e as Formas Jurídicas*, in Garcia-Roza, L. A., *Freud e o Inconsciente*, R.J., Jorge Zahar, 1988, p. 28.

13 – BIRMAN, J., *A psiquiatria como discurso da moralidade*, R.J., Graal, 1978 e *Enfermidade e Loucura*, R.J., Campus, 1980.

A loucura, subtraída de uma possível verdade plena de sentido, passa ao registro de objeto manipulável, incompreensível, impensável. Loucura confinada ao espaço asilar. Elaborar-se então um discurso normalizador sobre a loucura, em oposição ao discurso da loucura, pleno de sentido. Cabe aqui lembrar a diferença conceitual que estabelecemos anteriormente entre o discurso *sobre* e o discurso *de*, no qual o primeiro termo seria produto de um discurso ideológico.

## - A loucura de dentro

Século XVIII, palco da Revolução Francesa e com Pinel fundando a estrutura asilar que serviria de suporte para a estruturação do sistema alienista do século XIX. Ressaltamos aqui o caráter inovador de Pinel, que se constitui na grande invenção dos alienistas, ou seja, de que a loucura poderia ser objeto de uma intervenção terapêutica.

Hegel, leitor atento de Pinel, vai, a partir dessa leitura, tricotar sua concepção filosófica da loucura, dizendo:

*"(...) a alienação mental não é a perda abstrata da razão (...) (mas) somente contradição na razão que ainda existe."*<sup>14</sup>

*Contradição na razão:* eis aqui a subversão conceitual hegeliana ao introduzir a loucura no seio da própria razão, no interior – dentro – do sujeito humano e, mais ainda, fazendo da loucura algo da ordem do necessário para o estabelecimento da razão reflexiva.

<sup>14</sup> – HEGEL, G. W. F., Enciclopédia das Ciências Filosóficas, in Pelbart, P. P., Da clausura do fora ao fora da clausura, S.P., Brasiliense, 1989, p. 47.

Neste ponto reside a alteração do saber sobre a loucura. Tal alteração aponta para o surgimento do *discurso da loucura*. A partir de então, a loucura será pensada sob o signo de uma interioridade à própria razão, não sendo aquela uma ausência da razão – e conseqüentemente seu oposto –, mas vai ser a existência de um processo interior à razão.

É importante ressaltar que não se trata apenas de uma simples modificação conceitual sem conseqüências maiores, pois, ao legitimar o pertencimento da loucura à ordem da razão, funda-se um novo conceito de homem:

*"(...) só é homem aquele que tem a virtualidade da loucura – aquele que pode transcender a si mesmo, que pode conflitar-se consigo mesmo, que pode deslocar-se de si através da linguagem (...)"<sup>15</sup>*

Contradição na razão por considerar a existência de uma totalidade fendida constituinte do sujeito: por um lado uma totalidade que se constitui naquilo que percebemos como consciência do sujeito, uma totalidade sistematizada e organizada; por outro, uma determinabilidade particular que engloba um universo sensitivo, volitivo, ideativo, organizado sob os princípios hierárquicos e coerentes dessa *consciência do sujeito*. Portanto, a sanidade viria dessa totalidade sistematizada, organizando essas determinabilidades particulares. Já a loucura:

*"(...) será sempre a sublevação de alguma determinação já existente no interior da totalidade da consciência, que ganha autonomia e se livra desse todo organizado ao qual pertence por origem"<sup>16</sup>*

15 – PELBART, P. P., *Da clausura do fora ao fora da clausura*, S.P., Brasiliense, 1989, p. 52-53.

16 – *Idem*, *ibidem*, p. 47.

Formulando desta maneira, podemos perceber que não se trata de uma simples equação de oposição entre dois lados de uma mesma pessoa, mas de *um conflito entre duas pessoas no interior da mesma individualidade*, criando o paradoxo de fundar *duas totalidades que se conhecem, se tocam e se repelem* no interior da mesma individualidade. Estabelece-se assim o conceito de que a loucura se constitui num privilégio do homem reflexivo:

*"(...) O homem tem por assim dizer, o privilégio da loucura, pois só a ele é dado de se pensar num estado de completa abstração do eu, (...)"*<sup>17</sup>

Freud inaugurou um saber que se sustenta, fundamentalmente, no registro de que a loucura é portadora de uma verdade, contrapondo-se à iniciante tradição psiquiátrica de então, que havia subtraído da loucura qualquer possível registro de verdade, apenas a inscrevendo como uma possível lesão anatomofisiológica. Esclarecendo: partindo do corpo como suporte para suas criações teóricas, a psiquiatrização criou as condições necessárias para a construção do *corpo patológico*. A loucura sendo reduzida ao estatuto de um corpo doente.

Freud vem então subverter essa ordem estabelecida, pois, retomando uma tradição presente até o Renascimento, reafirma que o discurso da loucura é portador de uma verdade, inscrito numa ordem de sentido. Desta forma, rompeu-se com a rígida dicotomia entre normal e patológico até então predominante na tradição psiquiátrica do século XIX, formulando-se que a loucura não se constitui em uma aberração humana, pois é regida pelos mesmos princípios do pensamento dito normal. Ao formular que o mal-estar síquico – loucura – apresentava uma lógica interna,

17 – HEGEL, G. W. F., *Philosophie de L'esprit*, in Pelbart, P. P., *Da clausura do fora ao fora da clausura*, S.P., Brasiliense, 1989, p. 51.

que o sintoma continha uma significação passível de interpretação, Freud, ao mesmo tempo que retoma uma tradição renascentista, dela se afasta, pois esta procurava o sentido da loucura pela inserção cósmica do sujeito no mundo, e não pelo funcionamento psíquico. Inaugura-se, assim, o discurso da subjetividade psíquica.<sup>18</sup>

Freud, partindo da experiência clínica – empírica –, vai articular este fenômeno observável na realidade com uma construção teórica metapsicológica, numa tentativa de compreensão da loucura. Aquilo que até então estava na ordem do impensável, ganha um discurso da loucura. Ele cria uma teoria, ou como nos diz Garcia-Roza, uma *ficção teórica* que não designa uma realidade observável ou até mesmo existente. A metapsicologia freudiana, que encontra seu contraponto na metafísica, se origina dos fatos empíricos – clínicos –, e destes se afasta, pois sua construção teórica não se limita a uma descrição linear desta experiência real, observável. Diríamos que, ao invés de descrever o real observável, esta ficção teórica produz o real.

Produzindo um discurso que inaugura a verdade da loucura, Freud nos descortina uma outra categoria até então desprezada pelos princípios cartesianos, ou seja, simultaneamente introduz a possibilidade de a desrazão também ser portadora de uma verdade. Por desrazão podemos entender toda a produção psíquica do ser humano não catalogada como psicopatológica, a saber: sonhos, desvaneios, atos falhos e chistes, que até então eram simplesmente ignorados pela ciência por serem desprovidos de uma lógica formal.

Percebemos, então, a formulação de duas categorias distintas de

---

<sup>18</sup> – Sugiro aos interessados em aprofundar no tema, a leitura dos seguintes livros e texto de Joel Birman: *A psiquiatria como discurso da moralidade*, Graal, R.J., 1978; *Enfermidade e Loucura*, Campus, R.J., 1980 e *Interpretação Psicanalítica e Intersubjetividade*, *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, vol. 35, nº 3, E.C.N., R.J., 1986, dos quais foram retirados os conceitos aqui expostos.

processos mentais com os quais, a partir de agora, passaremos a operar. Embora não seja o objetivo deste estudo o aprofundamento e a delimitação dos processos psicopatológicos, se faz necessário estabelecer os parâmetros com os quais estamos operando. Portanto, a título de facilitação de uma exposição didática, trabalharemos com o conceito de loucura enquanto enfermidade, como uma categoria que apresenta um processo psicopatológico: *o patológico implica pathos, sentimento concreto de sofrimento e impotência, sentimento de vida contrariada.*<sup>19</sup> Se antes havíamos afirmado que a ruptura que o saber freudiano inaugura é justamente a de subverter a rígida demarcação entre normal e patológico, como operar agora com estes conceitos e delimitar o que se define como psicopatologia? Partindo do pressuposto freudiano de que é o mesmo princípio de funcionamento mental que rege tanto a enfermidade quanto a normalidade, como poderemos estabelecer um critério que determine o surgimento daquelas duas categorias?

A construção teórica da psicanálise, seguindo a tradição médica, continua trabalhando com os conceitos de psicopatologia, hipótese diagnóstica, processo de cura e prognóstico. Embora a cura perseguida pela psicanálise não seja a cura médica enquanto remissão de sintomas ou normalização, pois, para a psicanálise, processo de cura não se resume – e nem sempre se objetiva – na eliminação dos sintomas, mas na sua *elaboração*.

Se sabemos que há séculos a enfermidade se constitui num enigma para o médico e que, a partir de seus sinais manifestos, o médico vai formular uma interpretação que possa revelar sua significação essencial, como transpor para a psicanálise a operação interpretativa que possibilitaria a hipótese diagnóstica?

Se o código decifrador do médico é de uma natureza qualitativamente

<sup>19</sup> – PELBART, P. P., *Da clausura do fora ao fora da clausura*, S.P., Brasiliense, 1989, p. 212.

diferente da do psicanalista, como então definir a enfermidade na teoria psicanalítica? Tanto para a psiquiatria, que opera com o fenômeno, como para a psicologia que muitas vezes lida com o comportamento, a qualificação da enfermidade pressupõe o registro do fenômeno e/ou do comportamento antecipadamente registrado como anormal e visível a olho nu, ou seja, macroscopicamente. Portanto, a existência de um fenômeno ou de um comportamento, a priori já designado como psicopatológico, será automaticamente classificado como doença.

Se a psicanálise não é uma ciência dos fenômenos, não se interessa pela catalogação do comportamento e se sua lei não é previsível nem comprovada na repetição empírica, então o que é enfermidade na teoria psicanalítica?<sup>20</sup>

A psicanálise, para além da aparência, vai procurar a verdade do sujeito – do singular –, justamente onde se acreditava nada existir. Para tanto, se utiliza do conceito de estruturalismo mesmo que para isso tenha que modificá-lo.

Tendo a psicanálise procurado um suporte no conceito de estruturalismo, vai como outras teorias problematizá-lo particularmente. Assim o faz cada teoria que dele se apropria, pois o estruturalismo é um método aplicado diferentemente pelas diversas escolas teóricas nas várias áreas do saber sistematizado.

*"Sequer é dado discutir o estruturalismo em si, uma vez que, nascido no âmbito da linguística, estende-se ele a diferentes*

20 – Já salientamos no ensaio anterior a subversão conceitual do saber psicanalítico enquanto ciência, já que o seu saber supõe a inexistência da suposta neutralidade do pesquisador diante do objeto pesquisado. Relembramos que a ciência pode até negligenciar por um certo tempo a posição subjetiva do objeto pesquisado - como por exemplo, ao analisar um comportamento instintivo -, mas não pode, em hipótese alguma, negligenciar a subjetividade do sujeito que fala, isto é, do sujeito pesquisador, pois: "a dimensão do sujeito que fala, do sujeito que fala enquanto enganador, é o que Freud descobre para nós no inconsciente". Cf. Lacan, J., O Seminário, Livro 1: os escritos técnicos de Freud, R.J., Jorge Zahar, 1979, p. 225.

Além disso, estamos delimitando que a ciência produz um discurso de, e que o discurso designa, obrigatoriamente, uma mensagem única, que traz a marca da característica singular do sujeito falante: "No discurso, a língua comum a todos torna-se o veículo de uma mensagem única, própria da estrutura particular de um determinado sujeito que imprime sobre a estrutura obrigatória da língua uma marca específica, (...)" Cf. Kristeva, J., História da Linguagem, Lisboa, Edições 70, 1988, p. 22.

*domínios que, por sua vez, o problematizam de formas diversas."*<sup>21</sup>

Ainda recorremos a Estrella Bohadanna, que nos diz:

*"Os termos estrutura e estruturalismo são antigos. Referem-se de forma ampla à idéia de relação e, por vezes, estão ligados a outras noções como os de totalidade, forma, sistema, interconexão, associação, função, etc. Apenas no início do século XX os termos estruturalismo, estrutura ou estrutural ganham um campo limitado para sua aplicação, reportando-se somente ao que é linguagem."*<sup>22</sup>

É sob esta vertente da linguagem que abordaremos o conceito de estruturalismo na teoria psicanalítica, já que esta lida fundamentalmente com a palavra – linguagem –, tendo até sido definida por uma cliente de Freud como a *cura pela palavra*.

Como pertencentes ao conceito de linguagem, incluem todos os signos e sinais, mesmo os que ainda não se fizeram termos, frases, orações, períodos ou parágrafos; muito menos, texto.

Mas, na verdade, outros saberes também continuam a problematizar de forma diferente o conceito de estruturalismo:

*"(...) empregado pela matemática e pela lógica, o estruturalismo se volta para o estudo dos conjuntos ou grupos de elementos funcionalmente correlacionados, e dos conjuntos ou grupos de elementos relacionados entre si segundo certas regras. Encontrável onde não houvesse o estado de inércia, a estrutura espalhava-se por toda volta,*

21 – BOHADANNA, E., *Estrutura e Estruturalismo: O Vazio da Significação*, em *Estrutura em Psicanálise*, C.P.R.J., Ano XIII, nº 7, R.J., Dumará, 1991, p. 14.

22 – Idem, *ibidem*, p. 14.

*permitindo afirmar que qualquer ocorrência observada possuía estrutura passível de ganhar uma regra genérica ou particular, mesmo nas chamadas estruturas abstratas."*<sup>23</sup>

Desta forma podemos perceber em um determinado conjunto matemático, como por exemplo numa série de números pares de zero a dez, que, em função de uma regra convencional pré-estabelecida, anterior ao seis vem o número quatro e posterior ao mesmo temos o número oito. Porém, ao analisarmos uma outra série, aleatória, do mesmo zero a dez, como por exemplo cinco, três, oito, quatro, etc., só poderemos – a posteriori – fundamentar a regra que delimitaria a relação dos elementos deste conjunto, caracterizado numa ocorrência particular e, não universalizável.

Seguindo:

*"(...) Neste caso, a regra é apenas uma maneira de descrever uma ocorrência, sem se prestar a prevê-la ou alterá-la. A definição abstrata da estrutura remete à maneira como os elementos se relacionam no interior do domínio de um objeto não especificado, como se relacionam entre si as relações entre os elementos. Assim, a discussão não se volta nem para os tipos de objetos nem para os tipos de relações ocorridas entre os elementos, mas para o padrão segundo o qual os objetos estão articulados."*<sup>24</sup>

Após este breve resumo podemos retornar à psicanálise e tentar perceber como esta problematiza o estruturalismo.

Topograficamente, o aparelho psíquico é constituído por duas instâncias denominadas inconsciente e consciente. Num sentido amplo e geral, todos

<sup>23</sup> – Idem, ibidem, p. 15.

<sup>24</sup> – Idem, ibidem, p. 15.

os saberes utilizam o termo inconsciente em oposição ao consciente, ou seja, definem como inconsciente todo processo de pensamento – conjunto dos conteúdos – que não ocupa o campo atual da consciência. Dizendo assim, percebemos que a definição desses dois termos opera num sentido descritivo e qualificativo, isto é, na sua forma adjetiva. O que definiria a qualidade destes dois termos seria a possibilidade de os elementos desse conjunto estarem, ora num campo, ora noutro. Portanto, todo o conjunto dos conteúdos inconscientes seria passível de se tornar conscientes e/ou vice-versa.

O inconsciente freudiano, substantivado, vai designar um sistema constituído por conteúdos impedidos de se tornarem conscientes. Pois esta unidade fendida, este todo constituído de inconsciente e consciente, se faz uma estrutura. Esta estrutura psíquica, definidora do ser humano, se completa na primeira infância.

A noção de personalidade usada correntemente pela psicologia, seria, na psicanálise, produto dessa estrutura psíquica construída na primeira infância. Com os pilares fundamentais dessa personalidade de base assentados, a regra será apenas uma maneira de descrever o indivíduo, sem se prestar a alterá-lo estruturalmente.

Sabemos da enorme dificuldade que perpassa toda a nossa cultura em assimilar um conceito que não apresenta seu contraponto na matéria substancializada. Esta se constitui na nossa questão e também na enorme confusão de tantos outros saberes, que se utilizando do instrumental teórico psicanalítico, vão atrelá-lo a uma construção cartesiana ou a uma tentativa de uma redução à ordem anatomofisiológica: tentativa de inscrever o inconsciente freudiano num lugar anatómico ou fisiológico; *o inconsciente freudiano é uma forma, e não um lugar ou alguma coisa*. Falamos de um conceito não substancializado.

Essa estrutura psíquica apresenta três qualidades distintas que determinam três modos fundamentais de funcionamento psíquico: psicose, perversão e neurose. Qualificação estrutural da qual nenhum de nós escapa, pois tanto a doença quanto a saúde estão inseridas nessas três estruturas. Conseqüentemente a questão da doença, diferentemente da concepção psiquiátrica, já não se coloca mais como uma questão de poder, pois para a psiquiatria a posse de um saber determina literalmente o poder sobre a doença. Para a psicanálise, o saber se constitui num instrumental que possibilita a penetração na subjetividade singular do sujeito, revelado na verdade de sua linguagem, seja a dos sonhos, seja a dos sintomas, já que o técnico que porta este saber se encontra regido pelos mesmos princípios de funcionamento mental do suposto portador da doença.

Delimitando o campo da loucura e o da desrazão, percebemos que uma se faz presente na outra, e, ainda que a saúde também as portaria. Numa linguagem simplista, mas que se presta para este início de discussão, diríamos que o que determina a doença é a quantidade de loucura que a saúde porta, ou suporta. Dizendo desta forma, poderíamos afirmar que qualquer uma das três estruturas poderia, em hipótese, ser ou não objeto de uma intervenção terapêutica.

Propositalmente omitimos até o presente momento a categoria de *sintoma*, pois para a psiquiatria o mesmo se constitui numa construção psicopatológica, anormal e portanto, para alcançar a cura passa-se obrigatoriamente pela sua eliminação. Na psicanálise, o *sintoma* passa a ser inscrito *num outro universo: também porta uma verdade*. Assim como o sonho, o ato falho e os chistes, o *sintoma* não é um produto alógico. Tanto os sintomas quanto essas categorias se articulam entre si e se estruturam como uma linguagem, sendo uma solução de compromisso entre as duas instâncias psíquicas. Não se trata mais de uma pura e simples eliminação dos sintomas, mas de sua compreensão – elaboração. Nisso se

constitui o *processo de cura* psicanalítico, radicalmente distinto da *cura médica*, que objetiva uma *normalização* através da subtração.

Se o discurso psicanalítico produziu essa ruptura no saber médico, definindo por outros princípios, o estatuto da doença, foi justamente por formular que para além da simples questão da ausência ou presença de loucura, o fundamental seria perceber que, tanto a loucura quanto a desrazão, dizem uma verdade singular, se constituem em um conjunto de signos que formam uma linguagem, falam-nos alguma coisa.

Estamos então, diante de uma linguagem que nos diz alguma coisa. Com Foucault aprendemos que a linguagem sempre produziu dois tipos de suspeita:

*1ª - "Por um lado, a suspeita de que a linguagem não diz exatamente que diz. O sentido que se apreende e que se manifesta de forma imediata, não terá porventura realmente um significado menor que protege e encerra; porém, apesar de tudo transmite outro significado; este seria de cada vez o significado mais importante, o significado "que está por baixo". Isto é o que os gregos chamavam a allegoria e a hypohia (...)"*<sup>25</sup>

*2ª - "Por outro lado, a linguagem engendrou esta outra suspeita: que, em certo sentido, a linguagem rebaixa a forma propriamente verbal, e que há muitas outras coisas que falam e que não são linguagem. Depois disto poder-se-ia dizer que a natureza, o mar, o sussurro do vento nas árvores, os animais, os rostos, os caminhos que se cruzam, tudo isto fala; pode ser que haja linguagens que se articulem em formas não verbais. Isto equivaleria, querendo, em grosso modo, ao semäion dos gregos."*<sup>26</sup>

25 – FOUCAULT, M., Nietzsche, Freud e Marx - Theatrum Philosophicum, S.P., Princípio, 1987, p. 14.

26 – Idem, ibidem, p. 14.

Se tudo se faz linguagem e se, sob o discurso aparente – verbalizado ou não – existe uma outra linguagem, caberia à ciência formular uma técnica de interpretação que permitiria o acesso a este dizer.

Historicamente, como nos mostra Foucault, cada forma cultural de civilização vem operando e fundando uma técnica da interpretação, uma maneira particular de interpretar o símbolo.

No século XVI, se constituía como técnica de interpretação, o corpus da semelhança, ou seja, a teoria do símbolo que fundamentava a interpretação em dois planos:

- na horizontabilidade, *o cognitio*, onde o conhecimento viria de uma semelhança à outra, pela lateralidade.
- na verticalidade, *o divinatio*, onde o conhecimento viria pelo sentido de profundidade, onde, e ainda pela semelhança, haveria um conhecimento mais profundo, por detrás.

No século XX, profundamente marcado pelos três autores citados por Foucault – Nietzsche, Freud e Marx –, a teoria dos símbolos e sua conseqüente interpretação sofre uma mudança radical, pois, se se mantém a noção de essência e aparência; percebemos que o discurso aparente tanto vai revelar quanto esconder sua outra verdade. Neste sentido a profundidade não se limita mais a um conceito de interioridade, muito pelo contrário, vai ser articulada à exterioridade. Altera-se a natureza e a forma de interpretação do símbolo pois esse profundo, escondido sob o aparente, se encontra nessa máxima exterioridade, perambulando pela superfície:

*"Exterioridade a partir da qual funda-se o elemento inaugural do assim chamado estruturalismo do século XX. Exterioridade a partir da qual se torna possível romper com a relação dual entre o imaginário e o real, característica pretensiosa do pensamento clássico, e introduzir uma terceira ordem: o simbólico. Acreditando-se produtor de modelos plenos, o pensamento clássico funda a relação de univocidade entre o significado e o significante, fazendo do signo a representação do significado e, assim, um produto do conhecimento"*<sup>27</sup>

Por esta via, a psicanálise funda uma técnica de interpretação não mais reduzindo o significado ao signo e, inaugurando a linguagem sob a primazia do significante.

Assim, a linguagem se estabelece numa rede de oposições significantes e é nesta dimensão que vamos interpretar os signos que se fazem linguagem na desrazão e na loucura, sabendo que em assim sendo, esta interpretação jamais será conclusiva ou final, pois ela sempre será construída dentro de uma relação dialética de oposições significantes; daí o seu eterno inacabado. Retirando o signo desse pertencimento exclusivo à esfera do *conhecimento*, ele também passa a pertencer à esfera do *pensamento*, no qual um significante só produz um significado quando em oposição a outro significante.

27 – BOHADANA, E., Estrutura e Estruturalismo: o vazio da significação, em Estrutura em Psicanálise, C.P.R.J., Ano XIII, nº 7, R.J., Dumará, 1991, p. 17.

## 4. DO FENÔMENO FÍSICO AO FENÔMENO PSÍQUICO

Sobre a etiologia da loucura, definiríamos, a grosso modo, duas correntes de pensamento. Por um lado estaria a corrente organicista, que procura, no soma, a lesão ou alteração que justificaria a desordem psíquica. Por outro, a corrente psicológica, que procura no próprio psiquismo as razões de sua desordem.

Com o surgimento da ciência psiquiátrica no século XIX e, com a conseqüente inserção da loucura na racionalidade médica, tornou-se necessário formular um saber sobre a loucura dentro dos princípios científicos cartesianos. Esse discurso possibilitaria o reconhecimento da psiquiatria como ciência.

Assim, o discurso produzido pela psiquiatria foi buscar no modelo médico o seu suporte. Para tanto, necessitava-se de um corpo anatomofisiológico que justificasse a disfunção psíquica. Tempos influenciados por Scipion Pinel (1836) que estabelecia uma relação entre as lesões cerebrais e a degeneração do sistema nervoso.<sup>1</sup>

De posse de um corpo enfermo, explicava-se a enfermidade

---

1 – BIRMAN, J , A psiquiatria como discurso da moralidade, R J , Graal, 1978.

psíquica, mesmo que o tratamento proposto pelos alienistas fosse um corretivo moral associado aos psicofarmacos que acalmariam e sedariam; ciência regida por uma lei moralizadora. Cuidava-se para silenciar a loucura.

A ação normalizadora partia do princípio de que o fenômeno psicopatológico se definia como uma incapacidade da vontade de regular os instintos, instalando então, um *predomínio da paixão*, em função de uma *lesão da vontade*.

Essa psiquiatria do século XIX iria associar o conceito de sociabilidade e afeto. Seriam os afetos os possibilitadores das trocas sociais, que ocorreriam *corretamente* quando reguladas pela *vontade*. Numa suposta ausência de *vontade*, os afetos se transformariam em *paixões*, que escapariam das regras do convívio social:

*"A vontade teria função de autoridade, de regulação de intensidade, de legislação moral, e seria socialmente determinada, tanto pela educação e família, quanto pela cultura."*<sup>2</sup>

Podemos perceber a tentativa de uma conceitualização pretensamente científica sobre uma psicopatologia da loucura, equivocadamente sustentada em seu enquadramento como sendo fruto de um fracasso moral.

O discurso psicanalítico rompeu com o modelo médico, pois Freud afirmava, desde o início, a natureza psíquica do inconsciente – refutando qualquer tentativa de uma redução à ordem biológica. De natureza psíquica, por ser constituído de representações. O conceito de representação, já corrente no linguajar filosófico, foi retomado por Freud desde 1891, a partir de seu contato com o filósofo austríaco

Brentano com quem estudou filosofia durante dois anos, ainda quando estudante da Universidade de Viena. Ambos se preocupavam em fundamentar teoricamente a distinção entre fenômeno físico e fenômeno psíquico.

O estudo comparativo entre os conceitos brentariano e freudiano de representação e inconsciente desenvolvido meticulosamente por Garcia-Roza<sup>3</sup>, nos possibilita perceber que a psicologia experimental fisiológica de então, formulava seus princípios a partir de uma complementariedade linear entre os dois fenômenos. Ou seja, tentava-se compreender os fenômenos psíquicos em função e a partir do substrato material do fenômeno físico. Tentava-se formular um discurso científico sobre o fenômeno psíquico a partir de uma possível similaridade com o fenômeno físico. A consequência imediata da não distinção qualitativa do fenômeno psíquico nos leva, obrigatoriamente, a articular o humano na mesma ordem do animal.

Acreditava-se que, assim como os fenômenos físico-químicos possuíam uma similitude com o fenômeno fisiológico – pois ambos são regidos pela lei da matéria substancializada –, poderíamos estender o mesmo raciocínio para o psiquismo. Contudo, Brentano, que influenciou Freud, rejeitava radicalmente esta correlação:

*"O que caracteriza todo fenômeno psíquico, é o que os escolásticos da Idade Média chamaram de presença intencional (ou ainda mental) e que nós podemos chamar – usando expressões que não excluem o equívoco verbal – de relação a um conteúdo, direção a um objeto (que não precisa ser entendido como real) ou objetividade imanente. Todo fenômeno psíquico contém em si mesmo qualquer coisa a título de objeto, mas cada um à sua maneira. Na representação (VORSTELLUNG)<sup>4</sup> é alguma*

3 – GARCIA-ROZA, L. A., Introdução à Metapsicologia Freudiana 1, R.J, Jorge Zahar, 1991.

4– Se usa o termo Vorstellung, em alemão, para designar uma realidade psíquica em oposição a algo que não é psíquico, ou seja, aquilo que está presente no psiquismo por oposição à coisa enquanto existência real.

*coisa que é representada, no juízo, alguma coisa que é admitida ou rejeitada, no amor, alguma coisa que é amada, no ódio alguma coisa que é odiada, no desejo alguma coisa que é desejada, e assim por diante. Essa presença intencional pertence exclusivamente aos fenômenos psíquicos. Nenhum fenômeno físico apresenta algo de semelhante. Podemos pois definir os fenômenos psíquicos como fenômenos que contém intencionalmente um objeto."*<sup>5</sup>

Podemos então, perceber que esta característica singular do fenômeno psíquico, esta intencionalidade numa relação com alguma coisa que se coloca no lugar do objeto, foi o registro que possibilitou o surgimento do discurso do psiquismo em oposição ao discurso sobre o psiquismo da psicologia experimental. Partindo da premissa de que todo fenômeno contém intencionalmente um objeto com o qual se articula, podemos então afirmar que toda representação implica num ato (*ato de representar*) e num conteúdo do ato (*objeto representado*), constituindo-se numa unidade indissolúvel.

Para definirmos esta intencionalidade, esse fenômeno que contém intencionalmente um objeto, precisamos delimitar as diferenças entre a coisa e a representação – objeto. A título de simplificação, definiremos o primeiro como o objeto em sua existência real, enquanto uma matéria substancializada, visível a olho nu. Desse ponto para o seguinte, ou seja, o surgimento da representação – *Vorstellung* – temos um longo hiato a percorrer:

*"(...) Não se trata apenas de um correlato a nível psíquico do objeto, mas de uma inscrição desse objeto nos sistemas mnêmicos."*<sup>6</sup>

Ao observarmos o mecanismo de reprodução ótica de imagens,

5 – BRENTANO, F., *Psychologie du Point de Vue Empirique*, in GARCIA-ROZA, L. A., *O Inconsciente e a Vorstellung*, R. J., VIII Fórum Internacional de Psicanálise, 1989, p. 5 (texto avulso).

6 – GARCIA-ROZA, L. A., *Freud e o Inconsciente*, R. J., Jorge Zahar, 1988, p. 117.

onde a câmera escura reproduz a imagem de um objeto real (coisa), percebemos o salto dado do objeto materializado à sua imagem. O filme fotográfico registra a imagem da coisa. Por analogia, podemos supor que o aparelho psíquico funcione de forma semelhante e que os traços mnêmicos seriam o registro da imagem da coisa. O aparelho psíquico, através do sistema perceptivo da visão, funcionaria como o filme fotográfico, portando as marcas (imagens) da coisa existente em sua exterioridade.

Porém, a nossa analogia teria que terminar por aqui, pois se o filme fotográfico só registra aquilo que lhe é apresentado como objeto enquanto tendo uma existência real<sup>7</sup>, o nosso aparelho psíquico é capaz de criar imagens que não correspondem a um objeto com existência real externa. Portanto, esse objeto representado no aparelho psíquico, não tem, necessariamente, uma existência no mundo real.

É fundamental ressaltar que não estamos ratificando nenhuma tendência idealista no sentido de reduzir o objeto do conhecimento ao sujeito conhecedor.

Podemos dizer, então, que na representação, nós temos um objeto mentado no sentido de estar presente na mente, e que esse objeto representado independe do real:

*"(...) Este objeto não necessita ser existente em si mesmo. Um centauro é tão objeto de minha consciência como o livro que se encontra à minha frente."*<sup>8</sup>

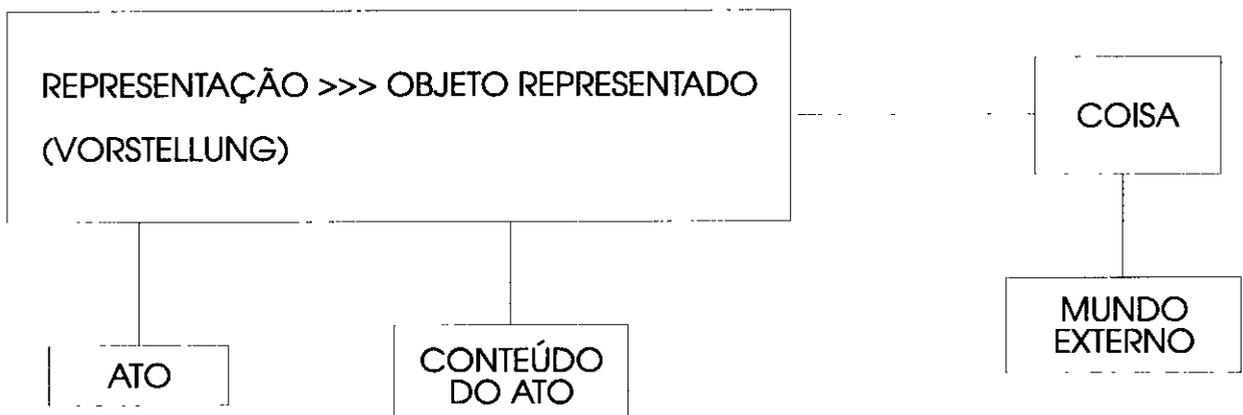
7 – "Por um outro lado, existe em óptica uma série de fenômenos que se pode dizer que são inteiramente reais, porque também é a experiência que nos guia nessa matéria, mas em que, entretanto, a todo instante, a subjetividade está engajada. Quando vocês vêem um arco-íris, vêem algo inteiramente subjetivo. Vocês o vêem a uma certa distância que se desenha na paisagem. Ele não está lá. É um fenômeno subjetivo. E, entretanto, graças a um aparelho fotográfico, vocês o registram de modo inteiramente objetivo. Então, o que é isso? Não sabemos muito bem onde está o subjetivo, onde está o objetivo.(...)" LACAN, J., O Seminário, livro 1; os escritos técnicos de FREUD, R. J., Jorge Zahar, 1979, p. 93.

8 – GARCIA-ROZA, L. A., O Inconsciente e a Vorstellung, R.J., VIII Fórum Internacional de Psicanálise, 1989, p. 6 (texto avulso).

Chegamos então ao conceito de *puro objeto*, onde um objeto mentado necessariamente não se articula com um correspondente objeto real (coisa).

*"(...) Mally conclui que estes objetos ou estes seres de ficção só podem ser produzidos pela linguagem, e que o espaço que eles ocupam é o do discurso."*<sup>9</sup>

Retornando ao conceito de representação, percebemos, então, que *Vorstellung* (representação) não é o objeto mentado, representado na mente, mas, sim, o próprio ato de representação. O ato pelo qual ele se faz presente.



Ratificando que a representação é o ato de representar, que se representa um objeto e que ele não depende de uma existência real, podemos dizer que a significação ou o sentido do objeto representado não vem da coisa – pois esta coisa pode não existir –, mas, sim, da relação que os vários objetos representados (mentados) vão manter entre si. Rompe-se com a significação que advinha unicamente da articulação entre a representação e a coisa. O sentido advém da relação de oposição entre os objetos representados. Garcia-Roza diz:

<sup>9</sup> – Idem, *ibidem*, p. 9.

*"Este é a meu ver o ponto principal da questão, aquele que vai possibilitar a passagem do psicológico para o lógico, fazendo com que as *Vorstellung* se estruturem como uma linguagem."*<sup>10</sup>

*"O que importa aqui é assinalar a transformação sofrida pela *Vorstellung*, de entidade psicológica a entidade lógica habitante do discurso."*<sup>11</sup>

É o conjunto dessas representações que constitui o aparelho psíquico. Como o aparelho psíquico é constituído por uma unidade fendida, formando o inconsciente e o consciente, podemos afirmar que o conjunto de representações inconscientes não se tornam conscientes – são barradas –, e vice-versa. Representações de qualidades diferentes e também produtoras de uma linguagem qualitativamente diferente.

Simplificando, e usando da terminologia freudiana, diríamos que o sistema consciente é formado por *representação-palavra* e *representação-objeto*. Portanto, a linguagem desse sistema se faz com antecipação prévia do sentido do discurso, ou seja, ao falar, nós determinamos a escolha das palavras com o objetivo de formar uma frase. Nós temos antecipadamente a significação da palavra, do símbolo.

Continuando com Freud, diríamos que o sistema inconsciente é formado apenas por *representação-objeto*, que se constitui a partir de imagens visuais, acústicas, olfativas, cinestésicas etc; é a linguagem dos sonhos: o sonho é uma escrita psíquica na qual os pensamentos latentes são expressos em imagens.

Vimos, este ensaio, diferenciando o fenômeno psíquico e demarcando sua singularidade na relação estabelecida com a representação.

10 – Idem, ibidem, p. 8.

11 – Idem, ibidem, p. 9.

Especificidade que o retira do registro biológico.

Para Freud o conceito de *representação* está indissolúvelmente ligado ao conceito de *pulsão* que seria um princípio dinâmico interno aos indivíduos e radicalmente distinto do conceito de *instinto*. Este último designa um comportamento humano hereditariamente fixado e com um objetivo específico. Como exemplo, podemos citar o instinto de sobrevivência que determina a sucção oral para a recepção do alimento.

Se ao escrever os três ensaios sobre a teoria da sexualidade<sup>12</sup> Freud nos deixa confusos quanto ao conceito de *pulsão*, em sua nota de rodapé de 1915, no mesmo texto, demarca claramente a diferença entre *pulsão* e *instinto*.

Para Freud, a *pulsão* se apoia no *instinto* ou, como nos aponta Garcia-Roza<sup>13</sup>, a *pulsão* seria um desvio do *instinto* quanto à sua função. Indo mais além, a *pulsão* seria o *instinto* que se desnaturaliza no sentido de desviar de sua função original. A função original do *instinto* de auto preservação, através da sucção oral, seria o de prover o corpo com alimento necessário ao seu desenvolvimento, tanto onto quanto filogenético.

Portanto, a *pulsão* vai se realizar não através do alimento materializado, mas, sim, através do prazer oral resultante do contato dos lábios com o peito ou seu substituto. É essa satisfação de natureza sexual que se desenvolve a partir do *instinto*, e dele se desliga, que se constitui na *pulsão*, entidade autônoma.

A *pulsão*, tendo uma origem somática que é a sua fonte corporal e,

12 – FREUD, S., E.S.B., vol. VII, Três Ensaio sobre Sexualidade, 1905, R.J., Imago, 1977

13 – GARCIA-ROZA, L. A., Freud e o Inconsciente, R.J., Jorge Zahar, 1988, p. 114 à 123. No texto de Introdução à Metapsicologia Freudiana 2, R.J., Jorge Zahar, 1993, p. 195, Garcia-Roza retifica e coloca a *pulsão* não mais como um desvio do instinto, mas como pura diferença, já que a ordem humana é caracterizada pela linguagem, e esta, em relação ao corpo natural biológico, é pura diferença.

sendo um impulso que a faz crescer em direção à satisfação, tem como finalidade manter esse crescimento num nível homeostático, ou seja, para manter este impulso crescente dentro de um *princípio de constância*<sup>14</sup> a *pulsão* procura uma finalidade, que é descarregar-se.

O que a *pulsão* encontrará no final deste processo é aquilo que Freud definirá, tecnicamente, como *representação-objeto*. Assim, descarregando-se para encontrar satisfação, liga-se a *alguma coisa* definida como *representação-objeto*. O conjunto das representações-objeto constitui o sistema inconsciente, diferentemente do sistema consciente, que é formado, também, pela representação-palavra.

Se a *pulsão* tem como finalidade encontrar uma *representação-objeto* que lhe possibilite descarregar-se em busca de satisfação, e se não existe uma *representação-objeto* previamente delimitada, podemos perceber que a *pulsão* é regida unicamente pelo *princípio do prazer/desprazer*.

As *pulsões* são infantis, tanto porque se fazem – no sentido de se articularem com a *representação-objeto* – numa etapa cronológica muito precoce do desenvolvimento ontogenético, quanto porque saltam de uma *representação-objeto* à outra. O que a *pulsão* quer é encontrar a satisfação e, para isso, não respeita as regras do processo secundário.<sup>15</sup>

Por outro lado, Freud também nos diz que as *pulsões* se ligarão às fantasias inconscientes (*Phantasien*) para se fazerem *desejo*. Portanto, as

14 – O princípio de constância está na base da teoria econômica de Freud, "segundo o qual o aparelho psíquico tende a manter a um nível tão baixo ou, pelo menos, tão constante quanto possível a quantidade de excitação que contém". Cf. Vocabulário da Psicanálise, J. Laplanche e J. B. Pontalis, Lisboa, Moraes, 1976, p. 454.

15 – *Processo Primário, Processo Secundário*: os dois modos de funcionamento do aparelho psíquico, tais como foram definidos por Freud. Do ponto de vista tóxico o *processo primário* caracteriza o sistema inconsciente e o *processo secundário* caracteriza o sistema pré-consciente - consciente. A oposição entre *processo primário* e *processo secundário* é correlativa da oposição entre *princípio de prazer* e *princípio de realidade*. Cf. Vocabulário da Psicanálise, J. Laplanche e J. B. Pontalis, Lisboa, Moraes, 1976, p. 474-475.

fantasias inconscientes são o conjunto dessas *representações-objeto* que se fazem *desejo* na articulação com a *pulsão*.

Se o *desejo* é indeterminado, pois, não tem *representações-objeto* previamente definidas a alcançar, este se coloca como um quadro que unifica as *pulsões*. Em sendo esta força unificadora, a direção do *desejo* vai ser sempre a de possibilitar a captação somatória desta diversidade *pulsional* que, em última instância, dar-se-á através da atividade fantasiástica.

Por ter a *pulsão* sua origem no somático, mais precisamente nas zonas erógenas, ela vai representar psiquicamente estas excitações que partem do interior do próprio corpo através dos representantes psíquicos da mesma. Por representante psíquico (*Psychische-Repräsentanz*) da *pulsão*, vamos delimitar duas qualidades distintas de representação. O representante ideativo (*Vorstellung-repräsentanz*), que designa os conteúdos propriamente ditos do inconsciente, e o afeto (*affekt*), que é o outro registro psíquico da *pulsão*. O afeto é a expressão qualitativa da quantidade de energia *pulsional*.

O representante ideativo (*vorstellung-repräsentanz*) pode ser entendido da seguinte forma:

Vorstellung - Diz respeito:

- à função de representação;
- ao ato de representar;
- à ordem do significado;

Repräsentanz - Diz respeito:

- à função de ser representante;
- ao representante da representação;
- à ordem do significante;

Para entendermos o conceito de *Vorstellung-repräsentanz* e a diferença fundamental entre a função de representação e a função de ser representante, tomemos como analogia a situação de representação diplomática de um determinado país. Aqui no Brasil teríamos a Embaixada da França que teria a *função de representação* do seu país e o embaixador e auxiliares do corpo diplomático teriam a *função de serem representantes* da representação francesa. Assim diríamos:

Embaixada – Diz respeito à:

- função de representação;
- ordem do significado;

Embaixador e auxiliares - Dizem respeito à:

- função de serem representantes da representação;
- ordem do significante;

Os atos dos embaixadores e auxiliares são, portanto, significantes e determinantes da significação que esta representação francesa virá a ter no nosso país. Mesmo tendo um significado prévio, pois já nos é sabido que a cultura francesa, seus hábitos, língua e costumes, os atos dos representantes desta representação, em eterna relação dialética de oposição entre si, em sendo significante, determinarão sua significação.<sup>16</sup>

<sup>16</sup> – Os conceitos de significado e significante, introduzidos por Lacan a partir da linguística serão retomados mais detalhadamente no ensaio número 7.

Convém lembrar que *nem sempre o que tem significação é significante*, assim como o que é significante necessariamente não precisa ter um significado.

Aqui, penetramos no conceito de significante puro, para além do signo linguístico.

Quando uma criança com menos de um ano de idade, ainda não incluída no universo simbólico da linguagem, faz a representação do seu mundo, ou seja, vai constituir o seu mundo enquanto representação, o representante da representação se faz significante sem nem mesmo portar um significado. Assim, temos no psiquismo da suposta criança, um representante da representação, ou seja, uma representação da mãe, sem que esta porte um significado do que seja mãe. Ela vai ser significada retrospectivamente a partir do acesso ao simbólico, na apreensão do **conceito**<sup>17</sup> de mãe. Portanto, o significante puro remete à noção de um significante sem significado prévio.

Do objeto puro ao significante puro, estabelecemos o momento inaugural do rompimento da relação dual – de univocidade – entre significante e significado que o signo até então portava.<sup>18</sup>

Iniciamos com Freud, que através da filosofia, demarcou o conceito de representação-objeto e representação-palavra<sup>19</sup> e chegamos a Lacan, que

---

17 – O uso do termo conceito, neste presente momento, diz respeito à categoria de conceito - enquanto significado -, da forma como foi introduzido por Saussure, na linguística. Ver o ensaio número 7.

18 – Para SAUSSURE haveria uma relação de univocidade entre o significado e o significante, fazendo com que o signo fosse uma representação do significado da coisa representada. Ver ensaio número 7.

19 – Num texto de 1891, ignorado pela comunidade científica até recentemente, A Interpretação das Afásias, um Freud ainda neurologista responde aos pares de sua época, introduzindo a hipótese funcional na etiologia da afasia. Embora seja por alguns considerado um texto pré-psicanalítico - na minha opinião, equivocadamente -, na medida em que antecede à conceitualização do inconsciente de A Interpretação de Sonhos (1900), nele já se esboça todo o germe de sua criação. É através desse texto que fazemos a aproximação com o inconsciente estruturado como uma linguagem, de Lacan. Em tempo: a afasia, num sentido lato é considerada um distúrbio de memória e num sentido estrito é considerada um distúrbio de linguagem. Ver ensaio número 6.

através da linguística, demarcou no campo psicanalítico o conceito de significado e significante.

## 5. SOBRE O APARELHO DE LINGUAGEM

### - Sobre o simbolismo

No presente estudo estamos trabalhando com o conceito de *linguagem*, ora afirmando que o inconsciente está estruturado como uma *linguagem*, ora dizendo que tanto a categoria *loucura* quanto a *desrazão* portam um texto que se faz *linguagem*.

Num sentido mais amplo, poderíamos definir a *linguagem* como todo e qualquer sistema de *signos* que podem servir de meio de comunicação. A comunicação aqui referida diz respeito ao conceito de *signo* como sendo aquilo que representa alguma coisa para alguém.

Portanto, a noção de *signo* assume a dimensão de uma relação triangular, onde o *signo* esquematicamente se colocaria – numa representação gráfica – na posição central, apontando tanto para a coisa que ele representa, como para quem o interpreta:

COISA << SIGNO >> INTÉRPRETE

Na semiótica questiona-se a existência do signo natural, em oposição ao signo *dito* convencional. Como signo natural, citaríamos as manchas avermelhadas que se fazem sinal do sarampo, ou até, a fumaça que aponta para o fogo. Em oposição a esse conceito de natural se coloca a *convenção da palavra como signo*, onde haveria a necessidade de se estipular uma regra de interpretação que nos possibilitasse relacionar o signo à coisa que ele representa.

No presente estudo trabalharemos com o *conceito de signo* como sendo qualquer objeto, acontecimento ou sinal usado em referência ou como citação a outro objeto ou acontecimento. Um sinal que seria usado como citação a uma outra coisa, com a qual manteria uma relação de correspondência.

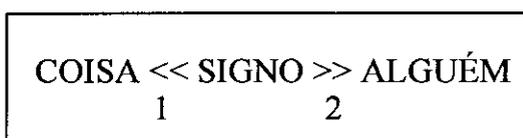
Marcel Bernès nos propõe uma definição geral de signo bastante significativa:

*"Um signo (...) é o que anuncia ou dá a conhecer outra coisa da qual toma o lugar; isto supõe uma causa qualquer que interdita ou torna penoso o acesso direto à coisa significada e, ao contrário, a não aplicação desta causa ao signo, devido à maior facilidade de ela aceder diretamente. Por conseqüência, na experiência, os signos serão, de preferência, percepções atuais, objetos materiais, coisas relativamente simples e ao alcance daqueles que deles se servem, enquanto que as coisas significadas se encontram por entre as realidades afastadas, os objetos imateriais, as operações escondidas, os conjuntos complicados, etc."*<sup>1</sup>

Portanto, independentemente da questão de ser natural ou convencional, o signo, por si mesmo, já é uma interpretação de alguma coisa que se coloca para um outro intérprete. Enquanto interpretação de alguma coisa a

<sup>1</sup> – LALANDE, A, Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia, S.P., Martins Fontes, 1993, p. 1012.

*representando*, os signos são interpretações que tratam de justificar-se, e não o inverso.<sup>2</sup> Para num segundo tempo se colocarem para um outro intérprete quando, então, o intérprete vai justificá-lo. Dizendo de outro modo, podemos perceber no seguinte esquema duas relações de significação:



Num primeiro tempo temos uma relação de significação entre o *signo* e a coisa que ele representa. Em outro momento temos uma relação de significação entre o *signo* e alguém para o qual se coloca.

O *signo*, como sendo aquilo que representa alguma coisa, que enuncia ou dá a conhecer outra coisa da qual toma o lugar, constitui-se, por excelência e antes de tudo, como sinal de ausência e de morte. Sinaliza para a ausência ou a morte da coisa representada.

Portanto, o *signo* tem esta característica de estar no lugar de outra coisa, no sentido de dizer respeito à ou de ter alguma relação com a coisa representada, porém, o *signo* não representa a totalidade da coisa, mas somente alguns dos seus aspectos. Assim, partindo da coisa em sua existência real, teríamos no psiquismo um *símbolo* que a representaria, não em sua totalidade, mas, parcialmente, e que manteria uma relação de correspondência com a coisa por se

<sup>2</sup> – FOUCAULT, M., *Theatrum Philosophicum*, S.P., Princípio, 1987, p. 25.

fazer representar por algumas de suas características. No presente estudo trabalharemos com o conceito de *símbolo* como pertencente à categoria geral dos *signos*, ou seja, o *símbolo* seria uma espécie particular de *signo*, embora possamos encontrar a definição de símbolo como sendo o mesmo que signo.<sup>3</sup>

Segundo a classificação geral de Peirce<sup>4</sup>, o *símbolo* se enquadraria na categoria do convencional, ou seja, não existiria uma conexão natural – ou até física – entre o símbolo e a coisa que ele representa. Para ele essa conexão existiria no caso da fumaça que remeteria ao fogo, sendo que, neste caso, não haveria a necessidade de uma lei pré-estabelecida que definisse a relação entre o *signo* e a coisa que ele representa. Porém, esta relação natural e física que Peirce afirma existir entre o *signo* e a coisa que ele representa, seria questionada por Freud, como veremos adiante, ao estudarmos seu texto sobre as *afasias*.

Lacan também questiona essa idéia de uma correspondência natural entre a representação e a coisa concreta; e, no caso específico da fumaça, salienta que a fumaça pode remeter tanto ao fogo quanto à existência do homem que manipula o fogo.<sup>5</sup> Nessa linha de raciocínio, também poderíamos acrescentar o fato de o índio fazer na e através da fumaça, sua convenção arbitrária, fazendo-a signo constitutivo de um *sistema de linguagem*.

Assim, se considerarmos a fumaça como um *signo* e, lembrando que o *signo* se coloca para um outro intérprete, poderemos observar que, se esse outro alguém for um outro índio, a fumaça portará um texto semelhante ao texto escrito com *signos linguísticos*. Porém, sendo outro alguém que não seja um índio,

3 – ABBAGNANO, N, Dicionário de Filosofia, S.P., Mestre Jou, 1982.

4 – PEIRCE, C. S., Collected Papers, in Eco, U., O Signo, Lisboa, Presença, 1990, p. 65 à 67.

5 – GARCIA-ROZA, L. A., Introdução à Metapsicologia Freudiana 2, R J., Jorge Zahar, 1993.

a fumaça simplesmente remeterá à questão da existência – presença do índio. Assim é que Lacan<sup>6</sup> vai dizer que o *signo* não é *signo* de alguma coisa e que a significação de um *signo* vai ser sempre efeito de uma cadeia significante, ou seja, não sendo o *signo* um *signo* de alguma coisa, ele vai ser *signo* de um efeito daquilo que se supõe ser o funcionamento do significante.

Assim como Freud, Lacan rompe com a relação natural e analógica do *signo* com a coisa e afirma a independência da representação simbólica em relação à coisa concreta, pontuando a definição do *signo* que diz: signo é aquilo que representa alguma coisa para alguém, para um outro intérprete. Na medida em que desmontamos esta correspondência analógica natural e não convencional entre a coisa concreta e o signo (e que aprofundaremos posteriormente), retomamos a definição com a qual operaremos em todo o presente estudo, a saber:

- 1 – *Signo*: alguma coisa que está em lugar de outra. *Qualquer objeto ou acontecimento, usado como citação de outro objeto ou acontecimento.*<sup>7</sup> O signo como o representante do real e estabelecendo uma relação de significação com a coisa. Relação da ordem do convencional. O signo dizendo respeito à representação-objeto.
  
- 2 – *Símbolo*: um signo arbitrário, convencional, não natural. Sua ligação com a coisa que ele representa é estabelecida por uma lei. Signo linguístico. O símbolo dizendo respeito à representação-palavra.

6 – LACAN, J., O Seminário, Livro 20: mais, ainda, R.J., Jorge Zahar, 1982.

7 - ABBAGNANO, N., Dicionário de Filosofia, S.P., Mestre Jou, 1982.

Tendo definido resumidamente as duas categorias de *signo* e de *símbolo*, vale lembrar que, se a linguística está voltada para o signo enquanto relação entre significado e significante, para a psicanálise, a questão central se coloca de outra forma. Ou seja, nos interessa a impressão psíquica do *signo* e do *símbolo*, e a ordem de relação destas representações com a coisa representada.

Anteriormente já mencionamos a articulação entre Freud e Brentano. Este último partiu do princípio de que a representação seria o registro psíquico da coisa e desta retiraria sua significação. Posteriormente percebeu a independência relativa entre a *representação-objeto* e a coisa, percebendo que a significação da *representação-objeto* não advém necessariamente da coisa, mas sim, da relação de oposição entre as representações, visto que temos *representações-objeto* que não correspondem a uma coisa enquanto existente na realidade, e mesmo assim, estas representações portam uma significação.

Como não há significação sem *linguagem* e como a produção de significado não advém, somente, da coisa em si, veremos que a significação surge da articulação entre *representação-objeto* e *representação-palavra*. Assim, Freud estabelece uma outra unidade indissolúvel e composta por duas partes, ou seja, a *representação-palavra* só ganha uma significação na sua relação com a *representação-objeto* e esse adquire a sua identidade a partir de sua nomeação pela *representação-palavra*, onde o *conceito de objeto* torna-se possível; um não existe sem o outro. O presente argumento aplica-se, integralmente, desde que o exemplo deste presente texto seja um substantivo.

A *representação-palavra*, ou melhor dizendo, o *aparelho de linguagem*, tem então a função de produzir significação através de sua articulação com a *representação-objeto*. Segundo Garcia-Roza:

*"Isto não quer dizer que a significação seja dada pela coisa*

*mas que a palavra não pode prescindir de conter uma, referênciã a algo que lhe seja exterior, no caso, um objeto."*

Ainda podemos dizer que ao mesmo tempo, esse objeto adquire sua identidade, justamente na sua relação com a palavra. Se afirmamos que tanto a palavra quanto o objeto são representações, percebemos que o conceito de exterior não diz respeito ao exterior enquanto realidade extracorpórea, mas, sim, ao fato de que o exterior remete a algo de fora da palavra; intracorpóreo. Ambos dizem respeito ao conceito de imagem mnêmica; ambos dizem respeito ao conceito de impressão psíquica.

Dessa maneira, poderíamos, então, estender o nosso raciocínio para além do substantivo? Poderíamos deduzir que mesmo a significação de um adjetivo também passaria pela sua relação com um objeto? Objeto enquanto representação e não enquanto coisa com existência real?

Percebemos, então, que estamos falando do *aparelho psíquico* e que é no registro da representação e das associações entre representações que encontraremos seus fundamentos; mesmo em se tratando das palavras – *representações-palavra* –, dentre elas os verbos, as conjunções, os elementos de ligação etc os quais não dispõem de um suporte material.

## **- Sobre o simbólico**

*"O filho já tinha nome, enxoval, brinquedo e destino traçado. Era João, como o pai, e como aconselhava a devoção e a pobreza. Enxoval e brinquedo de pobre, comprados com a antecedência que caracteriza, não os previdentes, mas os sonhadores. E o destino, para não dizer profissão, ou melhor ofício, era o de pedreiro, curial ambição do pai, que, embora na casa dos 30, trabalhava ainda de servente.*

*Tudo isso o menino tinha, mas não havia nascido. Eles nascem antes, nascem no momento que se anunciam, quando há realmente desejo de que venham ao mundo,<sup>9</sup> O parto apenas dá forma a uma realidade que já funcionava."*

O nascimento, enfocado belamente pelo poeta, não se restringe à concretude do parto. O nascimento situa-se na dimensão da formulação do desejo, pois esse, ao se fazer falar, na e através da *linguagem*, faz nascer o filho cujo parto apenas dá forma a uma realidade que já funcionava. O filho que existe sem existir, antes mesmo da realidade da concepção. O filho que existe enquanto expressão do desejo; o filho que existe no pensamento organizado pela *linguagem*. Para a linguística, não há pensamento sem *linguagem*, portanto, pertence à ordem da linguagem a organização desse pensamento, a organização desse mundo interno, desse *aparelho psíquico*. Através da *linguagem* reproduzimos a realidade, uma reprodução que não tem a dimensão temporal, pois através da *linguagem* recriamos (no sentido de produzir novamente) a realidade da nossa vida, os fatos e as coisas que compõe a nossa existência, os acontecimentos que determinam a nossa história. É a própria *linguagem* que, contínua e eternamente, está sempre a dar novas formas organizacionais ao já vivido, ou ao já conhecido. Fazendo surgir deste já conhecido a possibilidade do novo. É fácil observarmos como os historiadores estão sempre produzindo novas versões interpretativas sobre fatos históricos por demais conhecidos.

Portanto, e retornando ao poeta, independente do fato de o sujeito da experiência já ter produzido um filho em sua concretude real, a *linguagem*, em sua atemporalidade, reproduz esta experiência indefinidamente. Se a *linguagem* reproduz esta realidade – e, em se voltando à experiência do nascimento –, percebemos que para a criança os objetos e os acontecimentos só passam a existir após serem nomeados pela palavra. Assim, é através da *linguagem* que o ser humano e o mundo que o rodeia passam a existir.<sup>10</sup> Mas, anterior à entrada da criança no universo simbólico vale ressaltar que, do ponto de vista da criança, o nascimento não

9 – ANDRADE, Carlos Drummond de, *Nascer* in Carlos Drummond de Andrade, *Poesia Completa e Prosa*, R.J., Aguilar, 1973, p. 980.

10 – GARCIA-ROZA, L. A., *Introdução à Metapsicologia Freudiana 2*, Jorge Zahar, 1993, p. 116 -117.

é registrado como uma separação do corpo materno, pois essa visão pertence ao adulto.

Para a criança, fundamentalmente, o nascimento é registrado como a perda de uma parte de si mesma, perda de uma parte que a completava. Anterior ao nascimento, metáfora do paraíso, quando ainda na barriga materna, tanto a ordem da *necessidade* quanto a do *desejo* ainda não se faziam presentes. Seu alimento e sua completude vinham do corpo materno, ininterruptamente.

Após o nascimento, passa a ter que solicitar a satisfação de suas *necessidades* e, para além do leite necessário ao *instinto*, se faz objeto de *desejo* o seio materno, que atende ao registro da *pulsão de vida*. *Instinto* e *pulsão* como duas categorias distintas. Ao nascer, instala-se sua condição de ser incompleto, faltoso e para sempre desejante. Desejante de um "objeto" que preencha literal e concretamente sua falta: desejo de não mais ter que desejar.<sup>11</sup>

11 - É fundamental aqui demarcarmos uma radical diferença a cerca do desejo humano, pois como nos diz Lacan no Seminário, Livro 1, R.J., Jorge Zahar, 1979, p. 205. "o desejo do homem é o desejo do outro", e não de uma coisa, já que o desejo humano não implica numa relação com um objeto real, mas se articula com um fantasma.

Garcia-Roza nos apresenta uma formulação resumida do modelo hegeliano - interpretado por Kojève - do desejo, no qual salienta os conceitos de consciência e auto-consciência, e a passagem de uma ordem a outra mediada pelo desejo.

A consciência como sendo caracterizada "por uma atitude passiva frente ao mundo", no sentido de que a consciência é "consciência do objeto, mas não é consciência de si mesma". Assim, o indivíduo absorvido na contemplação do objeto pela atitude cognitiva, adquire um conhecimento revelador do objeto.

Mas esse indivíduo não pode revelar-se a si mesmo senão pelo desejo, pois "enquanto o conhecimento o mantém passivo (contemplativo), o desejo impelo-o à ação. Essa ação é fundamentalmente negadora, posto que seu objetivo é a transformação do objeto desejado. Assim, por exemplo, o desejo de comer, para ser satisfeito, implica a assimilação, destruição ou transformação do alimento."

Portanto, podemos perceber que é o desejo que leva à ação e que possibilita operar a passagem/oposição de consciência -de-outra-coisa à consciência -de-si, isto é, a diferença entre o não-eu e o eu. É o desejo que instaura a auto-consciência enquanto aquela que constitui-se através da ação, pois "só há eu no e pelo desejo. O desejo se revela sempre como *meu* desejo. Assim, enquanto o conhecimento revela o objeto, o desejo revela o eu."

"O desejo é aqui concebido como falta e, ao mesmo tempo, como ação transformadora (negadora) do dado." No desejo animal, ao negar o objeto natural - assimilando-o para saciar sua fome -, este se coloca ao mesmo tempo como superior e como dependente do objeto. Apesar de que "a ação decorrente do desejo não chega a constituir uma auto-consciência no animal mas apenas um sentimento de si."

Para que o desejo se constitua num desejo humano é necessário que sejam preenchidos dois requisitos, a saber: em primeiro lugar que o desejo se dirija para um objeto não-natural, pois o objeto natural seria aquele definido enquanto coisa com existência real; e em segundo lugar que esse processo se dê na e através da linguagem. Lembrando que "o único objeto não-natural é o próprio desejo, já que é um vazio".

"Assim, sendo o desejo um vazio, ausência de ser, ao se voltar para um outro desejo ele se volta para um outro vazio, e apenas desta forma supera sua realidade natural, dando lugar ao surgimento de algo não-natural: o desejo de desejo." Garcia-Roza nos fornece o exemplo de que "o soldado que arrisca sua vida para arrebatar a bandeira do inimigo não está desejando o pedaço de pano colorido mas o objeto do desejo de outros".

Assim, o ser humano ao desejar um objeto, ou usando a nossa terminologia, uma coisa real, está apenas fazendo um deslocamento, pois ao tomarmos posse de uma coisa desejada pelo outro, estamos apenas reafirmando nosso domínio sobre o desejo do outro. O que o homem deseja é possuir o desejo do outro, ou ser desejado pelo outro. Toda esta nota de rodapé e as citações nela contidas foram extraídas dos livros: Garcia-Roza, L. A., Freud e o Inconsciente, R.J., Jorge Zahar, 1988, p. 140 à 146 e Garcia-Roza, L. A., Introdução à Metapsicologia Freudiana 2, R.J., Jorge Zahar, 1993, p. 175 à 190

Embora, e por outro lado, na medida em que o desejo humano remete à ordem do *vazio*, e não à ordem da *falta*, esse desejo se faz absoluto em sua radical irrealização. Poderíamos dizer que a sina do desejo humano é permanecer desejando, já que nada lhe falta. Nessa dimensão, o desejo humano se coloca no registro de nunca se concretizar, de nunca se realizar... é essa a característica fundamental do desejo: a sua radical impossibilidade.<sup>12</sup>

Na busca dessa parte perdida de si mesmo e na impossibilidade de resgatá-la em sua plenitude, introduz o signo-símbolo, que enuncia ou dá a conhecer outra coisa, da qual toma o lugar. Isto supõe uma causa qualquer que interdita o acesso direto à coisa significada.

Barrado na procura do resgate de si mesmo, pelo Real<sup>13</sup>, aceita a intermediação do *signo-símbolo* que se coloca no lugar da coisa – parte de si mesmo – perdida: a palavra é presença e ausência da coisa. É esse o momento inaugural de entrada no simbólico, esse ato de substituição do real por um *signo-símbolo* que possibilita um distanciamento em relação à vivência e, conseqüentemente, a possibilidade do surgimento de uma individualização. É esse o momento em que o ser humano se nomeia sujeito, diferente e separado do mundo que o rodeia.

Freud nos deixou como herança um exemplo bastante citado e conhecido no meio psicanalítico: em *Além do princípio do prazer*<sup>14</sup> nos demonstra

12 – Estamos definindo o desejo humano como desejo de desejo e percebendo que o sujeito humano se constitui no e pelo desejo - pela auto-consciência. Estamos também afirmando que esse desejo é entendido como *vazio*, e não como *falta*, já que estes dois termos nos apontam para registros diferentes.

Se o desejo animal se caracteriza pela *falta*, esta se propõe a ser preenchida quando o animal - pela ação negadora -, assimila o não-eu desejado, isto é, o objeto natural existente e pré-existente na realidade - anterior ao desejo. Assim o desejo animal será sempre desejo de um objeto natural, de uma coisa com existência real, cuja *falta* aponta apenas para uma ausência momentânea, a ser preenchida.

Já o desejo humano, da ordem do *vazio*, nos aponta para uma ausência essencial, ou seja, já que o desejo do homem é desejo de desejo - e não de uma coisa com existência real -, o que vai *preencher* esse *vazio* será outro *vazio*. Assim, não há falta de objeto, mas sim um *vazio* essencial e radicalmente insuperável. Ver Garcia-Roza, L. A., Introdução à Metapsicologia Freudiana 2, R.J., Jorge Zahar, 1993, p. 191-192.

13 – O *Real* é um conceito lacaniano que designa um dos três registros essenciais do campo psicanalítico, no qual os outros dois são o *Imaginário* e o *Simbólico*. Ver Jacques Lacan, R.S.I., O Seminário, 1974/1975, sem editora

14 – FREUD, S., E.S.B., vol. XVIII, Além do princípio do prazer, R.J., Imago, 1977.

como uma criança, por volta dos 18 meses, tenta lidar e dominar a vivência confusional de separação e da ausência materna. O *Fort-da*, já alçado à condição de clássico nos textos psicanalíticos, nos demonstra esse ingresso no simbólico e a forma dessa passagem.

Era uma criança de 18 meses cuja mãe se ausentava frequentemente e por longas horas. Para suportar essa separação, a criança primeiramente elege um carretel como representante da mãe, ou seja, o carretel como signo – no lugar – da mãe perdida. Teríamos então:

1º tempo: substituição da coisa real – mãe –, por um signo que a represente: carretel.

2º tempo: através dos fonemas, em alemão, *fort* (*longe, partido, embora*) e *da* (*eis, chegou*), eleição do símbolo (palavra) para, na *linguagem*, organizar seu mundo psíquico.

Percebemos, então, que da mãe a criança passou ao carretel e, desse, à *linguagem*. A brincadeira consistia em remeter o carretel por cima da borda do berço (momento em que era pronunciado um "Oh!", cujo som se aproxima do *fort*, em alemão) e, estando o mesmo amarrado num barbante, era resgatado ao som de um alegre *da*.

Através da brincadeira do carretel de linha, assumia um papel ativo na separação, assumia o domínio sobre a coisa perdida.

*"Esta experiência pode ser considerada como o momento inaugural de todo deslocamento futuro, de toda metáfora de*

*linguagem.*

*Este jogo mostra que a linguagem se desliga do real e permite ao sujeito referenciar-se a si mesmo, distanciando-se da vivência real."*<sup>15</sup>

Portanto, é através da *linguagem* que o indivíduo se constitui como sujeito; é através da *linguagem* que o indivíduo toma consciência de si como um *eu*, em oposição ao *tu* e ao *ele*, pois é através do *tu* que se funda o conceito do *não-eu*. Essa tomada de consciência funda a dimensão do *eu* como entidade singular.

Vejamos no texto de Anika Lemaire:

*"(...) A linguagem veicula um dado social, uma cultura, interditos e leis. A criança, ao fazer entrada nesta ordem simbólica de múltiplas dimensões, vai ser nomeada por esta ordem, recebendo dela uma marca indelével, e isso à sua revelia."*<sup>16</sup>

Mais ainda:

*"(...) De fato, sem o acesso a esta ordem, a criança não adquire sua individualidade nem seu estatuto de societário, mas, por outro lado, a entrada no simbólico instala uma distância em relação ao real vivido e organiza para cada um a trama do inconsciente."*<sup>17</sup>

É através da *linguagem* que o homem é capaz de simbolizar, estabelecendo uma relação de significação entre o real e o signo-símbolo. É através dessa construção que podemos entender a afirmação de Cassirer,<sup>18</sup> que faz da função

15 – LEMAIRE, A., LACAN, Jacques, uma Introdução, R.J., Campus, 1988, p. 96.

16 – Idem, ibidem, p. 99.

17 – Idem, ibidem, p. 99.

18 – CASSIRER, E., Filosofia de las Formas Simbólicas, in GARCIA-ROZA, L. A., Introdução à Metapsicologia Freudiana 2, R.J., Jorge Zahar, 1993, p. 126 e CASSIRER, E., Philosophie der Symbolischen Formen, in Eco, U., O Signo, Lisboa, Presença, 1990, p. 97 à 99

simbólica o mediador entre a subjetividade e o real. O homem seria, antes de tudo, um *animal simbólico* e não um animal racional, pois é através do símbolo que ele exerce sua razão, ou seja, o símbolo é a pré-condição da racionalidade humana.

A linguagem verbal, a cultura na sua totalidade, incluindo os ritos, as instituições, os costumes, as leis, as interdições, as transgressões etc são considerados formas simbólicas. Seria essa transformação do imaginário em simbólico que determinaria uma cultura, ou seja, esta capacidade de transformar o imaginário em simbólico. Para Anika Lemaire, a simbolização é o que possibilita a passagem da natureza para a cultura, passando pelo psíquico.<sup>19</sup>

Retornando à questão da *linguagem* como possibilitadora das relações humanas – como aquele sistema formal que possibilitará à criança se comunicar com aquilo que, inicialmente, se coloca como uma parte de si mesma que havia sido perdida, para posteriormente se comunicar com a mãe enquanto um outro –, percebemos que essa comunicação só é possível em função de um sistema simbólico que funda a *linguagem*.

Ao falarmos de um *aparelho de linguagem* sendo fundado na relação com um outro *aparelho de linguagem* – da mãe –, percebemos que a forma pela qual este aparelho vai ser fundado – onde vai ser relevante a ordem de entrada em cena de seus elementos constitutivos –, vai ser determinante de seu funcionamento. Assim, a constituição deste *aparelho de linguagem* vai ser determinante da constituição do *aparelho psíquico*.

Para Garcia-Roza<sup>20</sup> a *fala* é o ato singular pelo qual dois sujeitos se

19 – LEMAIRE, A., LACAN, Jacques, uma Introdução, R.J., Campus, 1988, p. 109..

20 – GARCIA-ROZA, L. A., Introdução à Metapsicologia Freudiana 2, R.J., Jorge Zahar, 1993, p. 127.

comunicam; e sendo assim, será variável, pois será determinada pelas particularidades de cada sujeito. No entanto, a *língua* é um sistema sobre o qual repousam as possibilidades dessa comunicação de significações e, nesta dimensão, pertence à ordem do estável. Para ele, como não há pensamento antes do aparecimento da língua e, como não se trata de a língua traduzir o pensamento em palavras, mas, sim, de ela fundar a possibilidade do próprio pensamento, não haveria idéias pré-existentes que seriam a substância da língua, mas a língua seria *pura forma*.

Pensar a língua, enquanto *pura forma*, nos remete aos equívocos cometidos na leitura do texto freudiano, em que alguns insistem em fazer uma leitura cartesiana do inconsciente freudiano.<sup>21</sup> Por leitura cartesiana, podemos entender o mesmo propósito estabelecido tanto por Descartes quanto pelos positivistas, que foi o de substancializar o conceito de consciência no discurso filosófico.

O inconsciente freudiano foi vítima desse mesmo tratamento, pois diante da dificuldade do homem em pensar sobre um conceito que não seja uma substância ou propriedade de uma, ele o substancializa. Caminho trilhado por muitos seguidores de Freud que insistem em reduzir a psicanálise à uma ciência biologizante, na qual o inconsciente seria o lugar das forças instintivas, animais, selvagens; ondas de energia; lugar do caos anárquico. Apreende-se o inconsciente enquanto uma coisa substancializada, localizada.

Então, assim como a *linguagem*, o inconsciente freudiano é uma forma, *pura forma*, e não um lugar ou uma coisa. Melhor dizendo:

*"(...) ele é uma lei de articulação e não a coisa ou o lugar onde essa articulação se dá (...)"*<sup>22</sup>

21 – GARCIA-RÓZA, L. A., Freud e o Inconsciente, R.J., Jorge Zahar, 1988, p. 174-175.

22 – Idem, ibidem, p. 174.

Mais ainda:

*"O que define portanto o inconsciente não são os seus conteúdos mas o modo segundo o qual ele opera, impondo a esses conteúdos uma determinada forma."*<sup>23</sup>

É através dessa noção de forma que a psicanálise desemboca no estruturalismo e passa a pensar no aparelho psíquico como tendo uma forma estrutural que é determinante de uma lei que rege seu funcionamento. Neste presente estudo, já foram citadas anteriormente as três estruturas básicas do aparelho psíquico: neurose, perversão e psicose.

Nessa linha de raciocínio, podemos entender que a *linguagem* será o efeito do funcionamento desse aparelho, e não o contrário, onde o aparelho seria um instrumento da *linguagem*.<sup>24</sup>

Se o *aparelho de linguagem* é algo que se constrói e se a linguagem é algo que se adquire, vai ser a construção e a aquisição desse aparelho que possibilitarão a articulação com um outro, um outro *aparelho de linguagem*. Portanto, a aquisição da linguagem não tem por objetivo um saber sobre o mundo, mas sim, tornar possível a comunicação com a parte perdida de si mesmo.<sup>25</sup> Se esse *aparelho de linguagem* é construído numa relação com um outro, essa construção e aquisição vai refletir a lei de funcionamento deste outro referente, pois a construção – aquisição – de um, vai girar em torno de um *aparelho de linguagem* já construído.<sup>26</sup>

Somente assim podemos pensar nesse *aparelho de linguagem* enquanto um sistema estrutural, onde:

23 – Idem, *ibidem*, p. 175.

24 – GARCIA-ROZA, L. A., *Introdução à Metapsicologia Freudiana 1*, R.J., Jorge Zahar, 1991, p. 27.

25 – Idem, *ibidem*, p. 40.

26 – Idem, *ibidem*, p. 40.

*"(...) a ordem de aprendizagem da linguagem e a ordem de entrada em cena das partes do aparelho constituem uma lei de formação do próprio aparelho."*<sup>27</sup>

A aquisição da linguagem é fruto da construção desse aparelho de linguagem no qual:

*"(...) a palavra é a unidade de base da função de linguagem, (...)"*<sup>28</sup>

Portanto, o *aparelho psíquico* não é algo que já nasce pronto, mas é construído, passo a passo, pela aprendizagem, numa relação com um outro, um outro *aparelho psíquico* (de linguagem). Visto desta forma, a aquisição/construção do *aparelho de linguagem* e, conseqüentemente, do *aparelho psíquico*, nos introduz no registro da troca simbólica.<sup>29</sup>

Vale a pena ressaltar neste momento a nossa hipótese primeira quando afirmávamos ser o objeto do presente trabalho a desconstrução da equação saúde mental - educação. Partindo do conceito de *estrutura em psicanálise*, está sendo possível delimitar essa construção estrutural do psiquismo na relação triangular com o casal parental.

27 - Idem, *ibidem*, p. 41.

28 - FREUD, S., *A Interpretação das Afasias*, Lisboa, Edições 70, 1979, p. 67.

29 - GARCIA-ROZA, L. A., *Introdução à Metapsicologia Freudiana 1*, R J , Jorge Zahar, 1991, p. 40.

## 6. SOBRE O APARELHO PSÍQUICO

### - Aparelho de memória

*"Não existe uma natureza humana anterior à experiência, mas natureza humana, eu, mente devem ser concebidos como efeitos da experiência."*

Sabemos que a noção de inconsciente freudiano é absolutamente singular, embora possamos destacar alguns autores que influenciaram profundamente o pensamento freudiano, que vão desde os autores do idealismo alemão, até os autores ligados às ciências da natureza.

Dentre estes últimos, ressaltamos Herbart, um pouco mais velho que Freud e considerado por alguns historiadores como o pai da psicologia moderna. O pai da ciência da educação. Embora Herbart postule um inconsciente que poderíamos classificar de dinâmico e delineie conceitos que sugerem uma noção de conflito intrapsíquico, o fundamental, o que aproximaria Herbart de Freud, seria a crença de ambos de que o psiquismo poderia ser conceituado cientificamente.

---

1 – HUME, D., Tratado da Natureza Humana, in GARCIA-ROZA, L. A., Introdução à Metapsicologia Freudiana 1, R J , Jorge Zahar, 1991, p. 54 e HUME, D., Sumário do Tratado da Natureza, S.P., Cia. Editora Nacional, 1975.

A tentativa de uma conceituação psicológica do *aparelho psíquico* não significa, de forma alguma, numa recusa de um corpo anatomofisiológico como suporte material. Assim, Freud não recusa a noção de neurônio como sendo o suporte material e a unidade fundamental do sistema neurológico. Ao formular, no Projeto de 1895<sup>2</sup>, os diferentes sistemas de neurônios, não está afirmando uma qualidade e uma natureza diferente para cada neurônio, mas, sim, estabelecendo uma diferença estrutural entre eles.

Não se constitui no objetivo do presente trabalho um aprofundamento no estudo do Projeto, mas apenas salientar que, para Freud, existia um aparelho somático, ou melhor dizendo, um aparelho neuronal que seria armazenador e condutor de energia. Portanto, esses neurônios seriam o suporte material do aparelho psíquico. Mas, não se trata, para Freud, de uma tentativa de explicá-lo pela vertente médica da histologia, da anatomia, ou da neurologia, mas, sim, de já fundar uma iniciante metapsicologia<sup>3</sup>.

Como então conceituar esse aparelho psíquico, para além de um aparelho neuronal que seria seu suporte material?

Sabemos da eterna preocupação de Freud com a memória e de sua tentativa de conceituá-la teoricamente.<sup>4</sup> Como já abordamos anteriormente, a psicanálise não tem como objetivo de estudo o fenômeno. Assim, é claro que a memória que instiga Freud não seria analisada, pela vertente de um estudo dos fenômenos, por demais já empreendido pela psiquiatria e pela psicologia.

No Projeto, Freud deixa claro que seu interesse está voltado para o

2 – FREUD, S., E.B.S., vol. I, Projeto para uma Psicologia Científica, R.J., Imago, 1977. A partir de agora este texto será citado como Projeto

3 – GARCIA-ROZA, L. A., Introdução à Metapsicologia Freudiana 1, R.J., Jorge Zahar, 1991.

4 – Toda a continuação deste ensaio baseia-se nos capítulos 2 e 3 do Introdução à Metapsicologia Freudiana 2, Garcia-Roza, L. A., R.J., Jorge Zahar, 1993.

que ele denomina de memória inconsciente, a memória dos nossos primeiros anos de vida, aparentemente esquecida, mas determinante do comportamento do adulto. A certeza de que:

*"(...) o passado se conserva integralmente, embora não recordado: amnésia infantil."*<sup>5</sup>

A memória não é uma faculdade desse *aparelho psíquico*, mas, sim, um sistema constitutivo e formador do aparelho. Nesse sentido, a memória é pré-condição para que se forme o *aparelho psíquico*.

Na medida em que esse *aparelho psíquico* necessita da memória, já que ela é sua pré-condição, também necessita da linguagem, pois, sem ela não há produção de significação. Somente em relação a essa dupla referência, à memória e à linguagem, poderíamos conceber o *aparelho psíquico*: *um aparelho de memória, no qual essa memória é uma memória de linguagem*.

Vimos, no ensaio anterior, que esse *aparelho de linguagem* é construído gradativamente em relação a outro *aparelho de linguagem*, ou seja, passa a funcionar numa relação de referência a esse outro que lhe serviu de ponto de referência:

*"É importante que se entenda esse outro como sendo outro aparelho de linguagem e não como sendo o mundo. O mundo não é capaz, por si só, de produzir um aparelho de linguagem. É apenas no seio de uma pluralidade de aparelhos de linguagem que um novo aparelho de linguagem poderá surgir."*<sup>6</sup>

A construção desse *aparelho de linguagem* numa relação com um

5 – FREUD, S., E.B.S., vol. VII, Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade, R.J., Imago, 1977.

6 – GARCIA-ROZA, L. A., Introdução à Metapsicologia Freudiana 2, R.J., Jorge Zahar, 1993, p. 31.

outro *aparelho de linguagem* é que possibilita o surgimento do singular, pois, esse outro não é o mundo enquanto totalidade, mas, sim, *um outro falante que deixará marcado nesse outro ser em construção, a sua marca, numa relação de referência.*

Mas sendo a memória uma memória de linguagem, precisamos resgatá-la, pois só através dela chegaremos à linguagem enquanto texto, enquanto escritura. Para tanto, enumeraremos agora as principais concepções de Freud sobre a memória:

- 1 - Em *A Interpretação de Sonhos* (1900), Freud se preocupa com a forma pela qual a memória se comporta nos sonhos e nos traz duas citações significativas. Uma de Delbouef (1885): "*Que mesmo a impressão mais insignificante deixa um vestígio inalterável, que é indefinidamente capaz de revivescência.*", e uma outra de Sholz (1893): "*Nada que tenhamos possuído mentalmente uma vez pode perder-se inteiramente.*"<sup>7</sup>. Com isso, afirma-se a conservação integral do passado, embora o mesmo não seja necessariamente recordado. É aqui que se encontram os fundamentos do conceito freudiano do inconsciente.
  
- 2 - O esquecimento concebido como ativo e não como passivo. Esquecimento por eficiência e não por deficiência. Rompe-se com o conceito de que o esquecimento seria resultante de uma lesão ou disfunção do corpo anatomofisiológico. Esquecimento como processo ativo e pleno de significação.

---

7 – FREUD, S. E.B.S., vol. IV, *A Interpretação dos Sonhos*, R.J., Imago, 1977, p. 21-22 e GARCIA-ROZA, L. A., *Introdução à Metapsicologia Freudiana 2*, R.J., Jorge Zahar, 1993, p. 34.

- 3 - O caráter seletivo da memória. E esta seletividade é determinada pela eficiência acima citada. É nesse sentido que o esquecimento se faz ativo.
- 4 - A memória, estando a serviço do *pricípio do prazer*<sup>8</sup>. Princípio este que determinaria a seletividade e por conseqüência, a eficiência.
- 5 - A idéia de uma mudança contínua no material mnêmico, determinada pela eterna possibilidade de uma constante associação/ligação a outros conjuntos de material mnêmico.
- 6 - Para Freud, o cérebro se constitui no suporte material das lembranças. A lembrança se inscreveria no corpo anatomofisiológico, ou seja, no suposto aparelho neuronal.
- 7 - Quando afirma que as *histéricas* sofrem principalmente de reminiscências, está tirando o foco do suposto evento traumático e focalizando a memória-lembrança. São essas lembranças, as representações reinvestidas, que vão produzir o efeito traumático, e não o acontecimento em sua forma original. Por exemplo: se um ato copulatório for presenciado por uma criança sem maturidade biológica suficiente para dele extrair sua exata significação, ele permanecerá inscrito no inconsciente enquanto significante puro, ou seja, sem significado. Posteriormente, interligado a outras cadeias associativas do material mnêmico, como recordação, poderá adquirir um valor traumático.

---

<sup>8</sup> – Os autores do Vocabulário da Psicanálise, J. Laplanche e J. B. Pontalis, Lisboa, Moraes, 1976, definem princípio de prazer freudiano como "um dos princípios que regem o funcionamento mental: a atividade psíquica no seu conjunto tem por objetivo evitar o desprazer e proporcionar o prazer. Na medida em que o desprazer está ligado ao aumento das quantidades de excitação e o prazer à sua redução, o princípio de prazer é um princípio econômico."

- 8 - O conceito de *lembrança encobridora*, ou seja, a recordação infantil que se caracteriza pela insignificância do seu conteúdo e paradoxalmente, pela sua especial nitidez. Lembranças claras e detalhadas da infância. Por que tais recordações persistem? Para Freud, essas lembranças encobrem outras e com elas mantém uma relação de sentido – assim como o *sintoma*<sup>9</sup> –, e permanecem como referência ao conteúdo que se mantém encoberto, *recalcado*<sup>10</sup>. Essa *lembrança encobridora* condensa grande número de elementos infantis, sejam lembranças reais ou construções imaginárias.

## - Memória de linguagem

Essa memória de linguagem que se faz texto, como por exemplo no sonho, constitui-se no núcleo central do qual Freud constrói seu pensamento conceitual sobre o *aparelho psíquico*.

Não se trata, portanto, de um *aparelho de memória* isoladamente, mas de um *aparelho de memória* e um *aparelho de linguagem* – um não existindo sem o outro, ambos constituindo o *aparelho psíquico*.

Portanto, temos que pensar no modo como esse *aparelho de memória* se constitui e se articula com o *aparelho de linguagem*, pois só

9 e 10 –Cf. o Vocabulário (Laplanche e Pontalis), o Recalque é a "operação pela qual o indivíduo procura repelir ou manter no inconsciente representações (pensamentos, imagens, recordações) ligadas a uma pulsão. O recalque produz-se nos casos em que a satisfação de uma pulsão - susceptível de por si mesma proporcionar prazer - ameaçaria provocar desprazer relativamente a outras exigências." A formação de sintoma é a "expressão utilizada para designar o fato de o sintoma psiconeurótico ser resultado de um processo especial, de uma elaboração psíquica." Diante do retorno de recalque, o sintoma seria a formação substitutiva que atenderia às exigências acima citadas. Sendo uma formação de compromisso, o sintoma permitiria o retorno do recalque numa formação substitutiva.

compreendemos a essência do *aparelho psíquico* analisando a sua construção.

Desde o início – e foi esta uma das preocupações que se fizeram presentes como objeto de estudo no texto do Projeto – Freud percebe a diferença entre *memória* e *percepção*. Dedicou-se a conceituá-las, para então elaborar um modelo teórico sobre o *aparelho psíquico*.

Para Freud, como vimos, a memória está sempre sujeita a reordenamentos, inscrições, retranscrições e jamais concebe a *memória* sem a *percepção*.

A *percepção* implica num sistema neuronal que seria um lugar de passagem, isto é, um sistema receptivo a novos estímulos, porém, sem perder sua permeabilidade. Ao contrário da *memória* que implica num sistema de armazenamento da *percepção*.

Assim, a *memória* diz respeito a um sistema neuronal que retém a informação percebida e, para tanto, se faz necessária uma modificação permanente a nível dos neurônios. Modificação esta que determina uma persistência dos traços captados através da *percepção*. Ao contrário da *percepção*, constitui-se num sistema impermeável.<sup>11</sup>

Portanto, é através dessa modificação permanente no neurônio que podemos entender a condição de armazenamento, ou seja, a noção de traço mnêmico, que seria a forma pela qual os acontecimentos psíquicos ficariam gravados na mente de forma permanente, e através do qual seriam reativados pelo investimento.

---

11 – GARCIA-ROZA, L. A., Introdução à Metapsicologia Freudiana 1, R.J., Jorge Zahar, 1991, p. 199.

Garcia-Roza realizou uma pesquisa minuciosa nos textos freudianos para delimitar com precisão a construção desse *aparelho psíquico* em suas várias etapas.<sup>12</sup>

Encontrou em Freud uma imprecisão terminológica ao observar a utilização, às vezes, de dois termos para conceituar o mesmo processo, e por isto resolveu partir para uma revisão detalhista. Como resultado nos apresenta um belo texto, suporte para a nossa versão, onde delimita com clareza a distinção entre *impressão* e *excitação*, entre *traço* e *representação* e, finalmente o que vem a ser um *texto*.

Partindo daquilo que definiríamos como pertencente ao registro do externo, o estímulo, chegaríamos a uma resposta primeira, que seria a sensação. Estímulo e sensação pertencentes ao registro do psiquismo, isto é, estamos falando de uma estimulação psíquica e da sensação correspondente. Ao nível neurológico teríamos como correlato do estímulo, a excitação.

Para além da sensação, encontraríamos a impressão, que seria o registro, a marca no psiquismo dessa sensação:

*"Considerada em si mesma, a impressão é exterior à linguagem e ao sentido, não se insere na cadeia significativa por não estar ligada a outras impressões de modo a formar uma série significativa."*<sup>13</sup>

Da impressão, ainda poderíamos dizer que:

- a) ela não apresenta, no nível do aparelho psíquico, coisa alguma que a represente;

12 – GARCIA-ROZA, L. A., Introdução à Metapsicologia Freudiana 2, R.J., Jorge Zahar, 1993, p. 52 à 67.

13 – Idem, ibidem, p. 54.

- b) ela não porta, no nível do aparelho psíquico, qualquer conteúdo;
- c) ela não traz, no nível do aparelho psíquico, qualquer lembrança – memória que a represente. É a permanência de algo que não foi inscrito no inconsciente, mas que permaneceu como pura intensidade.

Portanto, a *impressão*, mesmo sendo da ordem do psíquico e sendo resposta a um *estímulo*, deixa uma *marca* no psiquismo enquanto um sinal isolado, sem conteúdo. Seria uma marca de pura intensidade, ou dizendo de outra forma, seria uma memória da pura impressão. Para exemplificar o conceito de *impressão*, Garcia-Roza nos oferece o modelo de angústia enquanto sinal<sup>14</sup>, pois ao nascer, biologicamente imaturo, o ser humano experimenta a realidade como angústia. Traz o nascimento como protótipo do estado de perigo, momento primeiro de perigo.

Do nascimento, sabemos que nenhum de nós traz nenhuma representação, nada que represente esse momento primeiro em nosso psiquismo. Mas, na e através da clínica, sabemos da existência da angústia enquanto processo que apresenta suas manifestações fundamentalmente ao nível corporal, e que as pessoas comumente descrevem a angústia enquanto uma opressão no peito, uma aceleração na frequência cardíaca, uma falta de ar, etc..

Portanto, a angústia é uma pura intensidade, sem conteúdo psíquico que a represente, já que, como a impressão, a angústia não é acompanhada de representação. A *impressão* seria, então, esta pura intensidade, memória de pura impressão e não memória de *traço*; memória sem conteúdo. Vale ressaltar que

14 – FREUD, S., E.S.B., vol. XX, Inibição, Sintoma e Angústia, R.J., Imago, 1977. Texto de Freud, de 1926, ponto de partida para a elaboração de Garcia-Roza

não aprofundaremos, neste presente estudo, a questão da *impressão* enquanto sendo possível seu pertencimento ao registro da pulsão de morte por ser desprovida de representação.

Partindo da impressão, chegamos ao conceito de traço que Freud remete tanto ao registro do psíquico – no qual nos deteremos – quanto ao registro do neurológico.

Para Freud, a impressão demarca um conceito de signo isolado, não inserido numa sequência. Já o conceito de traço, corresponderia às inscrições destes signos no sistema inconsciente formando um sistema de traços, uma série.

Desta forma o traço poderia ser definido como sendo:

- a) uma *impressão* que foi inscrita no psiquismo e, enquanto tal, sendo a forma pela qual a impressão mantém seus efeitos;
- b) uma *impressão* inscrita que nos apresenta algo que a represente no psiquismo, um conteúdo;
- c) uma representação psíquica, mas não uma representação total de objeto, enquanto representante da coisa externa;
- d) o registro parcial, *traços*; fragmentos do objeto; um registro sem a conotação de unidade, mas apenas como *traços* – aprofundaremos este aspecto posteriormente, ao estudarmos o conceito de *representação-objeto* –;
- e) um conjunto de signos que formam uma cadeia associativa, uma sequência; apresenta uma cadeia significante, diria Lacan;

- f) o que Freud denomina de *imagem mnêmica* e Laplanche de *imago*<sup>15</sup>; diz respeito somente ao registro do inconsciente; para Lacan, o traço seria a letra do inconsciente;
- g) uma *impressão* que se faz *traço* – se inscrevendo no inconsciente –, ou pela intensidade da *impressão* ou pela sua repetição.

Resumindo, poderíamos dizer que para Freud o conceito de *traço* seria correlativo ao que ele denomina de associações de objeto, isto é, um objeto representado na mente – ou mentado –, só obteria uma unidade na junção dos *traços* que o constituem e, fundamentalmente, quando articulado à *linguagem*, produtora de significação. Assim, a representação seria o conjunto de *traços* que portaria uma unidade fornecida pela articulação com a *linguagem*. Portanto, o termo representação, em Freud, seria mais pertinente quando remetido ao sistema consciente.

Finalmente, o conceito de *texto* e/ou escritura, faculdade intrínseca e estruturante do *aparelho psíquico*. Tomemos como modelo o sonho, lembrando que o mesmo é uma escrita psíquica expressa em imagens, cuja imagem tem valor de *signo* que não porta uma tradução única, mas de *signo* que remete a outro *signo*.

Assim, o *texto* do sonho feito de imagens sensoriais vai ser sempre único, singular, pois o *signo* não remete a um significado único. Ele remete a um outro *signo* e é nesta relação de oposição que se produz uma significação. Portanto, duas pessoas diferentes poderiam sonhar com o mesmo *signo* e teríamos uma significação diferente para cada sonho:

15 – Cf. LAMAIRE, A., Jacques Lacan, uma Introdução, R.J., Campus, 1988, p. 144.

*"A imagem não é portadora ela mesma do seu significado. Significado e significante são duas ordens distintas, constituindo duas ordens distintas de articulações paralelas. Há um deslizamento incessante do significado sob o significante e é a rede do significante, pelas suas relações de oposição, que vai constituir a significação do sonho."*<sup>16</sup>

Dessa forma, esse texto feito de imagens e que possui um sentido apreendido somente *a posteriori*, se porta da mesma maneira que um texto escrito em palavras cuja existência de uma possível figura de linguagem implicará na necessidade de uma oração que a apresente, para se fazer significada.

## **- Do lugar à função**

Já mencionamos no presente estudo a ruptura da psicanálise com a psiquiatria dos fenômenos. Agora, retomando a história do movimento psicanalítico, abordaremos o momento primeiro em que Freud, através de um texto rejeitado por ele mesmo<sup>17</sup>, funda os pilares de sua teoria, tendo como debatedores imaginários os mais prestigiados neurologistas de sua época. Nesse seu texto, mesmo marcado pela concepção do neurologista, já delineia alguma coisa que poderíamos considerar como o embrião do conceito de inconsciente, enquanto substantivo.<sup>18</sup>

Opondo-se aos neurologistas de então, principalmente contra-argumentando com Meynert, seu mestre, Freud ataca a concepção localizacionista dos neurologistas, que tentavam explicar as afasias – um distúrbio de memória levando à perturbação da linguagem – em função de uma lesão cerebral. A neurologia,

16 – GARCIA-RÓZA, L. A., Introdução à Metapsicologia Freudiana 2, R.J., Jorge Zahar, 1993, p. 96. Retomaremos esta questão no ensaio número 7.

17 – FREUD, S., A Interpretação das Afasias, Lisboa, Edições 70, 1979.

18 – Usaremos como fio condutor o texto de Garcia-Roza, L. A., Introdução à Metapsicologia Freudiana 1, R.J., Jorge Zahar, 1991, capítulo sobre as afasias.

seguindo a tradição médica, procurava uma lesão anatomofisiológica que justificasse a clínica.

Com um texto objetivo, no sentido de discordar do ponto de vista da localização, introduz a hipótese funcional de que, para além de uma simples lesão no soma, existiria o comprometimento geral do *aparelho de linguagem* enquanto sistema. Não se tratava mais de uma lesão anatomofisiológica "A", produzindo uma sintomatologia "A", e assim subseqüentemente; mas de que uma possível lesão produziria uma disfunção do *aparelho de linguagem* como um todo.

A hipótese da localização estava presa a uma lógica que postulava que uma lesão específica no cérebro, assim como poderia produzir a paralisação de um membro específico do corpo, também produziria a perda da compreensão da linguagem, mas com a manutenção da capacidade da fala.

O que Freud questionava era justamente esta visão mecanicista que supõe uma relação simplista entre a clínica visível e o anatômico. Ora, uma lesão como a descrita por Broca<sup>19</sup>, jamais produz somente uma *afasia motora* sem afetar outras funções da linguagem. Conseqüentemente também não se sustenta o seu correlato sensorial, ou seja, a *afasia dita sensorial*. A *afasia motora* (redução acentuada da linguagem articulada), ou sua similar, Freud já havia observado em pessoas ditas normais, quando fatigadas, desatentas ou sob forte pressão emocional.

Com isso, não queremos dizer que Freud negue o corpo anatomofisiológico como suporte material para o processo de memória de

---

19 – PAUL Broca apresenta à Sociedade Anatômica de Paris, em 1861, um ensaio em que afirma ser a Afasia Motora, uma conseqüência de uma lesão da terceira circunvolução do lobo frontal esquerdo, lesão esta que não afetaria outras funções da linguagem. Também através de disseccções feitas em seres humanos, WERNICKE diz existir outra lesão que determinaria a Afasia Sensorial. Cf. FREUD, S., A Interpretação das Afasias, Lisboa, Edições 70, 1979, p 62 à 66 e GARCIA-ROZA, L. A., Introdução à Metapsicologia Freudiana 1, R.J., Jorge Zahar, 1991, p. 20-21.

linguagem, mas, sim, que ele busca na hipótese funcional, as razões de sua disfunção, pois no caso de uma lesão cerebral, ...

*"O aparelho de linguagem reagiria como um todo, de forma solidária, apresentando um enfraquecimento na sua função, sem demonstrar uma deficiência em suas partes isoladas."*<sup>20</sup>

Indo mais além, Freud afirma que a aquisição da linguagem passa pela construção desse *aparelho de linguagem*, e ao contrário dos neurologistas, integra o motor e o sensorial numa unidade indivisível. Unidade esta que será responsável pelo *aparelho de linguagem*.

## **- Da coisa (Ding) à representação (Vorstellung)**

No presente estudo já tivemos a oportunidade de abordar o conceito de *representação* (Vorstellung), quando então estabelecemos uma diferença fundamental entre *fenômeno psíquico* e *fenômeno físico*, demonstrando o caminho percorrido por Freud ao não aceitar a redução do primeiro ao estatuto do segundo.

Para pensar o *aparelho de linguagem*, Freud delineia dois conceitos fundamentais e ratifica a distinção qualitativa entre *fenômeno psíquico* e *fenômeno fisiológico*. Afirma existir uma autonomia de ambos os processos, tanto do fisiológico quanto do psicológico, assim como uma interconexão de forma que possamos pensar num paralelismo entre ambos.

Estamos trilhando um caminho que demonstra a nossa preocupação em compreender a questão da *impressão* psíquica, ou seja, qual o processo que

determina a passagem de uma *percepção* ao registro de uma *impressão*, de um *traço* ou de uma *representação*.

Freud refuta a idéia de que a *representação* seja um simples efeito mecânico – no córtex cerebral –, proveniente de uma estimulação periférica captada pelo sistema perceptivo. Reconhece o processo fisiológico que determina as imagens mnêmicas – *impressões* psíquicas armazenadas – e, ao mesmo tempo o transcende ao ratificar o conceito de *representação* como algum registro para além de uma reprodução da coisa externa.

Enquanto o conceito neurológico de imagens mnêmicas afirmava que as excitações sensoriais elementares produziriam, no córtex cerebral, alterações – *traços* – duráveis, registrados ao nível celular e que portariam essas *impressões* sensoriais provenientes do mundo externo, o conceito de *representação* funda o *aparelho de linguagem* enquanto sistema estrutural.

Para entender essa categoria de *representação* que alterou o conceito de *percepção* até então vigente, precisamos retomar a noção de *representação* já vista no presente estudo.

Através do conceito de puro objeto percebemos uma relativa independência entre a *representação-objeto* e a coisa enquanto realidade externa. Ou seja, podemos ter um objeto representado (mentado) no *aparelho psíquico* sem que esse objeto tenha uma existência correspondente na realidade. Portanto, rompe-se com a articulação entre objeto representado (*representação*) e coisa.

No presente estudo, a nomeação de coisa refere-se à coisa enquanto existência real, material. Ao passo que a terminologia objeto diz respeito ao conceito

de *impressão psíquica*, ou seja, de uma marca impressa no psiquismo. Assim, a categoria objeto remete obrigatoriamente ao estatuto do psíquico.

Uma vez que não podemos justificar uma *representação* por uma possível existência na realidade de seu correlato, temos que procurar outros meios de compreender o conceito de puro objeto.

Para Freud, a coisa ofereceria uma série de elementos que ele denomina de associações de objeto. Seriam, por assim dizer, características que emanariam da coisa, ou características intrínsecas da coisa materializada.

Assim, uma árvore vista pelo olho humano portaria características visuais que nos possibilitariam classificá-la quanto ao seu corpo vegetativo, ou seja, ao conjunto de órgãos que formam o seu organismo, em: raiz, caule, folha, flor, fruto e semente; no caso de possuírem um corpo vegetativo completo. Ao tato, definiríamos as características de suas folhas e/ou do seu caule; ao toque ritmado de uma batida, diríamos que o som produzido seria correspondente a determinado tipo de caule, assim como também seria característica a vibração de suas folhas ao vento. Do aroma de suas flores também teríamos algo a dizer, e até do seu sabor, quando for o caso de uma árvore frutífera.

São essas características, ou esses elementos ditos visuais, táteis e acústicos, que Freud denomina de *associações de objeto*. São essas associações que fornecem o substrato para a *representação-objeto*.

Não se trata de uma representação **de** objeto, pois, esta implicaria na necessidade de existência real da coisa e de sua posterior e conseqüente

*representação*. Mais do que isso, seria como se essa coisa já portasse, por si mesma, uma unidade conceitual e essa unidade seria *percebida e impressa* no psiquismo do indivíduo, como um todo. Esta seria uma visão mecanicista do psiquismo, que formularia o conceito de *percepção* quase que reduzido ao estatuto do anatomofisiológico. Ou seja, existiria uma coisa materializada e a imagem (visual) dessa coisa seria impressa no psiquismo, seria introjetada no substrato anatomofisiológico do psiquismo. Poderíamos dizer que seria uma relação entre a matéria (coisa) e a matéria (corpo humano).

Visto dessa forma, volto a destacar, que a coisa já portaria, por si só, uma unidade conceitual com a qual seria impressa. Como metáfora ideal desse processo, citaríamos o filme fotográfico que portaria a impressão – registro – das imagens visuais existentes na realidade. Dito desta forma, o corpo humano registraria as imagens visuais, táteis, olfativas e gustativas que seriam fornecidas pela coisa em uma unidade, e, em sendo registradas, teríamos a representação de objeto daquela coisa. Visto assim, caberia à própria natureza fornecer as qualidades das coisas que seriam registradas pelo corpo humano.

Para Freud, influenciado pela filosofia, a natureza não nos forneceria a qualidade da matéria, mas, simplesmente, uma intensidade de quantidade; pura quantidade. Caberia à consciência<sup>21</sup> humana fornecer o estatuto de qualidade da matéria percebida na realidade.

Assim, a noção de qualidade é dada pela consciência do homem, a partir dos pares de oposição que a própria natureza nos oferece, como por exemplo:

21 – Termo usado aqui no sentido filosófico. Consciência como conhecimento imediato de alguma coisa. No sentido de que consciência é "*consciência do objeto*", já que o indivíduo absorvido na contemplação do objeto, adquire um conhecimento revelador do mesmo. Mas não é consciência de si mesmo.

quente-frio, mole-duro, áspero-liso, etc.

Se a qualidade da coisa é atributo da consciência e se encontramos mentadas no psiquismo representações que não correspondem à coisa real, então não podemos falar de representação **de** objeto, mas sim, de *representação-objeto*. Já estamos falando de uma categoria da ordem do psíquico, onde o objeto diz respeito à sua representação no psiquismo: lugar no e através do qual encontrará sua unidade.

Somente dessa forma poderemos entender o conceito de puro objeto, pois, se como diz Hume, tudo vem da experiência, como explicar a existência da *Vorstellung* nomeada de centauro? Freud não era gestaltista, Freud era atomista<sup>22</sup>.

## **- Esquema psicológico da representação-palavra**

Percebemos em Freud uma preocupação que o direciona para o estudo das perturbações da linguagem, percurso que lhe possibilita fundamentar a função desse *aparelho de linguagem*. Para isso, estamos acompanhando sua persistência em delimitar o estatuto do psicológico e do anatômico.

*"Para a psicologia, a unidade da função de linguagem é a palavra, uma complexa representação que se apresenta<sup>23</sup> composta de elementos acústicos, visuais e cinestésicos."*

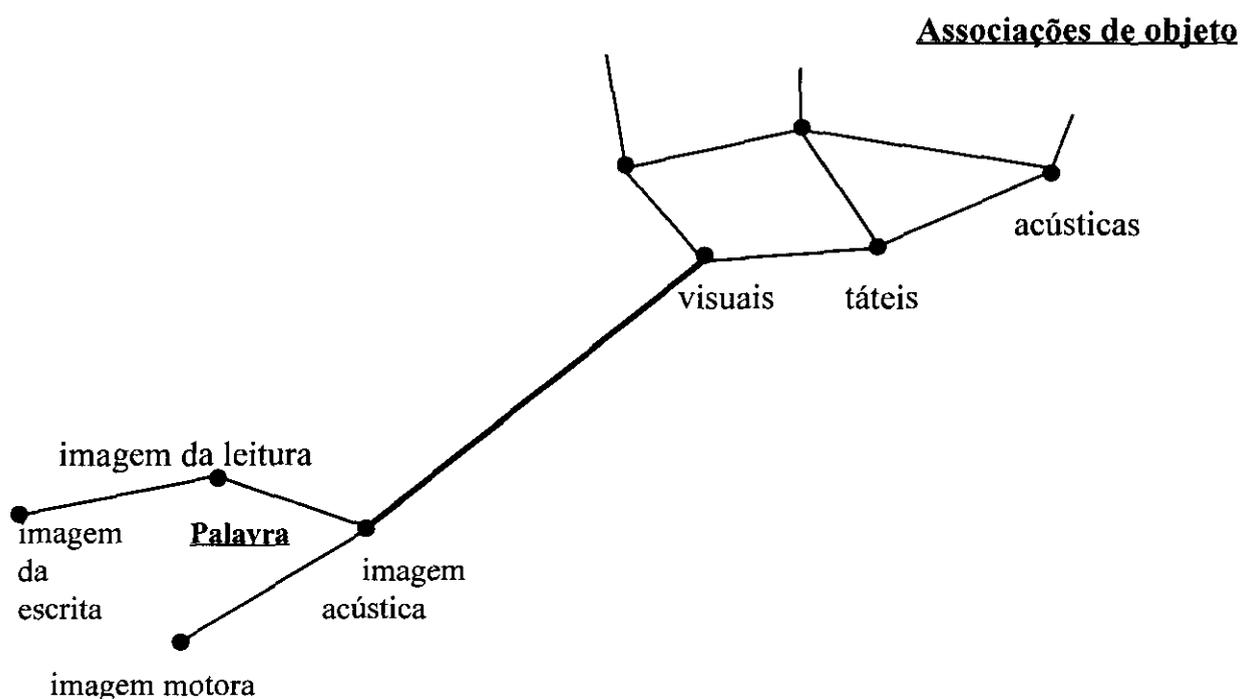
Sendo esse um dos postulados básicos de Freud, temos que relativizar essa conceituação, já que hoje, a palavra compreendida e concebida como

22 – Cf. LALANDE, André, no Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia, S.P., FONTES, Martins, 1993, p. 108-109. Átomo. "Sentido primitivo (Leucipo, Demócrito, Epicuro, Lucrecio): elementos de matéria absolutamente indivisíveis e de uma pequenez tal que não podem ser percebidos separadamente. Eles são, segundo Demócrito, eternos, invariáveis, homogêneos entre si, apenas diferindo pelas suas formas, as suas posições e seus movimentos. (...) Finalmente, por analogia, chamaram-se átomos psíquicos aos elementos qualitativos indivisíveis de natureza mental, pelo agrupamento dos quais seriam formados, segundo certas escolas, os estados psíquicos complexos."

23 – FREUD, S., A Interpretação das Afasias, Lisboa, Edições 70, 1979, p. 67.

entidade indivisível e de valor absoluto, é suspeita aos olhos dos linguistas.<sup>24</sup>

Mas retornemos a Freud e ao seu texto de Afasias, onde ele nos apresenta um esquema psicológico da representação-palavra.



*"A representação-palavra apresenta-se como um complexo representativo fechado, ao passo que a representação-objeto se apresenta como um complexo aberto. A representação-palavra não está ligada à representação-objeto por todas as suas partes constituintes, mas apenas pela imagem acústica. Entre as várias associações de objeto, são as visuais que representam o objeto, da mesma forma que a imagem acústica representa a palavra. As ligações da imagem acústica da palavra com as demais associações de objeto, não são aqui indicadas."*<sup>25</sup>

24 – Ao trazeremos a citação acima, de Freud e datada de 1891, precisamos acrescentar uma outra, de Kristeva, já de 1969, onde ela nos diz: "Ora, torna-se cada vez mais difícil admitir que a unidade mínima da língua seja a palavra. Com efeito, a palavra só ganha a sua significação completa numa frase, isto é, por e numa relação *sintáctica*. Por outro lado, essa mesma palavra é decomponível em elementos morfológicos mais pequenos do que ela, os morfemas, eles mesmos portadores de significação, e cujo conjunto constitui a significação da palavra. Assim, nas palavras dar, dádiva, dador, podemos isolar o morfema da -, que implica a idéia de oferta, e os morfemas - r, - diva, - dor, que atribuem diversas modalidades à raiz da -. Por fim, a significação dessa palavra não fica completa se não a estudarmos num discurso, tendo em conta a enunciação do sujeito falante." Cf. Kristeva, J., *História da Linguagem*, Lisboa, Edições 70, 1988, p. 27.

25 – FREUD, S., *A Interpretação das Afasias*, Lisboa, Edições 70, 1979, p.71.

Neste esquema de Freud, a *representação-palavra* se constitui num complexo de associações fechado, ou seja, sendo uma vez constituído, se fecha nessa cadeia específica de associações que a determinou. Já as associações de objeto, que vão determinar outro complexo de associações que resultará na representação-objeto, se constitui num complexo representativo aberto, ou seja, sendo sempre possível interligações de outras associações. Isso porque a *representação-objeto* mantém uma relação sígnica com a coisa, e esta, a coisa real materializada, está sempre sujeita a alterações e mutações.<sup>26</sup>

Para Freud, esse esquema se aplica pelo menos em relação aos substantivos, situação na qual a *representação-palavra* adquire uma significação pela sua articulação com a representação-objeto.<sup>27</sup>

A *representação-palavra* seria, então, constituída de vários elementos associativos:

- 1 - Imagem acústica
- 2 - Imagem visual da letra
- 3 - Imagem motora da linguagem
- 4 - Imagem motora da escrita
- 5 - Imagem cinestésica

É importante ressaltar que imagem acústica não deve ser confundida com o som, enquanto coisa puramente física, mas considerada como *impressão*

<sup>26</sup> – Com Lacan, aprendemos que o significante invade o significado e, sendo este último um conceito da ordem do mutável, poderíamos desde já aproximar o conceito de representação-objeto, de Freud, ao conceito de significado, de Lacan. Ver A Instância da Letra no Inconsciente in Jacques Lacan Escritos, S. P., Perspectiva, 1978, p. 223 - 259.

<sup>27</sup> – FREUD, S., A Interpretação das Afasias, Lisboa, Edições 70, 1979, p.70.

*psíquica* desse som.

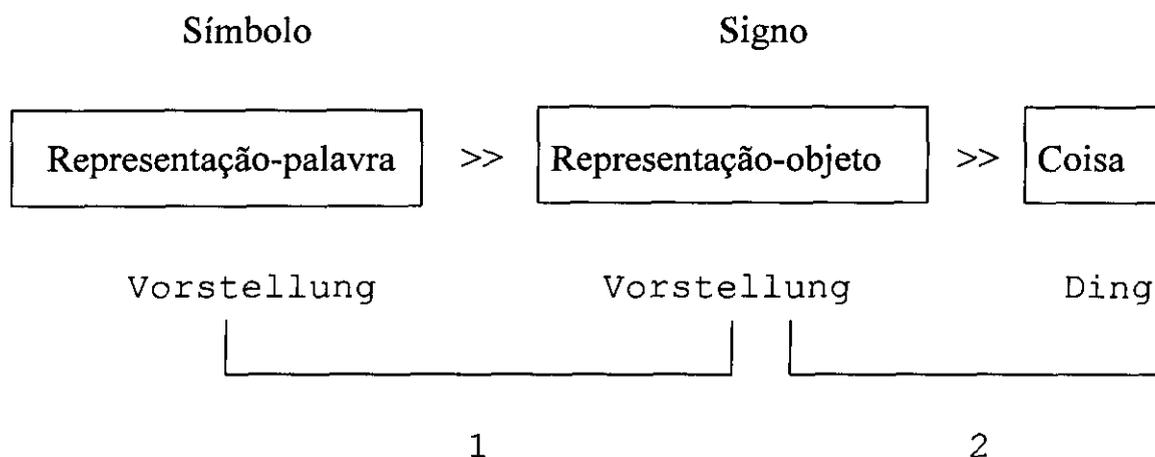
Estamos falando da *impressão psíquica* desse som e da *representação-palavra* que está ligada à *representação-objeto* através da sua imagem acústica. Por sua vez, também não estamos falando da coisa enquanto existência física, mas da *impressão psíquica* dessa coisa, ou seja, da *representação-objeto* que está ligada à *representação-palavra* pelo seu componente visual.

Já vimos, no presente estudo, que a palavra necessita de algo que lhe seja exterior. No caso, um objeto através do qual adquire sua significação. Se a *representação-palavra* necessita da *representação-objeto* para dessa articulação extrair sua significação, a *representação-objeto* também só adquire a sua unidade através da nomeação pela *representação-palavra*.<sup>28</sup>

Assim, uma associação de objeto só adquire unidade conceitual e passa a ser *representação-objeto*, pela sua articulação com a *representação-palavra*. Ambas as representações dizem respeito ao conceito de *impressão psíquica* e a articulação entre ambas se constitui naquilo que Freud define como relação simbólica.

Garcia-Roza apresenta o seguinte esquema que nos facilita na compreensão da terminologia freudiana, isto é, delimita o que Freud nomeia de relação simbólica e relação sígnica.

<sup>28</sup> – Podemos perceber após o estudo do texto de Afasias que Freud nos apresenta um esquema no qual a *representação-palavra* - que se constitui num complexo representativo fechado -, se aproxima do conceito laciano de significante, ao passo que a *representação-objeto* - que se constitui num complexo representativo aberto -, se aproxima do conceito de significado.



1 – *Relação simbólica*: o que Freud define como relação simbólica é a relação entre o *símbolo* (representação-palavra) e o *signo* (representação-objeto).

2 – *Relação signica*: a relação da *representação-objeto* com a coisa real.<sup>29</sup>

Vimos, a partir deste esquema gráfico, a razão da discordância de Freud com Peirce, pois, para Freud, o *signo* não é uma representação natural já que o *signo* retirará sua unidade conceitual, não da coisa, mas da *representação-palavra* com a qual se articula.

### - A produção de significação

A afirmação de que o signo não é natural, mas, sempre convencional, possibilita, também, afirmar que a unidade conceitual da *representação-objeto* –

29 – GARCIA-ROZA, L. A., Introdução à Metapsicologia Freudiana 1, R. J., Jorge Zahar, 1991, p.61.

*signo* – vai ser sempre uma construção singular, já que não é da coisa que o objeto retira sua unidade, assim como não é da coisa que a palavra retira seu significado. Se o *signo – representação-objeto* – é composto de vários elementos associativos, podemos supor que esses elementos vão formar uma cadeia associativa seriada, nem sempre absolutamente igual – pois, ora poderá ter predominância de um elemento, ora de outro – e que seria essa série estrutural que, ao ser articulada com a *representação-palavra*, ganharia unidade. Temos então, séries associativas diferentes.

Único caminho que nos possibilitaria, pela via da singularidade, produzir o discurso lógico da subjetividade.

A afirmação de que se faz possível a construção da lógica subjetiva não deve ser confundida com a possibilidade de planificação da subjetividade humana, numa construção tricotada do futuro. Trata-se, isso sim, de continuarmos caminhando de costas para o futuro, mas olhando para esse passado subjetivo, não mais como lugar do caos ou da desordem sem sentido, mas como um lugar pleno de significação. Continuamos demarcando a impossibilidade da equação que sugere a construção da saúde mental pelo viés da educação.

A certeza de um subjetivo pleno de sentido não passa pelo viés do cógito cartesiano, mas, sim, como fala Freud, resulta da percepção da outra lógica do discurso da subjetividade.

Mas voltemos ao singular e à sua construção. Voltemos ao *aparelho de linguagem* e ao esquema psicológico de *representação-palavra*, pois, se esse *aparelho de linguagem* vai ser construído gradativamente, a aquisição da linguagem vai ser a construção desse aparelho. Podemos também afirmar que esse *aparelho de linguagem* vai ser construído peça por peça e em relação a outro *aparelho de linguagem*.

Freud inova ao nos mostrar que o que se contrapõe à palavra não é a coisa, mas a representação-objeto. Para ele, como já vimos, a representação-objeto não está pronta e à espera da palavra que vai significá-la. Muito pelo contrário, a realidade apenas oferece imagens de objeto – associações de objeto –, que na relação com a representação-palavra,<sup>30</sup> ganhará unidade.<sup>31</sup>

Assim, tiramos a supremacia de um suposto *aparelho perceptivo*, já que não se trata simplesmente da impressão de uma coisa percebida, pois para além do *aparelho perceptivo*, existe o aparelho de linguagem que instaura o registro da troca simbólica, a saber: a formação de um *aparelho de linguagem* singular, diante e em relação a outro *aparelho de linguagem*, também singular e já formado.

Portanto, e mais uma vez, a aquisição da linguagem não se faz com o objetivo de adquirir um saber sobre o mundo que nos cerca, nomeando as coisas, mas, sim, de uma instrumentalização que nos possibilite a comunicação, a articulação com o outro.

É por isso que esse *aparelho psíquico* não pode ser pensado em termos de localização cerebral, mas, sim, enquanto uma estrutura. Deve ser concebido em termos estruturais: *aparelho psíquico* que também poderia ser nomeado de aparelho simbólico.

30 – Estamos falando da relação da representação-objeto com a representação-palavra, nomeada de relação simbólica ou de relação significante.

31 – Retomemos a articulação de Freud com Brentano, para que possamos compreender o suporte filosófico usado por Freud no texto de Afasias. Segue uma citação de Garcia-Roza, L. A., Introdução à Metapsicologia Freudiana 1, R.J., Jorge Zahar, 1991, p. 58-59: "(...) A suposição inicial de Brentano é a de que a coisa (*Ding*) é o que fornece ao objeto representado (*Objektvorstellung*) seu significado. Num segundo momento, e partir sobretudo das críticas de Meinong, Brentano passa a admitir que não são as coisas que fornecem à representação seu significado, mas que este resulta da relação que as próprias representações mantêm entre si. Isto porque há significação mesmo quando a representação não tem como referente um objeto real, existente em si e por si, como é o caso, por exemplo, do centauro ou do cavalo alado. A significação resulta, pois, da articulação entre representações e não da articulação entre representação e coisa. Como não há significação sem linguagem, podemos ver na concepção de Brentano um suporte filosófico para a concepção desenvolvida por Freud em Afasias sobre a articulação entre a representação-palavra e a representação-objeto e a produção de significado, (...)" (grifo do autor)

## 7. DO SIGNIFICADO AO SIGNIFICANTE

### - A linguagem que funda o homem

No ensaio anterior nos dedicamos ao estudo do *aparelho psíquico* freudiano e da constatação de que esse aparelho só pode ser concebido em termos de um aparelho de memória de linguagem: de um *aparelho de memória* e de um *aparelho de linguagem*.

Enquanto aparelho, queremos dizer *aparelho estrutural*, isto é, que se trata de uma estrutura, de um todo, com suas partes constitutivas, seus limites e seu princípio de funcionamento. Estrutura em que cada uma de suas partes depende uma da outra e só pode ser o que é na e pela relação entre as mesmas, determinando o todo.

Enquanto psíquico, estamos estabelecendo uma complexa relação que nos impossibilita de pensar o psíquico que não seja pela sua articulação com a

palavra. É essa *linguagem*<sup>1</sup> que organiza o pensamento e o mundo que nos rodeia, ou seja, a natureza.

Como a *linguagem* organiza o mundo e o pensamento, reproduzindo a realidade, no sentido de produzi-la novamente, e como a linguagem faz essa reprodução, seguindo uma organização que é sua, ela o faz de uma forma singular. Fazendo da reprodução uma recriação constante. É isso que faz com que o mesmo fato seja narrado por várias pessoas em diferentes versões, ou seja, como é a linguagem que vai organizar e reproduzir o fato acontecido, o faz seguindo uma organização que lhe é peculiar, imprimindo sua marca e conseqüentemente recriando o fato.<sup>2</sup>

É essa a sina dos homens, esse animal simbólico, a de reproduzir – recriando – eternamente sua história. A história sem fim.

É essa *linguagem* que organiza e funda o pensamento, já que sem *linguagem* não há pensamento. Se é a *linguagem* que funda o pensamento, não há como pensar o homem sem a *linguagem*. Como assinala Garcia-Roza, não podemos conceber uma criação em dois tempos, primeiro a do homem e depois a aquisição da *linguagem*.

1- Linguagem também compreendida como *chave* do homem e da história social, como via de acesso às leis do funcionamento da sociedade, mas não enquanto verdade única e possibilitadora da utopia de libertar o homem das trevas; apenas como uma via de acesso. "(...) o acto de considerar a linguagem como objeto específico de conhecimento - implica que ela deixe de ser um exercício que se ignora a si próprio para se pôr a falar as suas próprias leis: digamos que **uma fala se põe a falar o falado**. Este retorno paradoxal descola o sujeito falante (o homem) daquilo que o constitui (a linguagem), e obriga-o a dizer o modo como diz. Momento com várias conseqüências, a primeira das quais é permitir ao homem não se considerar já como uma entidade soberana e indecomponível, mas analisar-se como um sistema falante -**uma linguagem** Talvez possamos dizer que, se o Renascimento substitui o culto do Deus medieval pelo Homem com maiúscula, a nossa época apagando qualquer culto traz uma revolução não menos importante, visto que substitui o último, o do Homem, por um sistema acessível à análise científica. a linguagem. O homem como linguagem, a linguagem no lugar do homem, será o gesto desmistificador por excelência, que introduz a ciência na zona complexa e imprecisa do humano, no ponto onde se instalam (habitualmente) as ideologias e as religiões. É a lingüística que parece ser a alavanca dessa desmistificação; é ela que supõe a linguagem como objeto de ciência, e que nos ensina as leis do seu funcionamento." (grifos do autor) Cf. Kristeva, J., História da Linguagem, Lisboa, Edições 70, 1988, p. 14.

2 - Cabe aqui lembrar uma outra citação de Kristeva, que nos mostra que o termo discurso se aplica integralmente ao que estamos dizendo, pois no discurso, a linguagem comum a todos torna-se veículo de uma mensagem única - a fala do indivíduo, própria da estrutura particular de um determinado sujeito: "O termo discurso designa qualquer enunciação que integre nas suas estruturas o locutor e o auditor, com o desejo do primeiro de influenciar o segundo." Idem, ibidem, p. 23.

O homem, enquanto *animal simbólico*, não existia antes da *linguagem*. Assim, fica evidente que nada chega ao homem que não seja passando pela *linguagem*. Ao tornar-se dependente absoluto da *linguagem*, tem também o poder único de criar o mundo no qual habita.

Portanto, o que entendemos por homem, ser humano ou indivíduo, passa obrigatoriamente pela *linguagem*. O homem só passa a existir na e através da *linguagem*. Tudo a um só tempo, conforme assinala Benveniste:

*"(...) é na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, porque apenas a linguagem funda realmente o conceito de Ego: é Ego que diz Ego. Também porque a consciência de si só é possível se ela se provar em contraste com o Tu, atualizando o conceito de não-eu. Esta é a dialética eu-tu, definindo os sujeitos pela oposição mútua, que funda a subjetividade. Portanto, a linguagem, atualizando a relação das pessoas, permite o retorno sobre si como individualidade distinta e possibilita, então, a comunicação inter-humana."*<sup>3</sup>

Se o homem não existe sem a *linguagem*, o mesmo podemos dizer das coisas da natureza, já que estas só passam a existir para o homem quando nomeadas pela palavra. Se alguma coisa da natureza escapa dessa nomeação, deixa de pertencer ao mundo organizado e se integra à categoria do inexistente.

Num ensaio anterior fundamentamos que um objeto mentado não necessita de uma existência na realidade enquanto matéria para ter uma representação psíquica. Agora, partindo do raciocínio inverso, diríamos que, em sendo matéria, a coisa só passa a existir para o ser humano quando nomeada pela *linguagem*. Enquanto não nomeamos para a criança determinada coisa, esta não se

3 – BENVENISTE, E., in Lemaire, A., Jacques Lacan, uma Introdução, R. J., Campus, 1988, p. 98.

inscreve no seu universo, no seu mundo. Assim, poderíamos exemplificar três situações:

- 1 – Caso uma criança já tenha visto um realejo, essa criança vai ter uma representação psíquica do mesmo, porém só vai ter um sentido, um significado ou um conceito quando nomeado pela *linguagem*. Lembrando que para Saussure, o signo linguístico une um conceito e uma imagem acústica, e não uma coisa e uma palavra.
- 2 – Caso a criança nunca tenha visto um realejo e a significação do mesmo ainda não lhe tenha sido fornecida, o realejo ficará excluído do seu mundo infantil, ficará como inexistente. Como assinala Garcia-Roza, *sem linguagem, o mundo humano*, com tudo o que dele faz parte, desaparece.
- 3 – Caso a criança seja cega, esta situação a impossibilita de ter visto o realejo, mas não a impede de possuir – pela *linguagem* – uma significação do mesmo. Uma significação marcada pela unidade da *representação-objeto* com a *representação-palavra*. Ou dizendo de outro modo, uma unidade demarcada pela união de um conceito com uma imagem acústica.

Portanto, é a linguagem que possibilita ao homem a simbolização e conseqüentemente determina a complexa articulação entre o *real* e o *signo*. O *signo* como alguma coisa que está no lugar de outra, que representa o real e – no caso do signo linguístico, por unir um conceito e uma imagem acústica – é capaz de produzir uma significação:

*"Se o signo não é considerado por Freud como uma simples reprodução do mesmo, se ele pode significar algo novo, então ele se constitui como signo a partir do significante, ou segundo Freud, da representação-palavra." 4*

Já vimos que para Freud o conceito de representação (*Vorstellung*) determina uma complexa relação entre *representação-objeto* e *representação-palavra*, e que portanto, *representação* não é representação *de* coisa. Vimos que a *representação-objeto* retira a sua unidade não da coisa em si, mas sim, da *representação-palavra*. Desta forma, podemos perceber que a *representação-objeto* (*signo*) não representa a totalidade da coisa, mas alguns de seus aspectos.<sup>5</sup>

*"Freud não é gestaltista; a percepção não capta estruturas, algo já organizado, mas sim, elementos sensoriais dispersos que serão posteriormente organizados." 6*

Em sendo organizados no momento mesmo de sua aquisição, ou melhor dizendo, no momento da aquisição/construção desse *aparelho de linguagem*, o percebido será organizado em uma unidade conceitual única, singular e, ao mesmo tempo, sendo articulado à *representação-palavra*.

*"Como o aparelho recebe impressões elementares, atomísticas, ao invés de receber Gestalten, formas, e como os traços mnêmicos são traços de impressões, os primeiros sistemas são constituídos apenas por imagens elementares, (...)" 7*

Tais imagens ganharão uma unidade conceitual na relação necessária com a *representação-palavra*.

4 – GARCIA-ROZA, L. A., Introdução à Metapsicologia Freudiana 1, R.J., Jorge Zahar, 1991, p. 63.

5 – GARCIA-ROZA, L. A., Introdução à Metapsicologia Freudiana 2, R.J., Jorge Zahar, 1993, p. 118.

6 – Idem, ibidem, p. 171.

7 – Idem, ibidem, p. 171.

Portanto, é a linguagem que funda o homem enquanto animal simbólico e faz desse, aparelho psíquico, um aparelho absolutamente dependente da *linguagem*. Construção que possibilita a Garcia-Roza afirmar que o *aparelho psíquico* não é psíquico, mas sim, *simbólico*, como Derrida e Lacan também já o haviam afirmado.<sup>8</sup>

## - Da linguística à psicanálise

O estruturalismo linguístico de Ferdinand de Saussure nos deixou como herança a noção de signo linguístico como uma unidade marcada pela relação entre *significado* e *significante*. No presente estudo não trabalharemos com o conceito de *significante* como sendo sinônimo do mesmo termo usado pela linguística. Se para a linguística, essa ciência da forma, o termo *significante* determina a imagem acústica, neste texto trabalharemos com o conceito de *significante* da forma como ele vem sendo formulado pela psicanálise:

*"Nas atas do Congresso de Roma, realizado em 1953 (32), J. Lacan definiu o significante como o conjunto dos elementos materiais da linguagem, ligadas por uma estrutura. O significante é o suporte material do discurso: "a letra" ou "os sons". Não é nem o sinal nem o signo da coisa, menos ainda o significado. O significado é o sentido comum a todos, de uma experiência relatada no discurso. Exteriorizase na globalidade dos significantes sucessivos e não se situa em parte alguma, precisamente no significante da frase."*<sup>9</sup>

8 – Idem, *ibidem*, p. 155.

9 – LEMAIRE, A., Jacques Lacan, uma Introdução, R. J., Campus, 1988, p. 79.

Portanto, para Lacan, o *significante* se define por suas oposições a outros *significantes*, sempre num mesmo nível – ou eixo – de possíveis comparações. Já o *significado* se correlaciona com outros elementos da frase e com todos os elementos do código. É esse deslizamento incessante do *significado* sob o *significante* que possibilitará a significação, já que esta depende igualmente das outras palavras da frase e do código.<sup>10</sup> Para J. Lacan, *significante* e *significado* são duas redes de relações que não se recobrem.

Fundamentalmente, Lacan retoma de Saussure as noções de *signo* e *valor*, mantendo na psicanálise a noção linguística da divisão da *linguagem* em dois eixos principais.

Uma vez que a língua como sistema tem a possibilidade de significar uma coisa diferente do que está dizendo, então, essa língua forja sua autonomia em relação ao sentido.

E isso acontece, essa autonomia relativa em relação ao sentido, graças a duas figuras de estilo fundamentais e importantíssimas na linguística, a saber: metonímia e metáfora. Duas figuras que determinam os princípios segundo os quais os *significantes* se articulam.

A metonímia se constitui no eixo horizontal da linguagem, no eixo das relações de contigüidade, onde se substitui um termo por outro na base de um laço de proximidade, de conexão de sentido entre os dois termos.<sup>11</sup> Assim, posso dizer: eu bebo um copo, no sentido de dizer que vou beber o seu conteúdo; substituo o continente pelo conteúdo sem que isso se constitua num erro. Da mesma forma

10 – Idem, *ibidem*, p. 80.

11 – Idem, *ibidem*, p. 83.

posso me referir a pênis como representando o homem ou o pai.

É esse eixo horizontal, esse eixo das relações de contigüidade, que me permite associar *carro* a passeio, domingo e parque. É o eixo da combinação e se caracteriza por relações *in praesentia*<sup>12</sup>. Seria por excelência o discurso racional, coerente, lógico: o discurso científico.

Por outro lado, a metáfora se constitui no eixo vertical da *linguagem*, no eixo das relações por similaridade, onde a seleção *in absentia* me possibilita associar *carro* a trem, avião e navio. Seria por excelência o discurso poético, onde braço pode designar, por metáfora, os afluentes de um rio, ou, coração a propósito de floresta, vida e amor. Fica claro com estes exemplos o fato evidente de como a língua se utiliza bem de outra coisa para dizer aquilo que diz, quando analisada palavra por palavra.<sup>13</sup>

Lacan vai aproximar essas duas figuras de estilo a dois processos fundamentais da elaboração onírica e assimila a metáfora e a metonímia à condensação e ao deslocamento<sup>14</sup>, respectivamente. Aproximação que lhe possibilita afirmar que *o inconsciente é estruturado como uma linguagem*.

Mas voltando ao conceito de *significante*, vale lembrar que o *significante* psicanalítico possui uma extensão bem maior, pois engloba os *significantes não-linguísticos*. Para a psicanálise, como já foi dito aqui, a imagem

<sup>12</sup> – GARCIA-ROZA, L. A., Freud e o Inconsciente, R.J., Jorge Zahar, 1988, p. 147-148.

<sup>13</sup> – LEMAIRE, A., Jacques Lacan, uma Introdução, R.J., Campus, 1988, p. 84.

<sup>14</sup> – Cf. LAPLANCHE - Pontalis (Vocabulário da Psicanálise), Condensação e Deslocamento "são os dois modos essenciais de funcionamento dos processos inconscientes": na condensação, "uma representação única representa por si só várias cadeias associativas, em cuja intersecção se encontra" O deslocamento é o "fato de a acentuação, o interesse, a intensidade de uma representação ser susceptível de se soltar dela para passar a outras representações originariamente pouco intensas, ligadas à primeira por uma cadeia associativa. (. .) Vemos operar a condensação e o deslocamento no sintoma e, de modo geral, nas diversas formações do inconsciente. Particularmente visíveis, na análise dos sonhos." p. 129 e 162.

acústica não deve ser confundida com o som enquanto uma coisa puramente física, mas considerada pela vertente da impressão psíquica desse som.

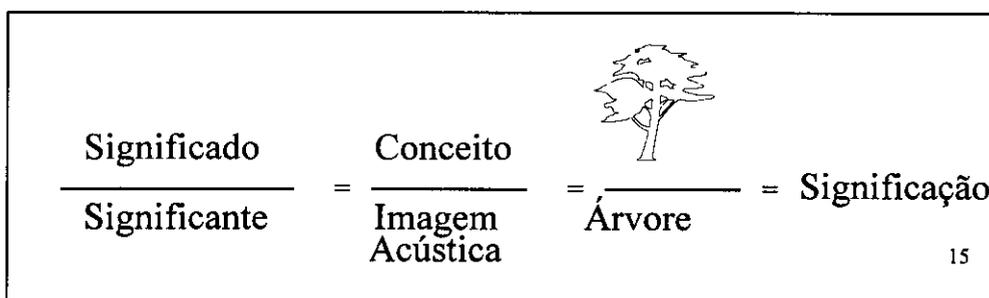
Se estamos falando de impressão psíquica, podemos estender para além da imagem acústica, outras impressões que também se fazem presentes, como a imagem olfativa, tátil, gustativa etc. Enfim, tudo que se inscreve através dos órgãos do sentido e possibilita uma apreensão do mundo real.

Assim, tudo o que fosse percebido por uma criança, desde o nascimento, se inscreveria como *impressão e traço*. Seriam registros de uma vivência que não portariam um *significado*, seriam o *significante puro*. Como exemplo, o caso da criança que presencia a cópula dos pais mas é incapaz de significá-la, de fornecer um *significado*. Seria inscrita no inconsciente como *significante puro*.

## **- O significado Saussuriano**

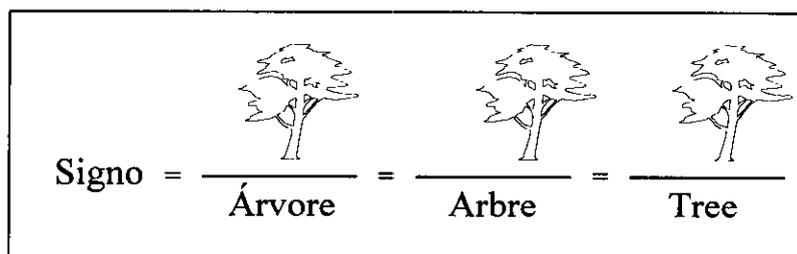
Como já vimos neste capítulo, Saussure funda o conceito de *signo* linguístico como uma unidade marcada pela relação entre *significado* e *significante*. Esta unidade composta de duas faces seria a união de um conceito e de uma imagem acústica, determinando a significação do *signo* linguístico. Ratificando, trata-se da união de um conceito e de uma imagem acústica e não de uma coisa e uma palavra assim, esquematizado:

Signo =



Deste esquema apreendemos três princípios:

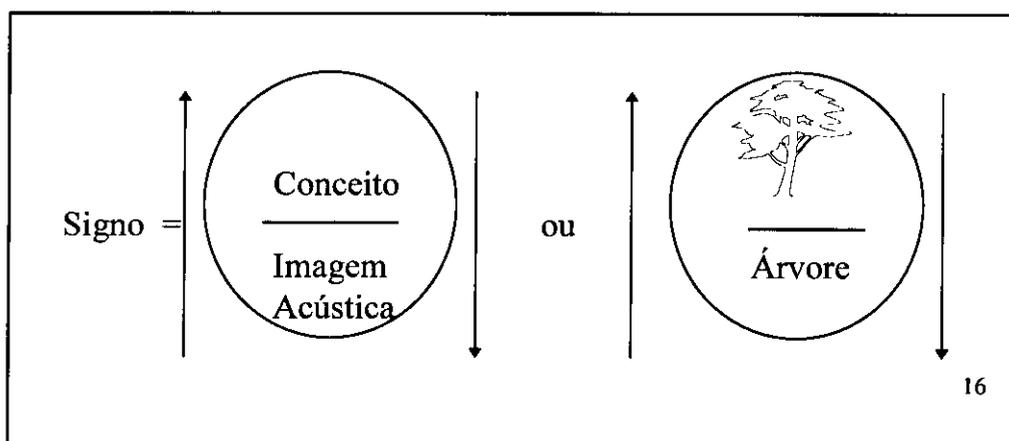
1º) *Arbitrariedade*: por arbitrariedade entendemos o fato de não existir uma relação prévia entre o conceito e a sua imagem acústica, tanto que em cada língua vamos ter uma imagem acústica para definir o mesmo conceito. A arbitrariedade do signo remete à noção de não-natural, ou seja, a relação entre *significado* e *significante* é da ordem do convencional.



2º) *Unidade*: esta unidade se constitui no principal conceito saussuriano do *signo*, pois fundamenta o princípio de uma unidade indissolúvel

entre o *significado* e o *significante*, um não existindo sem o outro.

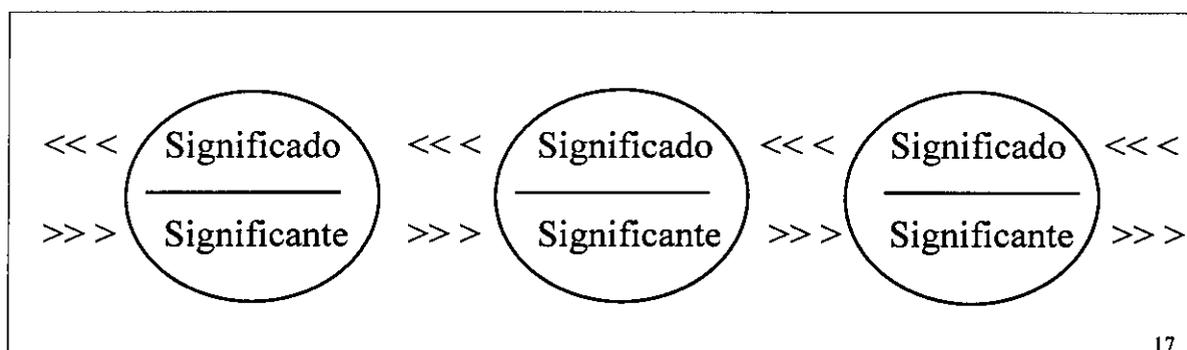
Portanto, por unidade se entende que todo *significado* tem seu *significante* correspondente e desta unidade surgiria a significação do *signo*. Para Saussure haveria uma relação de univocidade entre o *significado* e o *significante*, determinando a primazia do primeiro, sendo o *signo* a representação do *significado*, determinando sua significação. Assim o conceito (*significado*) seria mais significativo que a imagem acústica (*significante*).



Desta forma, a significação do *signo* será determinada pela relação vertical entre *significado* e *significante*, dentro dessa unidade indissolúvel.

3º) *Linearidade*: introduz-se o eixo horizontal na *linguagem*, pois para além do conceito de unidade, passa também a ser significativo o lugar que o

signo vai ocupar linearmente no discurso. Constituindo o conceito de *valor do signo* e sendo determinado pelo lugar ocupado pelo *signo* dentro de um sistema estrutural de linguagem:



Para além da unidade, a significação será dada pela relação com os outros elementos constitutivos do discurso. Desta forma, o *signo* perde a significação prévia absoluta e passa a portar uma significação somente diante de uma oração que o apresenta.

Esta é a noção básica do *signo linguístico* formulada por Saussure, que determina a unidade indissolúvel do mesmo.

## - A relação significado/significante

Para Benveniste<sup>18</sup>, a relação entre o *significado* e o *significante*

17 - Idem, ibidem, p. 185.

18 - BENVENISTE, E., Problemas de Linguística Geral 1, in Garcia-Roza, L. A., Introdução à Metapsicologia Freudiana 2, R.J., Jorge Zahar, 1993, p. 121.

não se constitui como arbitrária, pois o fato de o mesmo conceito ter vários significantes (árvore, arbore, tree, etc.) não significa uma arbitrariedade, apenas prova que nenhuma dessas denominações pode se pretender absoluta, pois os vários *significantes*, ou seja, as várias imagens acústicas que são expressas nas diferentes línguas estão referidas à mesma realidade. Portanto, se estão referidas à mesma realidade, poderíamos também dizer que se referem ao mesmo *significado*, ao mesmo conceito.

Para Benveniste, essa referência à realidade significa uma relação do *signo* com a *coisa*, indicando que a *coisa* não pode ser excluída da definição do *signo*.

Se essa relação entre *significado* e *significante* não é arbitrária, ele então, vai defini-la como necessária:

*:"O que é arbitrário é o signo considerado como uma totalidade, o fato de um determinado signo e não outro aplicar-se à realidade, mas não a união significado/significante que o constitui como signo linguístico. Entre o significante e o significado, o laço não é arbitrário; pelo contrário, é necessário." <sup>19</sup>*

Ao estipular essa relação como necessária, Benveniste destaca o fato de que ambos, *significante* e *significado*, são impressos juntos no psiquismo de cada pessoa e juntos são evocados em todas as circunstâncias. Freud já havia postulado uma relação necessária entre *representação-objeto* e *representação-palavra*.<sup>20</sup> Para Freud, a relação simbólica seria justamente essa relação, pois a *representação-objeto* só ganharia unidade conceitual pela sua relação com a

19 – GARCIA-ROZA, L. A., Introdução à Metapsicologia Freudiana 2, R J., Jorge Zahar, 1993, p. 123.

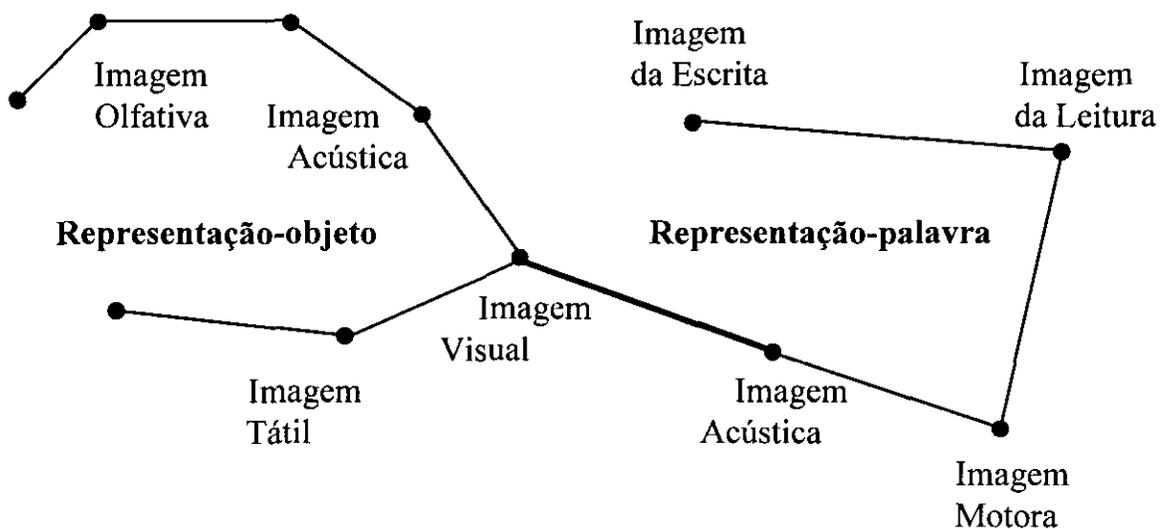
20 – Após a exposição dos conceitos de Freud e Lacan, podemos perceber que aquilo que Freud denomina de *representação-palavra* e *representação-objeto*, é nomeado por Lacan (via Saussure) como *significante* e *significado*, respectivamente.

*representação-palavra*; e esta só obteria identidade na relação com a *representação-objeto*, e não com a coisa em si. Vejamos o esquema gráfico de Freud modificado por Garcia-Roza:

Coisa - *Ding*

---

REPRESENTAÇÃO - *VORSTELLUNG*



21

---

Portanto, tanto a palavra quanto o objeto não retiram sua unidade da coisa propriamente dita, mas tudo se passa numa relação entre *significado* e *significante*, ou entre representação-objeto e representação-palavra. Na terminologia freudiana este seria o modelo de representação do sistema consciente.

### - A supremacia do significante

Como já vimos anteriormente, Freud havia rompido com o conceito

de unidade do psiquismo sob a supremacia do eu consciente ou, dito de outro modo, com o conceito de saúde que formulava o eu absoluto, integrando e unindo os universos sensitivo, volitivo e ideativo.

Assim como Freud introduziu o conceito de unidade fendida, consciente e inconsciente separados por uma barra que marca a divisão psíquica do sujeito, Lacan, partindo dos conceitos de Saussure, introduz e subverte o até então estabelecido.

Rompe-se com a unidade do *signo* e com a primazia do *significado*. Estabelece-se o reinado do *significante*. Lacan vai modificar a equação proposta por Saussure, invertendo seus valores que passariam a ser assim representados:

$$\text{Signo} = \frac{\text{Significante}}{\text{significado}} \quad \text{ou} \quad \frac{\text{S}}{\text{s}}$$

Formula assim por perceber uma autonomia do *significante* sobre o *significado* e que nem todo *significante* tem seu *significado* correspondente, termo a termo.

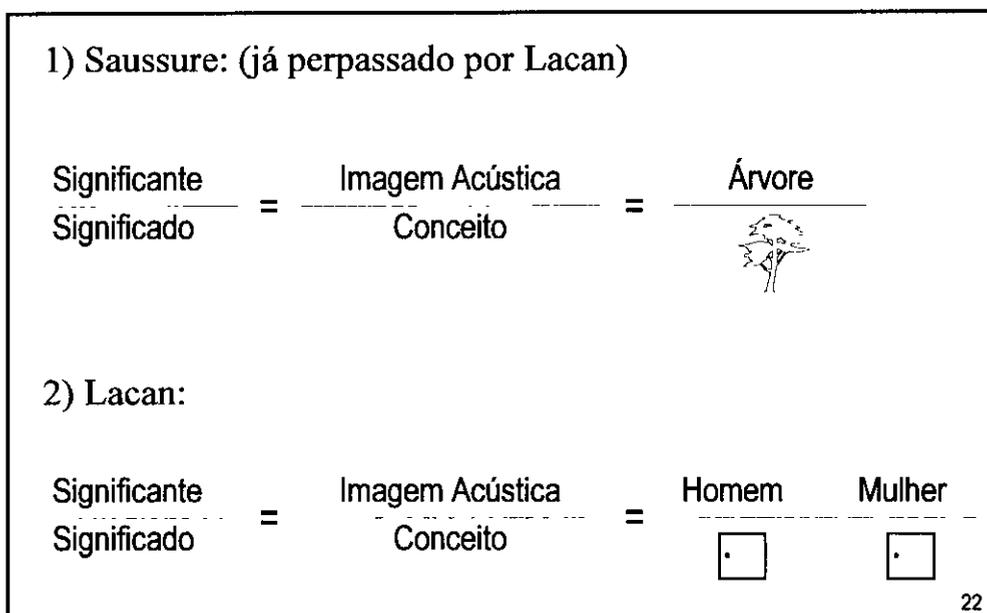
Como poderíamos entender esta afirmação? De que ordem de *significante* falamos, sem o seu correspondente *significado*?

Para fins de exposição didática, suponhamos um infante num período anterior ao de acesso à *linguagem* e, portanto, anterior à entrada no universo simbólico. Neste caso o infante já estaria formando o seu universo de representações do mundo ou, dizendo de outro modo, estaria formando seu mundo de

representações.

São *impressões e traços* de imagens visuais, auditivas, olfativas e táteis que, desprovidas de um *significado*, são *significantes*. São *traços mnêmicos* que, sempre articulados ao universo de *prazer e desprazer* que proporcionaram, são constitutivos dessa *cadeia significante* que não apresenta um *significado* correspondente, termo a termo. Portanto, todas as vivências desse infante serão registradas como *impressões, traços, isto é, traços mnêmicos, imagos*.

Essa cadeia de *traços* ou essa cadeia do *significante* constitui o *significante puro* anteriormente mencionado. Um *significante* desprovido de significado. Este, o *significado*, será produzido posteriormente pela relação de oposição entre os *significantes*. Conforme Garcia-Roza, a *função significante* se faz por oposições:



Portanto, o *significante* precede o *significado* e o produz dentro de uma relação de oposição diferencial. Através dessa oposição *significante*, que demarca a diferença *homem – mulher*, produz-se uma significação diferente para duas portas absolutamente iguais ou para dois *significados* absolutamente iguais; a significação seria produto da oposição diferencial entre os *significantes*.<sup>23</sup>

Além de romper com o conceito de *unidade* também introduz, assim como Freud, o conceito de *unidade fendida*, pois a barra que separa *significante* e *significado* passa a ser uma barra resistente à significação<sup>24</sup>, instaurando uma divisão. Assim como a *unidade fendida* do psiquismo instaura o registro do inconsciente/consciente.

Portanto o que Lacan vai afirmar é que o *significante* não tem por função representar o *significado*, mas que ele precede e determina o mesmo. O *significante* é que é capaz de produzir o novo e é por isso que ele produz o *significado*. Pois é este *significante* puro, desprovido de significado, que seria o registro do sistema inconsciente. Podemos agora retornar a Freud que nos diz:

*"Temos a impressão de ter descoberto em que uma representação consciente se distingue de uma inconsciente. As duas não são inscrições diferentes do mesmo conteúdo em locais diferentes, mas a representação consciente engloba as coisas e as palavras correspondentes, a representação inconsciente atinge só as coisas."*<sup>25</sup>

23 – "Isto não é somente para chocar por meio de um golpe baixo o debate nominalista, mas para mostrar como o *significante* entra de fato no *significado*; a saber, sob uma forma que, por não ser imaterial, coloca a questão de seu lugar na realidade. Pois, ao ter de se aproximar das pequenas placas esmaltadas que o suportam, o olhar pestanejante de um míope teria talvez razão em inquirir se é bem lá que se deve ver o *significante*, cujo *significado* no caso receberia da dupla e solene procissão da nave superior as honras derradeiras." Cf. Lacan, J., *Escritos: A Instância da Letra no Inconsciente*, S.P., Perspectiva, 1978, p. 230.

24 – "Um trem chega à estação. Um menino e uma menina, irmão e irmã, em um compartimento estão sentados um em frente ao outro do lado onde a janela, dando para o exterior, deixa desenrolar-se a vista dos edifícios da plataforma ao longo da qual o trem estaciona: Olha, diz o irmão, chegamos em Senhoras! - Imbecil! responde a irmã, não vê que chegamos em Homens!

Além de que, efetivamente, os trilhos nessa estória materializam a barra do algoritmo saussuriano sob uma forma bem feita para sugerir que sua resistência possa ser não dialética; seria preciso, - é bem a imagem que convém -, não ter os olhos em frente dos buracos para se enganar quanto ao lugar respectivo do *significante* e do *significado* e não seguir de que centro irradiante o primeiro vem a refletir sua luz na treva das significações inacabadas." (grifos do autor) Idem, *ibidem*, p. 230-231.

25 – FREUD, S., E.B.S., vol. XIV, *O Inconsciente*, R.J., Imago, 1977, p. 229-230.

## 8. SOBRE A ORDEM DO SEXUAL

Ao afirmar que as neuroses apresentam uma etiologia da ordem do *sexual*, Freud confere à *sexualidade* um lugar de destaque na vida psíquica do ser humano:

*“Se ela não é tudo, a sexualidade está, no entanto, presente em toda parte no campo psicanalítico: ela é coextensiva ao inconsciente.”*<sup>1</sup>

Partindo desta construção teórica, a difusão do saber psicanalítico criou no imaginário popular a crença de que uma demanda de tratamento analítico implicaria na existência de uma problemática sexual, unindo intimamente a descoberta freudiana do inconsciente ao *sexual*. Resta-nos questionar que ordem de *problemática sexual* habita o imaginário popular.

Estou partindo do princípio de que o *sexual* esboçado pelo leigo como coextensivo do inconsciente se situa na esfera do genital. *Sexual* reduzido à prática genital da população adulta.

Em demarcando esse imaginário precisamos fundamentar a real

<sup>1</sup>– LAPLANCHE, J., Introduction à La Vie Sexuelle, in Nicéas, C. A., Além da Castração, a Sexualidade: indicações freudianas, em A Ordem do Sexual, R.J., Campus, 1988, p.11.

dimensão do conceito de *sexualidade*<sup>2</sup> na psicanálise. Por um lado podemos perceber que o imaginário coletivo que sustenta o sexual reduzido ao genital se ampara na definição de outras áreas da ciência que formulam ser a *sexualidade* um *instinto*. Já vimos anteriormente que o conceito de *instinto* designa um comportamento humano hereditariamente fixado – pré-formado – característico da espécie e com um *objeto* e um *alvo* específico: o *objeto* diz respeito à eleição de um parceiro sexual do sexo oposto e o *alvo* remete ao objetivo de união dos órgãos sexuais na cópula. Seria uma determinada definição científica da sexualidade dita normal.

Esta visão simplista a cerca da *sexualidade* é bastante parcial e facilmente desmontável através da observação direta dos fatos e comportamentos do ser humano. Pois, se nos limitarmos à definição da *sexualidade* enquanto *instinto*, como explicaríamos a variação quanto à escolha do *objeto* sexual quando auto-erótica<sup>3</sup> ou quando homossexual? Quanto ao *alvo*, o que poderíamos dizer a cerca da grande variedade formal de atividades sexuais usadas para obtenção de satisfação?<sup>4</sup> Ora, é por demais evidente que a *sexualidade* humana, mesmo quando restrita à genitalidade, não se limita ao conceito de *objeto* e de *alvo* prescrito pela ciência que reduz *sexualidade* ao *instinto*. Deve-se notar que esta formulação científica implica numa classificação de normalidade/anormalidade na qual esta última estaria reduzida ao estatuto de um desvio da ordem do biológico.

Sendo assim, inicialmente poderíamos recorrer à própria psiquiatria clássica que, amparando-se na medicina ocidental vigente até o século XIX, sempre

2 – Os autores do Vocabulário da Psicanálise, J. Laplanche e J. B. Pontalis, Lisboa, Moraes, 1976, definem assim sexualidade: "Na experiência e na teoria psicanalítica, *sexualidade* não designa apenas as atividades e o prazer que dependem do funcionamento do aparelho genital, mas toda uma série de excitações e de atividades presentes desde a infância, que proporcionaram um prazer irredutível à satisfação de uma necessidade fisiológica fundamental (respiração, fome, função de excreção, etc.), e que se encontram a título de componentes na chamada forma normal do amor sexual."

3 – "Em sentido lato, característica de um comportamento sexual em que o indivíduo obtém a satisfação recorrendo unicamente ao seu próprio corpo, sem objeto exterior: neste sentido, fala-se da masturbação como comportamento auto-erótico." Cf. Vocabulário da Psicanálise, J. Laplanche e J. B., Pontalis, Lisboa, Moraes, 1976, p. 79.

4 – No final do século XIX alguns psicopatologistas - dentre eles citamos Krafft-Ebing (1893) e Havelock Ellis (1897) - realizaram um inventário a cerca das *perversões sexuais*, mostrando a grande variedade quanto à escolha do objeto e quanto aos modos de obtenção de satisfação.

sustentou o princípio de que a doença se opunha radicalmente à saúde, assim como o bem se opunha ao mal. Vista assim, a doença não seria um desvio ou acidente na ordem da Natureza, mas uma essência.

Esta distinção é fundamental de ser percebida, pois, desta forma, o estado patológico não se inscreveria numa alteração da normalidade, pois, em sendo essência, seria a presença de um princípio definido. Uma definição dessa ordem instaura um abismo entre a fisiologia e a patologia, pois, a diferença entre ambas se situaria na ordem do qualitativo, constituindo-se ambas em domínios independentes, autônomos: sem solução de continuidade.

Somente esta delimitação radical entre normal e patológico suportaria a redução da *sexualidade ao instinto* na medida em que os comportamentos relativos ao *objeto* e ao *alvo* anteriormente definidos se enquadrariam na categoria do normal. Ao passo que para o restante - as ditas perversões inventariadas pelos psicopatologistas do século XIX -, sobraria a categoria da anormalidade biológica.

A racionalidade científica do século XX, com Freud rompendo com a rígida dicotomia entre normal e patológico, conclui que a normalidade é uma categoria conceitual relativa uma vez que uma determinada cultura considera patológicos comportamentos que outras culturas consideram como normais. Diante desse relativismo cultural, o conceito de patológico se faz a partir dos comportamentos desviantes em relação às normas específicas de cada cultura:

*"O desvio patológico expressaria a dimensão humana e cultural inexplorada pelo grupo social em que aparece."*<sup>5</sup>

5 - PELBART, P. P., Da clausura do fora ao fora da clausura, S P., Brasiliense, 1989, p. 202

Resumindo, podemos perceber que o suporte teórico do século XIX só possibilitava a interpretação da *sexualidade* pela via do normal/anormal, radicalmente distinto do discurso do século XX que possibilitou a retirada da *sexualidade* desse gueto estreito em que estava colocada.

É fundamentalmente devido à existência de uma sexualidade infantil – que para Freud atua desde o princípio da vida – que foi possível alargar o conceito de sexualidade na teoria psicanalítica. Sexual não mais reduzido ao genital.

## **- A sexualidade infantil**

Aquilo que Freud vem nomear de *sexual* e de infantil, atuante desde o princípio da vida, é um princípio dinâmico, interno aos indivíduos e do qual eles não podem fugir: as *pulsões*. Conceito limítrofe entre o somático e o psíquico.

Ao mesmo tempo em que esboçamos uma definição da *sexualidade infantil* freudiana, percebemos o quão difícil se torna a apreensão da mesma, pois, trata-se de um conceito irredutível à ordem biológica – portanto, escapando de uma captação pela vertente do funcionamento fisiológico do corpo –, mas ainda assim não se trata de uma tentativa de interpretação – pela via do sexual – das vicissitudes da relação de amor.

Então, de que ordem *sexual* nos fala Freud? Que *sexualidade* é esta?

*"Quando Freud a descobre em psicanálise é sempre sob a forma de desejo: este, ao contrário do amor, está em estreita dependência de um suporte corporal determinado e, ao*

*contrário da necessidade, faz depender a satisfação de condições fantasmáticas que estritamente determinam a escolha de objeto e a articulação da atividade."*<sup>6</sup>

A *sexualidade infantil* em Freud – *pulsão* – está, pelo menos em sua origem, intimamente ligada às *necessidades* designadas como *instinto*<sup>7</sup>. A *pulsão* se *apóia*<sup>8</sup> no *instinto* e, ao dele desligar-se, vai representar psiquicamente as excitações que partem do interior do próprio corpo através do *representante ideativo da pulsão*, que se constitui nos conteúdos propriamente ditos do inconsciente. São esses conteúdos inconscientes que se fazem desejo, e o que chamaremos de realização de desejo é o reinvestimento pulsional dos *traços*<sup>9</sup> ligados às primeiras vivências de satisfação.<sup>10</sup>

Com Freud, portanto, a *sexualidade* aparece sempre sob a forma de *desejo*, isto é, as *pulsões* ligar-se-ão às fantasias inconscientes para se fazerem *desejo*. Mas não esqueçamos que este *desejo*, da ordem do *pulsional*, é indeterminado, pois não tem objetos definidos a alcançar. Assim, ele se coloca como um quadro que unifica as pulsões, uma vez que esse *desejo* portará uma direção que será dada pela captação dessa diversidade *pulsional*, apreendida de modo

6 – LAPLANCHE, J. - Pontalis, J. B., Vocabulário da Psicanálise, Lisboa, Moraes, 1976, p. 623.

7 – "Simultaneamente ligada, pelo menos nas origens, a necessidade tradicionalmente designada como instintos, e independente deles, simultaneamente endógena, na medida que conhece uma linha de desenvolvimento e passa por diversas etapas, e exógena na medida em que irrompe no indivíduo a partir do mundo adulto (pois o indivíduo tem logo que se situar no universo fantasmático dos pais e recebe deles, de forma mais ou menos velada, incitamentos sexuais), (...)" Idem, ibidem, p.623.

8 – Relembrando: *Apóio* como sendo o momento de emergência da pulsão sexual, quando esta surge como um desvio do instinto. Conforme foi retificado, poderíamos definir não como um desvio, mas como pura diferença, já que a ordem humana é caracterizada pela linguagem, radicalmente distinta do corpo biológico. Ver ensaio número 4.

9 – Relembrando que o *traço* é a letra do inconsciente. É uma *impressão* que foi inscrita no psiquismo e portanto apresenta um conteúdo que a represente. Ver ensaio número 6.

10 – Já vimos que ao nascer a criança não apresenta nenhuma representação desse momento enquanto separação de um outro corpo. Este significado do nascimento só virá a posteriori.

"Ao nascer, prematuro, biologicamente incompleto, num estado de inermidade, experimenta a realidade como angústia, como dor, como falta: sofre um corte para cujo preenchimento ele não tem equipamentos. Diferentemente do animal, que tem ganchos de abordagem aptos a costurá-lo à realidade; o ser humano vive a experiência de aguda insuficiência biológico-ontológica na qual o nascimento o precipita. A carência, seja em função da necessidade, seja em função do desejo, vai ser geradora do objeto capaz de preenchê-la e de aplacá-la." Pellegrino, H., Édipo e a Paixão, in Os Sentidos da Paixão, S.P., Companhia das Letras, 1987.

Assim, esse infans, ao alucinar o peito que atende tanto à necessidade quanto ao desejo, se vê ele mesmo criador desse peito real da mãe, isto é, esse peito é parte dele mesmo. A alucinação do peito é a realização de desejo, da mesma forma que os sonhos estão basicamente a serviço da realização de desejos. Cabe ainda lembrar que o *desamparo* não remete somente ao *biologicamente incompleto, prematuro*, mas designa, fundamentalmente, a total ausência de sinais indicadores de sua orientação no mundo. Tudo tem que ser apreendido através da linguagem.

fantasmático, ou seja, com base nas fantasias inconscientes citadas acima.

Então, para Freud, *sexualidade infantil* não significa apenas o reconhecimento da existência de excitações ou de necessidades genitais precoces. Muito pelo contrário, significa fundamentalmente, reconhecer a existência de atividades sexuais que se assemelham às atividades *perversas*<sup>11</sup> dos adultos, na medida em que estão presentes *componentes parciais das pulsões*, ou seja, *zonas corporais erógenas* ainda não unificadas sob a primazia do genital e que buscam satisfações independentemente da necessidade biológica na qual outrora se apoiaram. Assim, na psicanálise, fala-se de *sexualidade oral, anal e genital*, esta última também nomeada de *fálica*, sempre na dependência da predominância desta ou daquela zona erógena.

O que Freud vai chamar de *disposição perversa polimorfa* seria a forma característica da sexualidade na infância quando esta se exerce através de pulsões parciais, isto é, que se exercem como atividades sexuais parcelares: estas podem ser definidas, tendo como referencial a sua *fonte* (oralidade, analidade etc) ou o seu *alvo* (sadismo, exibicionismo, masoquismo etc). Freud também deixa claro que o termo perversidade não diz respeito à anormalidade, pois, as pulsões parciais fazem parte da organização normal da sexualidade humana. Neste sentido o conceito de pulsão parcial é correlativo ao de conjunto, ao de organização no qual a parcialidade remeteria ao funcionamento desorganizado das pulsões parciais. Para Freud:

*"(...) A princípio, as diversas pulsões parciais esforçam-se para obter satisfação independentemente umas das outras, mas, no decorrer do desenvolvimento, se tornam cada vez*

11 – "(...) a *disposição para a perversão* não é algo de raro e de singular, mas uma parte da chamada *constituição normal*, o que vem confirmar e explicar a existência de uma sexualidade infantil. Esta, na medida em que está submetida à atuação das pulsões parciais, estreitamente ligada à diversidade das zonas erógenas, e em que se desenvolve antes do estabelecimento das funções genitais propriamente ditas, pode ser descrita como *disposição perversa polimorfa*." Cf. J. Laplanche e J. B. Pontalis, *Vocabulário da Psicanálise*, Lisboa, Moraes, 1976, p. 433.

*mais convergentes e concentradas. A primeira fase (pré-genital) de organização a ser discernida é a oral, (...)”<sup>12</sup>*

Portanto, a desorganização citada refere-se ao livre funcionamento das pulsões parciais - cada uma por si - na procura de satisfação e esta atividade sexual parcial estaria ligada ao funcionamento de um órgão ou à excitação de uma zona erógena que procura satisfação autonomamente, sem referência a uma imagem de corpo unificada. Ou, mais precisamente, refere-se a uma experiência do corpo como despedaçado.<sup>13</sup>

Percebemos então que esta sexualidade que aparece como desejo nos mostra algo que seria correlativo de uma organização evolutiva, pois, partindo de uma parcialidade anárquica denominada de auto-erótica, evolui para uma primeira unificação das pulsões, situação que demarca, principalmente, uma distinção entre exterior/interior na qual a criança forma uma representação de sua unidade corporal por identificação com a imagem do outro.<sup>14</sup>

Estamos falando do narcisismo primário, anterior à entrada no universo simbólico da linguagem. Designa um momento da história do indivíduo em que surge o primeiro esboço do Ego (eu ou moi), ou seja, designa um momento em que a criança percebe sua própria imagem no espelho.<sup>15</sup>

12 – FREUD, S., E.B.S., Vol. XVIII, Dois Verbetes de Enciclopédia: Psicanálise e Teoria da Libido, R.J., Imago, 1977, p. 297.

13 – Seria o auto-erotismo, que define-se pela busca de satisfação sexual associada à excitação de uma zona erógena, ou seja, sem referência a uma imagem de corpo unificada. Ao passo que o narcisismo define-se em referência ao mito de Narciso, amor que se tem pela imagem de si mesmo, como um todo. O corpo aqui referido não diz respeito ao corpo biológico, mas a um corpo imaginário formado pelas inscrições maternas, já que o que caracteriza a criança nesse início de vida é *ser o desejo do desejo do outro* (o outro diz respeito ao lugar da mãe e se trata de uma concepção topológica).

14 – Já vimos que o infans só gradativamente adquire uma individualidade psíquica. Assim, partindo de um início em que não haveria distinção entre eu/mundo - eu sou o próprio peito que me alimenta -, ele vive, a partir da falta, com a vigência do princípio de realidade, a construção-percepção de que existe algo exterior ao eu. Momento demarcado pela relação imaginária dual com o lugar da mãe, na qual, partindo de um corpo despedaçado, fonte multifacetada de prazeres anárquicos, se chegaria à imagem de um corpo unificado.

15 – O estágio do espelho é um conceito lacaniano que demarca o registro do imaginário, caracterizado por uma relação dual, embora não entre dois sujeitos, pois a criança nesse momento ainda não se constitui numa individualidade psíquica. Não se refere necessariamente à experiência da criança frente ao espelho, mas sim, a um tipo de relação da criança com o seu semelhante através do qual ela constitui uma demarcação da totalidade do seu corpo imaginário, formado pelo investimento materno. Essa experiência pode se dar tanto frente ao espelho como frente a outra pessoa: estamos falando do lugar da mãe. Cf. Garcia-Roza, L. A., Freud e o Inconsciente, R.J., Jorge Zahar, 1988, p. 212 à 215 e Lacan, J., O Estádio do Espelho como Formador da Função do EU – tal como nos é revelada na experiência psicanalítica, Letra Freudiana Biblioteca, texto avulso.

O que a criança tem devolvido pelo espelho, pela mãe ou pelo outro é uma GESTALT cuja função primeira é possibilitar a construção de uma imagem de si mesma (eu especular), ao nível do imaginário.<sup>16</sup>

É essa imagem que o olhar da mãe espelha que possibilita a esse indivíduo em formação tomar-se a si mesmo, ao seu próprio corpo, como objeto de amor. Assim, podemos dizer que o imaginário é caracterizado por uma relação à imagem do outro, pois, o que vai ser tomado como objeto de amor narcísico é a imagem que o olhar da mãe reflete como um espelho:

*"(...) esse registro é caracterizado por uma relação à imagem do outro. Essa relação à imagem do semelhante é considerada como uma identificação, no sentido psicanalítico do termo. O que resulta, pois, dessa identificação é um eu especular (moi e não je) que corresponde ao narcisismo primário. O narcisismo não é, portanto, estritamente falando, uma relação consigo mesmo senão através de um outro com o qual o indivíduo se identifica e no qual se aliena.(...)"<sup>17</sup>*

Se na economia psíquica desse ser em formação se observa essa intrincada e estreita relação entre o mundo imaginário e o mundo real, podemos recorrer a Lacan que nos diz que a função simbólica vai ser a mediadora entre a subjetividade e o real:

*"(...) Cabe a nós introduzir essas noções, e compreender que, na medida em que uma parte da realidade é imaginada, a outra é real, e inversamente, na medida em que uma é realidade, é a outra que se torna imaginária. (...)"<sup>18</sup>*

<sup>16</sup> – Relembrando o Imaginário, conceito lacaniano, designa um dos três registros essenciais do campo psicanalítico, no qual os outros dois são o Real e o Simbólico - R.I.S.. Se referem à tópica do desejo, ou seja, cada um desses três registros diz respeito a uma ordem de distribuição - circulação - do desejo. Para Garcia-Roza, diz respeito à "Pertinência ao campo psicanalítico e não ao indivíduo" ou "O R.I.S. não é uma característica ou uma propriedade do indivíduo, mas sim algo que pertence à teoria psicanalítica e que se refere à tópica do desejo". Cf. Lacan J., Escritos e Valejo, A., Topologia de J. Lacan, in Garcia-Roza, L. A., Freud e o Inconsciente, R.J., Jorge Zahar, 1988, p. 211 à 216.

<sup>17</sup> – GARCIA-ROZA, L. A., Freud e o Inconsciente, R.J., Jorge Zahar, 1988, p. 215.

<sup>18</sup> – LACAN, J., O Seminário, Livro 1: os escritos técnicos de Freud, R.J., Jorge Zahar, 1979, p. 100.

Mais ainda:

*"(...) na relação do imaginário e do real, e na constituição do mundo tal como ela resulta disso, tudo depende da situação do sujeito. E a situação do sujeito – vocês devem sabê-lo desde que lhes repito – é essencialmente caracterizada pelo seu lugar no mundo simbólico, ou, em outros termos, no mundo da palavra. É desse lugar que depende o fato de que tenha direito ou defesa de se chamar Pedro. (...)"<sup>19</sup>*

A questão colocada por Lacan é que, nessa relação do imaginário com o real, o fundamental é a ordem simbólica que antecede a entrada em cena dessa criança em formação. Assim, ao nascer – ou como nos ensina Drummond, mesmo antes de nascer –, já lhe é dado um lugar no mundo simbólico: *"Eles nascem antes, nascem no momento que se anunciam, quando há realmente desejo de que venham ao mundo. O parto apenas dá forma a uma realidade que já funcionava."*

Mas é somente ao nascer e ao se inserir nessa relação dual, imaginária, *com o lugar da mãe* – embora a criança ainda não se constitua numa individualidade psíquica –, que ela se traduz no desejo de ser o desejo da mãe.

*"(...) ela se indentifica com a mãe identificando-se com o objeto do seu desejo. É nesse sentido que a criança não pode ainda ser vista como um sujeito, mas como falta, ou, melhor ainda, como um complemento da falta da mãe. Esse é ainda o momento da perfeição narcísica que vai ser superado somente com o advento do simbólico. (...)"<sup>20</sup>*

Porém, como já vimos, essa criança, antes mesmo de se iniciar na fala da terceira pessoa – quando diz *Pedro quer comer* ao invés de *eu quero comer* –,

19 – Idem, ibidem, p. 97.

20 – GARCIA-ROZA, L. A., Freud e o Inconsciente, R. J., Jorge Zahar, 1988, p. 221.

mesmo quando ainda restrita apenas ao registro imaginário, já está inserida na ordem simbólica, presente no discurso da mãe e dos adultos que a cercam. Uma coisa é a *ordem simbólica* demarcada pela cultura, que traz a marca do interdito, na qual essa criança será inserida; outra coisa é a *função simbólica*, da qual se apossará no momento de acesso à linguagem, ou melhor, no momento de acesso à fala propriamente dita.

Assim, inicialmente, essa criança é falada pelos outros para em seguida ascender à fala. Porém, nesse primeiro momento em que a função simbólica está por vir, o simbólico não está excluído, pois se faz presente na ordem simbólica:

*“(...) As próprias necessidades do infans são por ele captadas e ganham sentido através do discurso da mãe, que nos seus cuidados maternos lhe diz: “neném está chorando”, “neném quer mamar?”, “mamãe está aqui”, etc. É portanto a mãe que lhe oferece o código no interior do qual suas necessidades vão ser estruturadas e receber um sentido. Estritamente falando, o código é constituinte dessas próprias necessidades. (...)”*<sup>21</sup>

Estamos falando da passagem do imaginário ao simbólico, demarcado pelo Édipo e instaurador da clivagem da subjetividade nos dois sistemas constitutivos do aparelho psíquico: o consciente e o inconsciente. Mas dessa passagem é importante ressaltar que:

*“(...) O imaginário não é um momento que, ao ser superado pelo simbólico, desapareça. Paralelamente ao registro do simbólico, o imaginário permanecerá sendo essencial no jogo do desejo humano.”*<sup>22</sup>

Sendo o acesso ao simbólico marcado pela intervenção paterna –

21 – Idem, ibidem, p. 221

22 – Idem, ibidem, p. 215.

*estamos falando do Édipo como lei* –, é fundamental observar que esse pai aparece como privador tanto da criança quanto da mãe. No início esse pai ainda não é inteiramente revelado, ou seja, o seu aparecimento só se dá, primeiramente, enquanto inserido no discurso da mãe, que o reconhece como homem e como representante da lei.

Essa metáfora paterna na qual o pai aparece como o representante da lei, que instaura a castração, o corte, o limite e aponta, imperativamente, tanto para o filho: **não dormirás com tua mãe**, como para a mãe: **não reintegrarás o seu produto**, é a função paterna que Lacan<sup>23</sup> denomina Nome do Pai e que instala a castração simbólica.

Garcia-Roza nos mostra que, com o acesso à linguagem, a criança é capaz de produzir um afastamento com relação à sua própria vivência, substituindo o registro do *ser* (ser completude narcísica da mãe) pelo registro do *ter* (ter um objeto de desejo). Com a linguagem o desejo é nomeado, isto é, em seu lugar surge o símbolo.<sup>24</sup>

Como o desejo, diz Freud, nesta época se refere às relações com os pais, a castração simbólica exercida pelo pai é o recalque desse desejo de união com a mãe, ou, dizendo de outro modo, a castração simbólica é o coroamento de um processo gradativo de separação entre a criança e a mãe. Ao simbolizar o desejo, o Nome do Pai funda o aparelho psíquico em duas instâncias. Estamos falando do recalque primário, que funda o inconsciente e introduz o ser humano, por inteiro, na

23 – LACAN, J., Les Formations de l'inconscient, in Garcia-Roza, L. A., Freud e o Inconsciente, R. J., Jorge Zahar, 1988, p. 222.

24 – No ensaio número 5, através do jogo do Fort-da, reconstruímos a experiência que pode ser considerada como o momento inaugural de todo deslocamento futuro, de toda metáfora de linguagem. Esse jogo mostra que a linguagem se desliga do real e permite ao sujeito referenciar-se a si mesmo, distanciando-se da vivência real. É assim que, com a linguagem, o objeto de desejo é nomeado com a representação-palavra mãe, isto é, em seu lugar surge o símbolo.

Trazemos ainda, a título de complementação, uma citação de Hélio Pellegrino, em Édipo e a Paixão, in Os Sentidos da Paixão, S. P., Companhia das Letras, 1987, p. 321: "O símbolo, por um lado, atesta a perda da *coisa simbolizada*. Só simbolizo aquilo que perco. A palavra copo, enquanto tal, é um signo lingüístico que não é, obviamente, a coisa significada. Se assim fosse, conseguiríamos beber água na palavra copo. A palavra é a ausência da coisa, embora a represente e a invoque, evoque – ou convoque."

ordem simbólica.

Então, esse pai funcionando como interditor, ao produzir a disjunção dessa simbiose criança-mãe, determina a possibilidade da experiência da criança por si mesma como uma entidade separada, sendo, portanto, determinante da representação de si mesma como sujeito:

*“É essa interiorização da lei que possibilita à criança constituir-se como **sujeito**. É o momento em que a criança, ao ser separada da mãe pelo interdito paterno, toma consciência de si mesma como entidade distinta e como sujeito é introduzida na ordem da **Cultura**. Esse é também o momento inaugural da família simbólica.”<sup>25</sup>*

Essa internalização da Lei do Pai é efetuada, sem sombra de dúvida, em nome do temor e do tremor, mas, também, em nome do amor já que a lei não existe apenas para aniquilar o desejo, mas, fundamentalmente, existe como gramática capaz de articular o sujeito ao circuito de intercâmbio social. Aceitando a interdição do incesto, torna-se candidato ao pleno estatuto de societário da sociedade humana.<sup>26</sup>

Esse longo percurso aqui esboçado resumidamente, em tese, se completaria por volta dos seis anos, período no qual se daria a interiorização da lei e a conseqüente resolução da trama edípica. Por resolução do Édipo entende-se a elaboração da castração, isto é, o aceitar-se enquanto ser castrado, faltoso, limitado.

Por outro lado, a resolução do Édipo também nos aponta para o momento de definição estrutural, isto é, momento no qual, definitivamente, o sujeito se inscreveria numa das três estruturas já citadas: neurose, perversão ou psicose.

25 – GARCIA-ROZA, L. A., Freud e O Inconsciente, R. J., Jorge Zahar, 1988, p. 223.

26 – PELLEGRINO, H., Édipo e a Paixão, S. P., Companhia das Letras, 1987, que também nos diz na p. 314 o seguinte: “A Lei é guardiã do desejo, na medida em que o encaminha no sentido de uma subordinação ao princípio de realidade, (...)”, e mais ainda, “A Lei disciplina o desejo para guardar a vida, introduzindo, na espessura do corpo e da carne, o clarão do Logos.”

Estruturas delimitadas por esse percurso das vicissitudes da pulsão sexual que, em sendo construída nessa trama familiar, determina a eleição desse objeto de desejo como resultado da captação dessa diversidade pulsional, apreendida de modo fantasmático: as fantasias inconscientes portam a verdade do desejo.

É por isto que Lacan nos coloca que o Édipo – para além de um complexo nuclear que delimita a escolha do amor objetual na vida adulta – é, fundamentalmente, uma estrutura estruturante, e como tal, é definidora do sujeito: já que é anterior e externa ao surgimento do mesmo.

Pois é esse percurso que se completa por volta dos seis anos que compreende o que inicialmente definimos como processo de *educação informal*.

O Édipo, enquanto Lei, instala a castração e funda o homem incompleto, limitado. Incompletude que possibilita ao sujeito ser introduzido na Ordem da Cultura e seguir seu percurso de sujeito em aperfeiçoamento, agora sim, também através da *educação formal*.

## 9. PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO

Em retomando a equação saúde mental e educação – formulada no primeiro ensaio como um conceito que perpassa o imaginário coletivo – vamos agora nos deter na própria construção da teoria freudiana<sup>1</sup> que também contribuiu na formulação da citada equação já que todo saber científico tanto é determinado como determina e influencia a cultura.

Se, no início, *Freud* acreditava na existência do trauma real vivido na infância como causa da patologia do adulto, após a descoberta da sexualidade infantil, ele reformula radicalmente seus conceitos.

Assim, em 1905<sup>2</sup>, *Freud* descrevia a criança como “*perversa polimorfa*”, ou seja, marcada pelo pluralismo das correntes pulsionais ligadas às zonas erógenas que se convergiram à genitalidade biologicamente. Após um período de latência, marcado e determinado pelos sentimentos de repugnância, vergonha e pudor, substratos de um arcabouço moral, a sexualidade, já estruturada quanto aos fins e objetos, retornaria em sua forma adulta, ou seja, com o corpo já modificado. Esses

---

1 – Para percorrermos os textos freudianos que abordam a questão da educação, usamos como fio condutor o texto de Millot, C., *Freud Antipedagogo*, RJ, Jorge Zahar, 1987, cap.2.

2 – FREUD, S., E.B.S. Vol VII, *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* (1905). RJ, Imago, 1972.

sentimentos morais seriam, então, os diques que marcariam a sexualidade pela interdição.

Portanto, tomando-se os valores morais como os diques desta sexualidade – que até então se regulava pelo princípio de prazer, – seria então a internalização destes valores morais interditórios, ou melhor, a forma como esses diques se instalariam e instaurariam o princípio de realidade a responsável pela estruturação das neuroses e perversões. Percebemos aqui o embrião do sistema educacional como alternativa profilática às patologias. Ao perceber, na sexualidade do adulto, as tendências perversas das pulsões parciais infantis, *Freud* privilegia a educação enquanto possibilitadora da prevenção das neuroses e perversões já que, de posse do saber sobre a importância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento do ser humano, caberia ao educador, em tomando conhecimento de seu poder, retificar os conceitos educacionais, agora sob as luzes da teoria psicanalítica.<sup>3</sup>

Embora não considerasse essa interdição como fruto da educação e, sim, como consequência da evolução condicionada pelo organismo e fixada pela hereditariedade, *Freud* acreditava que a educação pudesse contribuir para a instalação adequada destes diques, atuando juntamente à natureza e contribuindo para a primazia do genital.<sup>4</sup>

Visto sob esta ótica, proponho darmos um salto para 1913<sup>5</sup>, quando, numa introdução para um texto de *Pfister*<sup>6</sup>, *Freud* expõe com bastante convicção, sua confusa questão da aproximação entre os dois saberes, psicanálise e educação:

3 – FREUD, S., E.B.S. Vol IX, Moral Sexual "Civilizada" e Doença Nervosa Moderna. (1908) RJ, Imago, 1976.

4 – FREUD, S., E.B.S. Vol VII. Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade (1905). RJ, Imago, 1972.

5 – FREUD, S., E.B.S. Vol XII. Introdução a Die Psychanalytische Methode de Pfister. (1913). RJ, Imago, 1969.

6 – *Freud* escreveu esta introdução para o livro do Dr. Oskar Pfister, pastor religioso, educador e seu amigo íntimo durante 30 anos. Como consequência dessa amizade e da concordância com as idéias de *Freud*, Pfister foi o primeiro leigo a praticar a psicanálise. No que foi incentivado e defendido por *Freud*.

*“A educação e a terapêutica acham-se em relação atribuível, uma com a outra. A educação procura garantir que algumas das disposições (inatas) da criança não causem qualquer prejuízo ao indivíduo ou à sociedade. A terapêutica entra em ação se essas mesmas disposições já conduziram ao resultado não desejado dos sintomas patológicos... A educação constitui uma profilaxia que se destina a prevenir ambos os resultados – tanto a neurose quanto a perversão; a psicoterapia procura desfazer o menos estável dos dois resultados e instituir uma espécie de pós-educação.*

*Em vista desta situação, surge imediatamente a questão de saber se a psicanálise não deveria ser utilizada para fins educativos, tal como a sugestão hipnótica o foi no passado. As vantagens seriam óbvias. O educador, por um lado, estaria preparado, por seu conhecimento das disposições gerais da infância, para julgar quais dessas disposições ameaçam conduzir a um desfecho indesejável; e, se a psicanálise pode influenciar o curso tomado por tais desenvolvimentos, poderia aplicá-la antes que os sinais de um desenvolvimento desfavorável se estabeleçam. Assim, com o auxílio da análise, ele poderia ter uma influência profilática na criança, enquanto esta ainda é sadia”*<sup>7</sup>

Neste mesmo texto, *Freud* ainda propõe a prática da psicanálise pelo educador e pelo assistente pastoral, afirmando que a prática psicanalítica dispensaria como pré-requisito, um treinamento médico. Apenas salienta que, se um caso margina a anormalidade mental, o educador terá tanto que se familiarizar com o instrumental psiquiátrico, como também recorrer ao médico. E enquanto vantagem, lembra que “o educador trabalha com um material que é plástico e aberto a toda impressão, porém que o educador deve respeitar as disposições e possibilidades do educando, não moldando-o de acordo com suas próprias idéias pessoais”.<sup>8</sup> Termina dizendo que acredita numa aplicação da psicanálise a serviço da educação.

7 – FREUD, S., E.B.S. Vol XII. Introdução a Die Psychanalytische Methode Pfister (1913). RJ, Imago, 1969, p. 416.

8 – Idem, Ibidem p. 417.

Assim, percebemos neste texto de *Freud* uma supremacia do saber médico sobre a educação<sup>9</sup>, sendo que esta, em última instância, estaria sempre sob a tutela do poder médico. Este apenas lhe autorizaria o agir, não só reeducando como também educando este material plástico e aberto a toda impressão, que é a criança. Resumindo, não só faz do educador um terapeuta, como também o autoriza em sua função preventiva e profilática, produzindo assim, a equação que diz ser a saúde mental produto da educação.

Mas que caminhos trilhou *Freud* para em 1913 escrever esta introdução e fazer desta reflexão o eixo referencial de sua articulação com a educação durante os anos de 1905 a 1915?

Retornemos a 1905<sup>10</sup>, para percebermos que aí *Freud* já delimita seu eixo de raciocínio, apontando as pulsões parciais perversas na criança e a sexualidade dividida em dois tempos:

- 1º – *Sexualidade Infantil*: do pluralismo pulsional das zonas erógenas, marcadas pela busca de satisfação auto-erótica<sup>11</sup>, até a unificação pulsional na genitalidade fálica. Período que iria até os 6 anos.
- 2º – *Período de Latência*
- 3º – *Sexualidade Adulta*: iniciando-se na puberdade.

Como nem todas as pulsões parciais desembocam na genitalidade,

9 – No alemão, Freud usa os termos *Erziehung* e *Erzieher*, traduzidos no português por educação e educador, embora no alemão possuam uma dimensão mais ampla de "criação" das crianças.

10 – FREUD, S., E.B.S. Vol VII. Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade (1905). RJ, Imago, 1972.

11 – Ver Ensaio nº 8

Freud introduz o termo sublimação<sup>12</sup> em psicanálise, para definir um processo que incide nas pulsões parciais, preferencialmente naquelas que não conseguem integrar-se na forma definitiva da genitalidade:

*“... A essa capacidade de trocar seu objetivo sexual original por outro, não mais sexual, mas psiquicamente relacionado com o primeiro, chama-se capacidade de sublimação”*

continuando:

*“... Assim, grande parte das forças suscetíveis de utilização em atividades culturais são obtidas pela supressão dos chamados elementos pervertidos da excitação sexual”.*<sup>13</sup>

Portanto, a pulsão sexual desviada de seu objetivo sexual originário – em prol de atividades não sexuais e de cunho sócio-cultural, como arte, religião e ciência – contribuiria para a formação das virtudes do ser humano e conseqüentemente da civilização. Caberia então à educação facilitar esse caminho e/ou impedir que essa pulsão parcial infantil sofra uma fixação, que tanto pode ser constitucionalmente determinada como pode ser fruto de um processo produzido acidentalmente (como, por exemplo, a sedução da criança por outra criança ou por um adulto). Para Freud, esta fixação determinaria o surgimento, na vida adulta, da sintomatologia neurótica e da perversão.<sup>14</sup>

Esboçado o esquema do desenvolvimento individual, percebemos que Freud investe na educação como uma possibilidade real de transformar a sexualidade infantil, acreditando que a educação seria capaz de restringir e submeter a

12 – Sublimação: “processo postulado por Freud para explicar atividades humanas sem qualquer relação aparente com a sexualidade, mas que encontrariam o seu elemento propulsor na força da pulsão sexual. Freud descreveu como atividades de sublimação principalmente a atividade artística e a investigação intelectual. Diz-se que a pulsão é sublimada na medida em que é derivada para um novo alvo não sexual ou em que visa objetos socialmente valorizados... utilizado em química para designar o processo que faz passar um corpo diretamente do estado sólido ao estado gasoso”. Cf. Vocabulário da Psicanálise, J. Laplanche e J.B. Pontalis, Lisboa, Moraes, 1976, p. 638.

13 – FREUD, S., E.B.S. Vol IX, Moral Sexual “Civilizada” e Doença Nervosa Moderna (1908). RJ, Imago, 1976, p. 193 e 194.

14 – FREUD, S., E.B.S., Vol VII. Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade. (1905), RJ, Imago, 1972, p. 250.

pulsão sexual à reprodução, assim como submeter a vontade individual aos fins sociais.

Através da educação, *Freud* visualiza a aceitação de suas teses sobre a criança perversa polimorfa já que a educação viria reforçar esse processo natural de integração das pulsões parciais sob a primazia do genital e também viria canalizar – seja pela sublimação, seja pela formação reativa<sup>15</sup> – o excedente não integrado dessas pulsões parciais para objetivos socialmente nobres. Ao mesmo tempo que destruía o mito da criança enquanto metáfora da pureza, apresentava a saída que enobrecia o processo civilizatório.

Enaltecendo os nobres fins da educação que purificariam uma tendência natural e biológica, *Freud* diz:

*“... Tem-se das crianças civilizadas uma impressão de que a construção dessas barreiras é um produto da educação, e sem dúvida a educação muito tem a ver com ela. Mas, na realidade, este desenvolvimento é organicamente determinado e fixado pela hereditariedade e pode ocasionalmente ocorrer sem qualquer auxílio da educação. A educação não estará indo além do seu domínio apropriado se ela se limita a seguir as linhas que já foram traçadas organicamente e a imprimí-las um pouco mais clara e mais profundamente”.*<sup>16</sup>

Portanto, percebemos claramente no texto de *Freud*, tanto a educação como auxiliar da natureza, como também a possibilidade de este processo ocorrer sem sua interferência. Seu olhar, talvez, estivesse dirigido não tanto para o

15 – Formação Reativa: “Atitude ou hábito psicológico de sentido oposto a um desejo recalcado e constituído em reação contra ele (o pudor a opor-se a tendências exibicionistas, por exemplo)

Em termos econômicos, a formação reativa é um contra investimento de um elemento consciente, de força igual e de direção oposta ao investimento inconsciente”. Cf. Vocabulário da Psicanálise, J. Laplanche e J.B. Pentalis, Lisboa, Moraes, 1976, p. 258.

16 – FREUD, S., E.B.S. Vol VII, Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade (1905). RJ, IMAGO, 1972, p. 181

auxílio indispensável do educador, mas sim, para uma tentativa de freá-lo naquilo que *Freud* denominava de excessos da educação repressiva, esta sim, para ele, impeditiva de favorecer o processo de sublimação.

A partir de 1908<sup>17</sup>, assumindo um discurso mais direto, *Freud* acusa a educação de estar impregnada pela moral sexual civilizada, de “fabricar” a patologia ao canalizar pela via da repressão, as pulsões parciais da sexualidade infantil em direção aos caminhos desviantes da satisfação perversa e/ou neurótica, comprometendo assim, os próprios fins da educação e da espécie (em sua função reprodutiva).

Da mesma forma que o conceito de sublimação afirmava a possibilidade da “conversão” de um “estado” inaceitável a um “estado” socialmente nobre, o seu contrário, isto é, a não sublimação, era vista por *Freud* como responsável pelos enormes prejuízos causados ao desenvolvimento das capacidades intelectuais.

Estamos falando de *Freud*, em 1907<sup>18</sup> e 1908<sup>19</sup> cujo raciocínio teórico, neste aspecto, era linear. Observava no adulto um processo patológico que tinha sua origem na sexualidade infantil. Não só afirmava a existência de um processo de desenvolvimento libidinal, biologicamente determinado e marcado pelas zonas erógenas, como também de que as crianças produziam teorias sexuais típicas, ao pesquisarem sobre as diferenças sexuais, origem dos bebês, nascimento e relação sexual.

Ora, se a criança, ao percorrer as fases do desenvolvimento libidinal oral, anal e genital, cria teorias sexuais específicas sobre a origem da vida, demarcadas

17 – FREUD, S., E B.S.. Vol. IX, Moral Sexual “Civilizada” e Doença Nervosa Moderna (1908). RJ. Imago, 1976.

18 – FREUD, S., E.B.S. Vol IX, O Esclarecimento Sexual das Crianças (1907). RJ, Imago, 1976, p. 137 - 144.

19 – FREUD, S., E.B.S.. Vol. IX, Sobre as Teorias Sexuais das Crianças (1908). RJ. Imago, 1976.

pelo nível de conhecimento que teriam sobre o assunto e se os impasses surgidos nestas pesquisas sobre sexualidade seriam determinantes da patologia no adulto, nada mais lógico do que propor a educação sexual como fonte de saber para iluminar as trevas do mundo infantil.

Assim, *Freud* acreditava que a informação fornecida, o conhecimento adquirido, impediria o impasse conflitivo decorrente do não conhecimento. Pregava abertamente a necessidade da educação sexual infantil, afirmando que, quando os pais e educadores impediam o acesso da criança ao conhecimento, estavam tão somente sendo vítimas de seus próprios recalques:

*“Não me parece haver uma única razão de peso para negar às crianças o esclarecimento que sua sede de saber exige. Certamente se a intenção dos educadores é sufocar a capacidade da criança de pensamento independente, em favor de uma pretensa bondade que tanto valorizam, não poderiam escolher melhor caminho do que ludibriá-la em questões sexuais e intimidá-la pela religião”*<sup>20</sup>

Sendo a criança “barrada” em sua curiosidade infantil sobre a sexualidade estaria também sendo mutilada em sua curiosidade intelectual quando adulta. O incentivo de um aspecto, fornecendo informações corretas que instigassem a criança em sua pesquisa, cartesianamente desembocaria num adulto curioso intelectualmente. O exercício da função de pensar estaria intimamente ligado ao destino das pulsões parciais.

O fato de que caberia à educação responder às curiosidades sexuais das crianças implica também em que a não resposta seria a própria negação da existência da sexualidade infantil. *Freud* via o fato de o adulto não responder com

20 – FREUD, S., E.B.S. Vol IX, O Esclarecimento Sexual das Crianças (1907). RJ, Imago, 1976, p.142.

informações corretas – ou até negando-se a responder e reprovando a pergunta –, seja desviando do assunto ou respondendo por fábulas, como o ponto de origem do conflito psíquico já que a criança identificaria na negativa uma reprovação dos pais em relação a algo que sente como desejo seu.

É importante observarmos que a proibição incide tanto sobre o ato como sobre o pensamento, ou seja, sobre a palavra. O que não pode ser dito, também não pode ser pensado conscientemente. Assim, o inconsciente seria tanto aquilo que o outro não pode saber, como aquilo que estaria oculto do indivíduo mesmo.<sup>21</sup>

Com o *Pequeno Hans*, texto de 1909 – fruto da análise de uma fobia em um menino de 5 anos, conduzida pelo pai da criança e sob o controle direto de Freud – este produziu o que se constitui literalmente no “primeiro filho da psicanálise”.<sup>22</sup>

Tendo Freud feito suas descobertas sobre a sexualidade infantil a partir das análises dos clientes adultos, o caso do pequeno *Hans* lançou não só as bases do tratamento psicanalítico com crianças, como também possibilitou a comprovação *in loco* da existência da sexualidade infantil.

Continuamos com Freud ainda profundamente marcado pelas idéias preventivas e profiláticas, ainda estabelecendo uma ponte direta entre a psicanálise e a educação, cabendo à esta última o papel de ser a porta-voz do conhecimento e a libertadora do conflito.

21 – “... De um grande número de informações que reuni, deduzi que as crianças se recusam a crer na teoria da cegonha e que, a partir dessa primeira decepção, começam a desconfiar dos adultos e a suspeitar que estes lhes escondem algo proibido, passando como resultado a manter em segredo suas investigações posteriores. Com isso, entretanto, a criança experimenta o seu primeiro 'conflito psíquico', pois certas concepções pelas quais sente uma preferência instintual não são consideradas corretas pelos adultos e contrapõem-se a outras defendidas pela autoridade dos mais velhos, as quais entretanto, não lhes parecem aceitáveis. Esse conflito psíquico logo pode transformar-se numa 'dissociação psíquica'. O conjunto das concepções consideradas 'boas', mas que resultam numa cessação da reflexão, torna-se o conjunto das concepções dominantes e conscientes, enquanto o outro conjunto, a favor do qual o trabalho de investigação infantil coligiu novas provas, as quais entretanto não devem ser consideradas, torna-se o conjunto das opiniões reprimidas e inconscientes. Está, assim, formado o complexo nuclear de uma neurose”. Freud, S., E.B.S. Vol. IX, Sobre as Teorias Sexuais das Crianças (1908) RJ, Imago, 1976, p. 217

22 – FREUD, S.E.B.S. Vol X, Análise de uma Fobia em um Menino de Cinco Anos (1909). RJ, Imago.

Em 1910<sup>23</sup>, *Freud* nos apresenta três resultados possíveis decorrentes deste conflito psíquico na primeira infância:

- 1º – Com a repressão da curiosidade sexual infantil, a liberdade de atividade intelectual também ficará inibida e limitada durante toda a vida. É uma inibição neurótica, ou seja, um enfraquecimento intelectual adquirido.
- 2º – Com a repressão da curiosidade sexual infantil, o interesse sexual permanecerá, só que na forma de uma erotização das operações intelectuais, num ritual obsessivo-compulsivo.
- 3º – Com o processo de sublimação, parte das pulsões parciais escaparão do recalque, sendo esta a saída mais satisfatória.

Nas três possibilidades apresentadas por *Freud*, fica evidente que as duas primeiras se inscreveriam enquanto processos patológicos, ao passo que a última representaria o caminho da normalidade.

Com o texto de 1913, que tem como subtítulo “*O Interesse Educacional da Psicanálise*”, *Freud* fecha um ciclo que demarca claramente a articulação entre psicanálise e educação:

*“E a psicanálise pode também demonstrar que preciosas contribuições para a formação do caráter são realizadas por esses instintos associativos e perversos na criança, se não forem submetidos à repressão, e sim desviados de seus objetivos originais para outros mais valiosos, através do processo conhecido como “sublimação”. Nossas mais*

23 – FREUD, S., E.B.S. Vol XI, Leonardo da Vinci e uma Lembrança de sua Infância (1910). RJ, Imago, 1970, p. 73-74.

*elevadas virtudes desenvolveram-se como formações reativas e sublimações de nossas piores disposições. A educação deve escrupulosamente abster-se de soterrar essas preciosas fontes de ação e restringir-se a incentivar os processos pelos quais essas energias são conduzidas ao longo de trilhas seguras”.*<sup>24</sup>

Fundamentalmente, o que norteia o pensamento freudiano entre os anos de 1905 à 1915 é a possibilidade de introduzir a educação sexual no âmbito escolar já que os pais demonstravam grande imperícia no trato da questão.<sup>25</sup>

Então, agora, podemos perceber que o pensamento freudiano deste período também estava influenciado pelo sujeitamento da educação à pedagogia, cujo saber privilegiava a formação do indivíduo em suas capacidades física, intelectual e moral. A educação sexual seria um saber a mais a ser fornecido pela escola, conhecimento este que além de prevenir a doença do indivíduo, forneceria as bases para o seu melhor desenvolvimento intelectual.

Posteriormente, já em 1927<sup>26</sup>, Freud retoma a articulação entre psicanálise e educação, porém sob outro aspecto. Já não mais articula a educação como uma ação preventiva e profilática, mas fundamentalmente demarca que a educação deve tanto respeitar a realidade externa que funda o convívio social, como também respeitar a realidade psíquica da criança, ou seja, a realidade do desejo. É evidente que esta noção de educação que privilegia tanto os interesses individuais como os interesses da coletividade não se coloca como original, mas, o importante a resgatar do texto freudiano é a concepção de sujeito do desejo.

24 – FREUD, S., E.B.S. Vol XIII, O Interesse Científico da Psicanálise (1913). RJ, Imago, 1974, p. 225

25 – “. Acima de tudo, é dever das escolas não evitar a menção dos assuntos sexuais. Os fatos básicos da reprodução e sua significação deviam ser incluídos nas lições sobre o reino animal, e ao mesmo tempo deveria ser enfatizado que o homem compartilha o essencial de sua organização com os animais superiores. Então, desde que o ambiente familiar da criança não tenda a refrear diretamente o pensamento infantil através da intimidação,...” ... “... essa educação elementar continuará com sérias deficiências enquanto não abranger o campo da sexualidade. Esta é uma lacuna que deveria merecer a atenção dos educadores e reformadores”. Freud, S., E.B.S. Vol IX. O Esclarecimento Sexual das Crianças (1907). RJ, Imago, 1976, p. 143 e 144.

26 – FREUD, S., E.B.S. Vol XXI, O Futuro de uma Ilusão (1927). RJ, Imago, 1974.

Se num primeiro momento *Freud* acreditava na importância do educador na formação direta do indivíduo como agente da prevenção e instrumento da saúde mental, agora, aponta o educador como responsável pela inserção do sujeito na dinâmica social. Quando *Freud*, após 1915, deixa de investir na educação enquanto processo profilático e, conseqüentemente, passa a privilegiar o sujeito do desejo, ou seja, o desejo inconsciente, está claro que a cisão do aparelho psíquico em duas instâncias – consciente e inconsciente –, não é mais pensada como conseqüência desse processo educacional e nem percebida enquanto um processo patológico. Essa estrutura psíquica cindida, como vimos anteriormente, nos aponta para instâncias qualitativamente diferentes, para representações (*Vorstellung*) distintas. Estava assim, desconstruída a equação que afirmava ser a saúde mental produto da educação.<sup>27</sup>

Por esta via, percebemos que é esse inconsciente freudiano, que porta uma representação (*Vorstellung*) distinta da representação consciente, que será retomado posteriormente por Lacan, sob a ótica da lingüística. Assim, esse inconsciente estruturado como uma linguagem, funda uma técnica de interpretação do signo onde este não será mais apenas uma representação do significado – numa relação de univocidade – e um produto do conhecimento. Uma vez que o signo é retirado desse pertencimento exclusivo à esfera do conhecimento e introduzido no domínio do pensamento – onde a linguagem se estabelece numa rede de oposições significantes –, a informação enquanto significado/conhecimento não impossibilita o surgimento de um processo patológico<sup>28</sup> já que o signo não mais se reduz a um significado.

Como a psicanálise trabalha com a linguagem – e onde tudo se faz

27 – É importante observarmos que o pensamento freudiano sempre foi marcado por avanços, rupturas, recuos e assim sendo, não podemos esperar encontrar em sua obra uma evolução linear e cronológica dos conceitos que aqui abordamos. Já mencionamos neste estudo os textos de 1891 (A interpretação das afasias) e 1900 (A interpretação de sonhos) como momentos demarcadores da conceituação do inconsciente substantivado. Embora o texto O Inconsciente, com sua definição topográfica, só tenha sido escrito em 1915.

28 – Como já dissemos anteriormente, o patológico implica pathos, sentimento concreto de sofrimento e impotência, sentimento de vida contrariada.

linguagem –, é fundamental termos ciência de que se fundou uma técnica de interpretação dos signos sob a supremacia do significante: introduziu-se a ordem simbólica. O signo não mais definido como uma unidade marcada pela relação entre significado e significante já que nem todo significante apresenta seu significado correspondente, termo a termo. Estamos falando do significante puro, cuja significação será produzida posteriormente pela oposição entre os significantes.

Ora, aqui percebemos claramente porque o signo/significado/conhecimento é insuficiente para impedir a instalação de um processo patológico e/ou nos responder acerca de uma contextualização do aparelho psíquico. Somente através da autonomia do significante, poderemos entender, por exemplo, a elaboração da diferença sexual, onde diante de duas portas com significados absolutamente iguais<sup>29</sup>, a significação do signo será produto da oposição diferencial entre os significantes. O signo, enquanto significado e representante da coisa, seria insuficiente para produzir significações.

Agora, podemos retornar à idéia primeira de *Freud* de que a informação/conhecimento impediria a patologia, pois, aí também percebemos que a informação correta sobre a sexualidade quando fornecida à criança ainda na primeira infância, não é por si só capaz de produzir significações únicas e universais, pois, estas significações também são produto de oposição entre os significantes.

Vimos anteriormente que uma criança, num período anterior ao de acesso à linguagem verbal, já está formando seu mundo de representações, constituído por imagens visuais, auditivas, olfativas e táteis que, desprovidas de um significado, são significantes. E que não têm por função representar o significado, mas que a ele

---

29 – Ver Ensaio nº 7.

precedem e o determinam. É em função disto que ao aprender na escola a significação da relação sexual, do nascimento e da própria diferença sexual, esta criança já coletou ao longo de sua história singular – absolutamente ímpar –, impressões, traços, imagens sensoriais. Significantes produtores de significação quando numa relação de oposição.

Quando essa criança em desenvolvimento aprende a balbuciar a palavra mãe, ou até mesmo quando, já mais tarde, a usa num contexto de uma frase – discurso –, podemos dizer que já possui o conceito universal da palavra mãe: mesmo diante de uma outra criança que também utilize em seu discurso a mesma palavra mãe, estas crianças estariam cientes de que estariam se referindo a um mesmo conceito, mas representado por pessoas diferentes. Se o conceito (significado) é o mesmo, o que distingue e determina a diferença é o significante: único, singular e que dentro de uma cadeia de significantes produz significações diferentes para o mesmo significado da palavra mãe. É por isso que cada um de nós tem uma significação bastante individual para o mesmo conceito de mãe.

Desmonta-se a equação que privilegiava a informação/conhecimento na escola assim como na terapêutica, pois, o conhecimento/informação também ali não é considerado suficiente para interromper o processo patológico. A terapia (processo de cura) se dá pela vertente da transferência: o tratamento terapêutico não é um processo informacional. Enquanto antes, educação e terapia eram parte de um processo que previa a transmissão de um saber, agora, ambas se distanciam dessa linearidade simplista.

Num texto de 1937<sup>30</sup>, *Freud* admite que valorizou demais os efeitos preventivos do esclarecimento de ordem sexual, pois mesmo diante da posse de um

---

30 – FREUD, S., E.B.S. Vol XXIII, *Análise Terminável e Interminável* (1937). RJ, Imago, 1975, p. 266

saber real sobre a diferença sexual e a reprodução, as crianças ainda preservam suas próprias teorias sexuais. Para muitos historiadores, trata-se de um texto pessimista, pois *Freud* também diz que:

*“Chega quase a parecer que a análise é a terceira daquelas profissões ‘impossíveis’ em que se pode estar antecipadamente certo de alcançar resultados insatisfatórios. As outras duas, conhecidas há muito mais tempo, são a educação e o governo”.*<sup>31</sup>

Mas, independentemente da interpretação dos historiadores, após 1915, quando *Freud* abandona o raciocínio linear de que a aquisição de um determinado saber seria profilático e passa a privilegiar o sujeito do desejo, fica evidente que não podemos mais pensar no texto freudiano enquanto um sistema linear de causa e efeito:

*“Da existência do Inconsciente, demonstrada pela psicanálise, pode-se deduzir que não pode haver ciência da educação, no sentido de possibilitar o estabelecimento de uma relação de ‘causalidade’ entre os meios pedagógicos utilizados e os efeitos obtidos. E por esta mesma razão não pode haver aplicação da psicanálise à pedagogia. Tal tentativa só pode basear-se em um mal-entendido, a crença de que um saber sobre o Inconsciente permite apropriar-se dele, de que, neste domínio, saber é poder. Ora, se há uma disciplina que invalida semelhante assimilação, ela é, sem dúvida, a prática psicanalítica. Não pode haver uma pedagogia analítica no sentido de ciência da educação que tiraria proveito do saber sobre o Inconsciente adquirido pela experiência psicanalítica.”*<sup>32</sup>

Portanto, não cabe à educação formal responder pela formação do sujeito – este que se revela no desejo –, pois, a construção desse “aparelho psíquico”

31 – Idem, *Ibidem*, p. 282

32 – MILLOT, C., *Freud Antipedagogo*. RJ, Jorge Zahar, 1987, p. 150

dar-se-á pela ótica do desejo humano, ou seja, desejo de desejo.<sup>33</sup> Sendo assim, a educação formal jamais poderá responder pela saúde mental.

Mas então, qual o uso do presente estudo para o pedagogo, se não se constitui como objetivo abordar o processo operacional na escola?

Acreditamos na importância de o educador saber que a criança, ao entrar na escola, já foi “introduzida” numa ordem simbólica e é consequência dessa “construção” singular, resultado de um complexo processo vivido na primeira infância, já portando uma estrutura psíquica definida. Assim, mesmo estando no período de latência, essa criança já tem os pilares centrais de sua sexualidade definidos (quanto aos fins e objetos) e, portanto, não cabe mais ao educador fazer pregações de caráter moral acerca da escolha objetual sexual. Não lhe cabendo também negar a existência da sexualidade infantil e/ou de suas práticas.<sup>34</sup>

Se o processo terapêutico psicanalítico, pela via da transferência, possibilita ao sujeito reescrever sua história – deixando de ser, como no primeiro momento da hipnose, apenas um receptor passivo de informações –, cabe ao educador (escola) permitir que a criança exprima ativamente seu pensamento, seu mundo interno, sua linguagem – que com certeza é consequência da família e da cultura na qual esta inserida, ou seja, desta ordem simbólica. Pois, assim como, ao falar no processo psicanalítico, o sujeito reescreve sua história pessoal, a criança, ao falar, expressa a sua singularidade, se confronta com a diferença/contradição/conflito

33 – Ver Ensaios nºs 5 e 8.

34 – Não podemos deixar de mencionar que a psicanálise, sem dúvida, exerceu uma influência no processo educacional escolar. Não exatamente na especificidade da prática pedagógica, mas sim no sentido de possibilitar uma educação menos rígida quanto aos hábitos alimentares, controles esfinterianos e no trato geral das questões que envolviam diretamente a sexualidade manifesta da criança (como masturbação e atividades sexuais das crianças entre si). No entanto, isto não nos possibilita que falemos em pedagogia analítica, mas sim da possibilidade real de um determinado saber fornecer subsídios para outras áreas, mostrando a ineficácia de certos conceitos educacionais que eram considerados indispensáveis. Da mesma forma como foi desmontada a crença existente no séc. XVII de que era necessário encerrar a criança num espartilho para que não crescesse fisicamente deformada, a psicanálise introduziu na educação, com sua construção teórica, um liberalismo que possibilitou à educação afrouxar as “espartilhas morais” que até então julgavam-se necessárias para a construção de uma “coluna vertebral moral ereta”. Cf. Millot, C Freud Antipedagogo. RJ, Jorge Zahar, 1987, p. 144.

e, conseqüentemente, também tem possibilidades de reescrever sua história de inserção na dinâmica social. Educar é devolver a palavra.

Então, não se trata de articular a educação informal e formal a uma simples e pura repressão da demanda pulsional infantil com a finalidade de adequar as crianças à vida social civilizada, mas, sim, trata-se de evidenciar a importância de a educação formal escolar, ter ciência do processo de desenvolvimento libidinal de uma criança a partir da compreensão de que o homem só se faz homem na e através da linguagem e que é esta linguagem que funda e organiza o pensamento.

Na impossibilidade de se pensar o homem sem a linguagem, pois, desenvolve-se inscrito numa ordem simbólica que o antecede e que o faz sujeito de desejo, espera-se da educação formal que, para além de uma simplória adequação adaptativa, busque ser uma educação plena e plural, sabedora de que a civilização repousa sobre as renúncias pulsionais infantis: uma educação possibilitadora e incentivadora do desejo de transformação social, este sim, formador do cidadão.

## 10. SOBRE A ORDEM DA CULTURA

A racionalidade científica, seja através da psicologia e biologia, seja através da sociologia, vem tentando distinguir qual seria a ordem de passagem que demarcaria a distinção entre o ESTADO DE NATUREZA e o ESTADO DE CULTURA. Se é claro que o homem é um ser biológico ao mesmo tempo que é um indivíduo social, o que demarcaria a passagem de uma ordem a outra? Onde acabaria a natureza, onde começaria a cultura?

Já houve momentos na história em que alguns autores partiram do pressuposto de que existiria um estado anterior, no qual haveria uma ausência de toda e qualquer organização social e que aí encontraríamos o estado de natureza puro. Em discordância com este ponto de vista, citamos Lévi-Strauss<sup>1</sup> que nos aponta o fato de que mesmo o Homem de Neanderthal já possuía algum conhecimento de linguagem e ritos funerários, o que já o colocava como não mais vivendo em estado de natureza.

Vendo a questão desta forma, poderíamos dizer que a existência de uma regra, de uma norma, determinaria o ingresso no processo cultural, ou o seu contrário:

---

<sup>1</sup> – Todo este ensaio foi baseado no livro de Lévi-Strauss, C., *As Estruturas Elementares do Parentesco*, Petrópolis, Vozes, 1982, capítulos I, II, III.

*“A ausência de regra parece oferecer o critério mais seguro que permita distinguir um processo natural de um processo cultural.”<sup>2</sup>*

Seguindo este ponto de vista no qual a passagem da Natureza à Cultura é marcada pelo interdito, podemos perceber então que o conceito de natureza diz respeito ao que é da ordem do natural enquanto constante, universal e caracterizado pela espontaneidade.<sup>3</sup> Ao passo que o cultural é caracterizado pela regra, pela norma e apresenta os atributos do relativo e do particular: o registro do processo cultural pertence ao domínio dos costumes, das técnicas e das instituições. Registro pelo qual os diversos grupos culturais – tribos, países e continentes –, se diferenciam e se opõem.

É importante ressaltar que não devemos buscar a suposta origem do interdito na natureza, mas, sim, perceber que a regra, ao instaurar a cultura, funda um processo, e que dificilmente esse processo pode ser concebido sem a linguagem: seja enquanto uma linguagem da gestualidade que se expressa no jogo de gestos, seja enquanto uma cadeia de sons articulados, ou ainda, enquanto uma rede de marcas escritas.<sup>4</sup>

Se a cultura traz a marca da linguagem enquanto definidora da passagem de uma ordem a outra, voltemos à natureza, à procura da ordem do natural, numa citação de Blumenbach (1811):

*“(...) se o homem é um animal doméstico é o único que se domesticou a si próprio.”<sup>5</sup>*

2 – Idem, *ibidem*, p. 46.

3 – Precisamos demarcar que mesmo esse universal e constante apresenta alguma regra que o fundamenta. Algo já inscrito no domínio da natureza – porém, de uma ordem diferente da regra do domínio da cultura –, e que determina sua constância; caso contrário, como entenderíamos o fato de que o João-de-Barro sempre constrói sua casa virada para o lado oposto ao qual o vento sopra?

4 – Não podemos esquecer que é a linguagem que organiza e funda o pensamento já que sem linguagem não há pensamento. Se é a linguagem que funda o pensamento, não há como pensar o homem sem a linguagem. Não podemos entender como uma criação em dois tempos, primeiro a do homem e depois a criação da linguagem. O homem, enquanto animal simbólico, não existia antes da linguagem. O homem só passa a existir na e através da linguagem. E para Lévi-Strauss, a vida social do homem e a cultura só se fazem emergentes a partir do pensamento simbólico, isto é, da linguagem.

5 – BLUMENBACH, J. F., *Anthropological Treatises*, in Lévi-Strauss, C., *As Estruturas Elementares do Parentesco*, Petrópolis, Vozes, 1982, p. 43.

Partindo desse referencial, ele aponta para o fato de que um animal domesticado, quando isolado ou perdido, tenderia a voltar ao comportamento natural de sua espécie, anterior à intervenção domesticadora.

*“(...) Mas nada de semelhante pode se produzir com o homem, porque no caso deste último não existe comportamento natural da espécie ao qual o indivíduo isolado possa voltar mediante regressão.”<sup>6</sup>*

Por outro lado, se nos detivermos nos numerosos estudos com “meninos-lobos” encontrados na Índia, nos “pequenos-selvagens” da África e no “menino-bicho” de Goiás,<sup>7</sup> poderemos concluir que:

*“(...) As crianças selvagens, quer sejam produto do acaso quer da experimentação, podem ser monstruosidades culturais, mas em nenhum caso testemunhas fiéis de um estado anterior.”<sup>8</sup>*  
(grifo do autor)

Se não encontramos esse estado anterior, pois, o homem enquanto animal simbólico não existia antes da linguagem, podemos então continuar com o conceito de cultura, no qual Lévi-Strauss nos diz que em toda a parte onde se manifesta uma regra podemos ter a certeza de estar numa determinada etapa da cultura e em contrapartida, podemos dizer que o que é universal encontra-se no registro da natureza:

6 – LÉVI-STRAUSS, C. As Estruturas Elementares do Parentesco, Petrópolis, Vozes, 1982, p. 43

7 – Em maio de 1988 foi revelada em Goiás a existência de um caso que a imprensa tituló de “A criança que virou bicho” – Diário da Manhã, 15.5.88 – : “Oito anos de prisão, acorrentado num barraco de lona em Leopoldo de Bulhões, foi o bastante para tornar J. C. num menino-bicho. Completamente saudável, como comprovaram os exames, ele não fala, não atende quando chamado, come com as mãos, prefere estar nu e estranha o contato com o mundo civilizado.” Em 25.5.88, o mesmo matutino volta a nos informar sobre o relato do pai e de uma irmã quatro anos mais velha, que eram os que tinham algum pouco contato com a criança: “três meses após o nascimento da criança, a mãe do garoto morreu e à noite quando ele a procurava para mamar, não a encontrava, pois ela já estava enterrada”, “ele sentia desmaios, ficava passando mal e rolava no chão”, “eu amarrava ele, mas deixava a corrente bem frouxinha, a minha preocupação maior era de que ele não se afogasse no ribeirão”; já a irmã, diz: “ele era muito custoso, era só descuidar um pouquinho que ele corria para o meio dos porcos, e é por isso que eu batia nele”.

Por falta de apoio de instituições científicas governamentais, tornou-se impossível uma intervenção terapêutica que tivesse como suporte a pesquisa científica. Também se faz necessário dizer que não foi realizada nenhuma pesquisa genética que pudesse nos informar a cerca de uma transmissão hereditária e/ou das possíveis deformações cromossômicas que pudessem se inscrever enquanto causalidade. Porém, mesmo ciente de que não podemos nos deter na informação de um matutino quanto à questão do *completamente saudável*, assim mesmo, mas somente a título de ilustração, trago este exemplo como sendo da mesma ordem dos ditos “pequenos selvagens”.

8 – Idem, ibidem, p. 43.

*"(...) Estabelecemos, pois, que tudo quanto é universal no homem depende da ordem da natureza e se caracteriza pela espontaneidade, e que tudo quanto está ligado a uma norma pertence à cultura e apresenta os atributos do relativo e do particular."*<sup>9</sup>

Para Lévi-Strauss há um tipo de interdito que possui a universalidade do que é natural mas que enquanto regra é estritamente social:

*"(...) a proibição do incesto apresenta sem o menor equívoco e indissoluvelmente reunidos, os dois caracteres nos quais reconhecemos os atributos contraditórios de duas ordens exclusivas, isto é, constituem uma regra, mas uma regra que, única entre todas as regras sociais, possui ao mesmo tempo o caráter de universalidade."*<sup>10</sup>

Sendo a proibição do incesto um interdito, repito, é preciso perceber que essa proibição abarca, num só tempo, a universalidade das tendências instintivas e o caráter coercitivo das leis e das instituições, fazendo com que Lévi-Strauss afirme:

*"Poucas prescrições sociais preservaram, com igual extensão, em nossa sociedade a auréola de terror respeitoso que se liga às coisas sagradas."*<sup>11</sup>

Com certeza poderíamos recorrer a algumas contra-argumentações trazidas pela sociologia tradicional, que insiste em afirmar a não universalidade da proibição do incesto, dizendo existir exceções à citada regra. Ora, é claro que as

9 – Idem, ibidem, p. 47. Vimos no ensaio número 5 que a linguagem verbal, a cultura na sua totalidade, incluindo os ritos, as instituições, os costumes, as leis, as interdições e até as transgressões, são consideradas formas simbólicas da cultura. Seria a possibilidade de transformar o imaginário em simbólico que seria determinante de cada cultura. Para Anika Lemaire a simbolização é o que possibilita a passagem da natureza para a cultura, passando pelo psíquico.

10 – Idem, ibidem, p. 47.

11 – Idem, ibidem, p. 49.

diferentes culturas delimitam suas regras específicas, o que poderia permitir aos mais apressados, afirmar que uma determinada regra – por ser diferente da predominante em sua cultura –, se constitua numa ausência de regra.

Não se trata de afirmar a proibição do incesto tal qual predomina em nossa cultura, mas de perceber que qualquer sociedade estipula alguma regra que legisle sobre o casamento:

*"A questão não consiste portanto em saber se existem grupos que permitem casamentos que são excluídos em outros, mas, em vez disso, em saber se há grupos nos quais nenhum tipo de casamento é proibido."*<sup>12</sup>

Portanto, podemos perceber que a natureza apenas determina que filhos só podem ser produtos da relação entre sexos opostos, não determinando, além disso, nenhuma regra sobre a característica da aliança.

A razão do privilégio concedido a um interdito que incide sobre o sexual é apontada por Lévi-Strauss como sendo em decorrência de três fatores principais:

- a - incidir sobre algo que exprime a natureza animal do homem;
- b - seus fins serem transcendentais, por satisfazerem desejos individuais e também os fins próprios da sociedade no que diz respeito à preservação da espécie;
- c - ser o único, entre todos os instintos que fazem parte do homem,

---

12 – Idem, ibidem, p. 48.

que implica na necessidade do estímulo de outrem – um parceiro para se completar.

Assim, podemos perceber que a regulamentação das relações entre sexos se constitui numa invasão da cultura no interior da natureza. Porém, e por outro lado, o instinto sexual enquanto da ordem da natureza é o único que traz em sua essência um *prelúdio* da vida social já que ele é o único que, para se definir, necessita do estímulo de outrem.

É por isso que Lévi-Strauss diz que é no terreno da vida sexual que devemos procurar a passagem, por si mesma natural, entre as duas ordens. Para ele, a proibição do incesto está no limiar da cultura, na cultura, e ao mesmo tempo é a própria cultura.

Portanto, a proibição do incesto é um tipo de interdito que possui a universalidade do que é natural mas, que, enquanto regra, é estritamente social. Sendo uma espécie de síntese da natureza e da cultura.<sup>13</sup>

Voltando a Garcia-Roza<sup>14</sup>, ele nos diz que para muitos autores o Édipo seria uma inscrição, ao nível do indivíduo, daquilo que é constituinte do social. Assim, se o social é marcado pela lei, norma, regra – interdito –, o Édipo, enquanto drama individual, poderia ser entendido a partir da transposição da

13 – Como afirmamos anteriormente, a origem do interdito não se situa na natureza, e o processo cultural dificilmente pode ser concebido sem a linguagem.

"Por não ter dado o salto da natureza para a cultura, o animal não precisa dar o testemunho de sua passagem no mundo, não precisa falar porque é falado." Já o ser humano, "pela linguagem, simboliza também o mundo externo, ao nomeá-lo e articulá-lo. A linguagem, portanto, é a terceira margem do rio, confluência do sonho e da realidade, núpcias da pulsão e do Logos, que, no transporte da paixão, engendra o verbo. Há quem pense que, com a dominância do princípio da realidade, o sonho se acabe. Em verdade, não acaba nunca. O sonho é centelha que salta do desejo e é através dela que vou acender as fogueiras através das quais o rosto do mundo se ilumina. O sonho, levado aos ombros da realidade, que o simboliza, é o projeto profundo do homem e a teleologia da história. O sonho, vivido, enraizado no real, que o suporta, vai ser a matriz da utopia, o eixo das grandes transformações que fazem a grandeza do processo civilizatório." Cf. Pellegrino, H., Édipo e a Paixão, in Os Sentidos da Paixão, S.P., Companhia das Letras, 1987, p. 317 e 321.

14 – GARCIA-ROZA, L. A., Freud e o Inconsciente, R.J., Jorge Zahar, 1988, p. 217.

concepção antropológica para o campo psicanalítico.

Porém, esse interdito é de característica diferente, pois, enquanto a interdição do incesto é uma regra que diz respeito às alianças e às trocas no interior do grupo social, o complexo de Édipo diz respeito ao desejo.<sup>15</sup>

Com o interdito demarcando a interiorização da lei, isto é, instaurando o recalque do *desejo* de união com a mãe e possibilitando à criança constituir-se como sujeito, esta criança toma consciência de si mesma como entidade distinta e como sujeito é introduzida na ordem da cultura.<sup>16</sup>

Diante da Lei do Pai ou, agora já podemos dizer, Lei da Cultura, aceitando a interdição do incesto e identificando-se com tal interdição, ela aceita a gramática social do desejo e adquire, tanto sua individualidade quanto seu estatuto de societária.

Para terminar, queremos lembrar que, se a descoberta freudiana coloca a noção de desejo no primeiro plano da teoria psicanalítica, é porque esse conceito de desejo na doutrina freudiana se constitui, sem sombra de dúvidas, numa concepção fundamental:

*"Em qualquer concepção do homem existem noções tão fundamentais que não podem ser delimitadas; este é incontestavelmente o caso do desejo na doutrina freudiana."*<sup>17</sup>

15 – Idem, *ibidem*, p. 217.

16 – Idem, *ibidem*, p. 223.

17 – LAPLANCHE, J.; Pontalis, J.-B., *Vocabulário da Psicanálise*, Lisboa, Moraes, 1976, p. 158.

## BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo, Mestre Jou, 1982.
- ADORNO, Theodor W. Theodor W. Adorno: Sociologia. Org. e Trad. Flávio R. Kothe. São Paulo, Ática 1986. Col. Grandes Cientistas Sociais.
- ANDRADE, Carlos Drummond. Carlos Drummond de Andrade Poesia Completa e Prosa. Rio de Janeiro, Cia José Aguilar, 1973.
- BARTHES, Roland. A Câmara Clara. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.
- BIRMAN, Joel. A Psiquiatria como Discurso da Moralidade. Rio de Janeiro, Graal, 1978
- \_\_\_\_\_. Enfermidade e Loucura. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- \_\_\_\_\_. A Sexualidade na Instituição Asilar. Rio de Janeiro, Achiamé, 1980.
- \_\_\_\_\_. Interpretação Psicanalítica e Intersubjetividade. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, v. 35, n. 3, E. C. M., Rio de Janeiro, 1986.
- BOHADANNA, Estrella. Estrutura e Estruturalismo: o vazio da significação, in Estrutura em Psicanálise. Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, ano XIII, n. 7. Rio de Janeiro, Dumará, 1991.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- CHAUÍ, Marilena S. Ideologia e Educação. Educação e Sociedade. São Paulo, Brasiliense 1980.
- \_\_\_\_\_. O que é Ideologia. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- ECO, Umberto. O Signo. Lisboa, Presença, 1990.

FOUCAULT, Michael. História da Loucura, São Paulo, Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. Nietzsche, Freud e Marx-Theatrum Philosophicum. São Paulo, Princípio, 1987.

FRANZ, A. & SELESNICK, S. História da Psiquiatria, São Paulo, Ibrasa, 1968.

FREIRE, Jurandir Costa. Ordem Médica e Norma Familiar. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. Violência e Psicanálise. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

FREUD, Sigmund. A Interpretação das Afasias. (1891). Lisboa, Edições 70, 1979.

\_\_\_\_\_. Publicações Pré-Psicanalíticas e Esboços Inéditos. (1886 - 1899). E. B. S. v. I. Rio de Janeiro, Imago, 1977.

\_\_\_\_\_. A Interpretação dos Sonhos. (I). (1900). E. B. S. v. IV. Rio de Janeiro, Imago, 1972.

\_\_\_\_\_. Um Caso de Histeria, Três Ensaios sobre a Sexualidade e Outros Trabalhos. (1901 - 1905). E. B. S. v. VII. Rio de Janeiro, Imago, 1972.

\_\_\_\_\_. “Gradiva” de Jensen e Outros Trabalhos. (1906 - 1908). E. B. S. v. IX. Rio de Janeiro, Imago, 1976.

\_\_\_\_\_. Os Casos do “Pequeno Hans” e do “Homem dos ratos”. (1909). E. B. S. v. X. Rio de Janeiro, Imago, 1976.

\_\_\_\_\_. Cinco Lições de Psicanálise, Leonardo e Outros Trabalhos. (1910). E. B. S. v. XI. Rio de Janeiro, Imago, 1970.

\_\_\_\_\_. O Caso de Schreber, Artigos sobre Técnica e Outros Trabalhos. (1911 - 1913). E. B. S. v. XII. Rio de Janeiro, Imago, 1969.

\_\_\_\_\_. Totem e Tabu e Outros Trabalhos. (1913 -1914). E. B. S. v. XIII. Rio de Janeiro, Imago, 1974.

\_\_\_\_\_. A História do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre Metapsicologia e Outros Trabalhos. (1914 - 1916). E. B. S. v. XIV. Rio de Janeiro, Imago, 1974.

\_\_\_\_\_. Além do Princípio do Prazer, Psicologia de Grupo e Outros Trabalhos. (1920 - 1922). E. B. S. v. XVIII. Rio de Janeiro, Imago, 1976.

- \_\_\_\_\_. Um Estudo Autobiográfico, Inibições, Sintomas e Angústia, a Análise Leiga e Outros Trabalhos. (1925 - 1926). E. B. S. v. XX. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- \_\_\_\_\_. O Futuro de uma Ilusão, o Mal-Estar da Civilização e Outros Trabalhos. (1925 - 1926). E. B. S. v. XXI. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- \_\_\_\_\_. Moisés e o Monoteísmo, Esboço de Psicanálise e Outros Trabalhos. (1937 - 1939). E. B. S. v. XXIII. Rio de Janeiro, Imago, 1975.
- GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. Acaso e Repetição em Psicanálise. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986.
- \_\_\_\_\_. Freud e o Inconsciente. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.
- \_\_\_\_\_. O Inconsciente e a Vorstellung. Rio de Janeiro, VIII Fórum Internacional de Psicanálise, 1989.
- \_\_\_\_\_. Introdução à Metapsicologia Freudiana - 1. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1991.
- \_\_\_\_\_. Introdução à Metapsicologia Freudiana - 2. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.
- HUME, D. Sumário do Tratado da Natureza. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1975.
- JAPIASSU, H. e MARCONDES, D. Dicionário Básico de Filosofia. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.
- KRISTEVA, Júlia. História da Linguagem. Lisboa, Edições 70, 1988.
- LACAN, Jacques. O estágio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. Comunicação feita ao XVI Congresso Internacional de Psicanálise, Zurique, 1949. Publicada em *Écrits I*, ed. du Seuil, 1966. Trad. de Fernando Cabral Martins para Letra Freudiana Biblioteca.
- \_\_\_\_\_. R. S. I. O Seminário (1974 - 1975). [ S. L. : S. N.].
- \_\_\_\_\_. Escritos. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- \_\_\_\_\_. O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1979.

- \_\_\_\_\_. O Seminário, livro 20: mais ainda. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1982.
- LALANDE, A. Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia. São Paulo, Martins Fontes, 1993.
- LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J. - B. Vocabulário da Psicanálise. Lisboa, Moraes, 1976.
- LATERZA, M. & RIOS, T. A. Filosofia da Educação - fundamentos. v. I. São Paulo, Herder, 1971.
- LEMAIRE, A. Jacques Lacan, uma introdução. Rio de Janeiro, Campus, 1988.
- LÉVI - STRAUSS, C. As Estruturas Elementares do Parentesco. Petrópolis, Vozes, 1982.
- MILLOT, Catherine. Freud Antipedagogo. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1987.
- NICÉAS, C. A. Além da Castração, a Sexualidade: indicações freudianas, in, A Ordem do Sexual. Coord. J. Birman & C. A. Nicéas. Rio de Janeiro, Campus, 1988.
- NUNES, Sílvia Alexim. Da Medicina Social à Psicanálise, in Percursos na História da Psicanálise. Coord. J. Birman. Rio de Janeiro, Taurus, 1988.
- PELBART, P. P. Da Clausura do Fora ao Fora da Clausura. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- PELLEGRINO, Hélio. Édipo e a Paixão, in Os Sentidos da Paixão. Coord. Aduino Novaes. São Paulo, Cia das Letras, 1987.
- PLATÃO. Diálogos: Ménon, Banquete, Fedro. Rio de Janeiro, Ediouro.
- RIEFF, Philip. O Surgimento do Homem Psicológico, in Sigmund Freud e o gabinete do Dr. Lacan. Org. P.C Souza. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- SCHECHTMAN, A. Psiquiatria Preventiva: infância e eufrenia. Dissertação de Mestrado. Instituto de Medicina Social da U.E.R.J., 1981.
- SÓFOCLES. Antígona - Ajax - Rei Édipo. Lisboa, Editorial Verbo.